

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. *Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontínuos@dirbi.ufu.br.*

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
INSTITUTO DE HISTÓRIA

**CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos
trabalhadores no Brasil?**

MÁRIO COSTA DE PAIVA GUIMARÃES JÚNIOR

UBERLÂNDIA – MG

2010

MÁRIO COSTA DE PAIVA GUIMARÃES JÚNIOR

**CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos
trabalhadores no Brasil?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História, sob orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

UBERLÂNDIA – MG
2010

Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior

**CONLUTAS: Uma nova proposta para a organização dos
trabalhadores no Brasil?**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em História, do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em História.

Uberlândia, 15 de Dezembro de 2010.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Antônio de Almeida – INHIS/UFU
Orientador

Profª. Dra. Fabiane Santana Previtalli – DECIS/UFU

Prof. Ms. Marcilio Rodrigues Lucas – IFCH/Unicamp

Para minha mãe Cássia Maia, pela linda e guerreira mulher que é, para minha irmã Maiara Maia Guimarães e aos onze estudantes da Universidade Federal de Uberlândia, que hoje estão sendo processados criminalmente por defenderem a construção de uma Universidade Pública, Democrática, Gratuita e com Qualidade.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente à minha mãe, Cássia Maia, pelo carinho, pelo amor, pela compreensão, pelo companheirismo e pela paciência dedicados incansavelmente a mim nesses últimos 23 anos e 11 meses de vida. Por conta de sua intensa dedicação, tornou possível hoje minha conclusão no curso de Graduação em Bacharelado e Licenciatura Plena em História. Nesses últimos 17 anos, contei também com o apoio e o carinho da minha irmã Maiara Maia (a quem conto e sempre contarei com a presença em minha vida). Agradeço também à minha avó Maria Thereza, que sempre esteve ao meu lado nos momentos felizes e difíceis. Aos tios, Fátima Lúcia e Eugênio, e às primas Renata e Joyce, agradeço pelos conselhos, pelo carinho e pelo constante apoio dedicados a mim durante a minha vida. Aos demais familiares, além do carinho e do apoio, agradeço também os inúmeros momentos compartilhados durante todos esses anos.

Ao Marcos Felex, meu querido amigo, que carinhosamente chamo de “Marquinho”, com quem eu tenho uma dívida impagável. Ficarão em minha memória todas as madrugadas em que você me acompanhou da minha casa à Rodoviária no ano de 2008 (quando trabalhei em Ituiutaba-MG). Ficará em minha memória também seu constante apoio e entusiasmo com as minhas idéias e projetos de vida. Agradeço, portanto, seu intenso companheirismo e apoio dedicados a mim e a todos que convivem comigo. Agradeço também pelos importantes conselhos transmitidos nesse curto, mas intenso, período de convivência, que levo comigo no presente e que levarei para o futuro.

Agradeço ao Werley (Léo), o irmão, amigo e companheiro que ganhei em 2003. Um dos belos presentes que a vida me proporcionou. Embora eu não corresponda à altura, eu agradeço a sua presença que foi marcante em todos os momentos de minha vida. Do nosso colegial ao seu ingresso no Mestrado em Engenharia Mecânica na UFU, agradeço pelas nossas partidas de xadrez e de sinuca, pelas nossas cervejas e pelos nossos vinhos em inúmeras noites, que foram palco de interessantes conversas e confidências. Agradeço também ao Ricardo de Ávila, à Veridiana Ávila, à Lulu e à Nininha, pelos importantes momentos compartilhados com inúmeras conversas prazerosas e pelo apoio dedicado em todos os sentidos à minha formação acadêmica. A todos vocês, com quem tive a alegria e o privilégio de conviver, o meu muito obrigado.

Ao companheiro e amigo Leonardo Latini (Léo), agradeço pela presença em diversas ocasiões em minha vida. Agradeço pela sincera amizade, que contribuiu intensamente para a superação dos desafios que a vida me impôs nesses últimos anos. Os debates que sempre realizamos contribuíram positivamente para minha formação acadêmica. E espero que os inúmeros momentos compartilhados por nós nesses últimos dois anos se prolonguem por muito tempo. Como falar em Leonardo Latini, é falar em GALO, agradeço também à minha amiga e companheira Laís, pela amizade e o carinho constituídos há pouco tempo, que fortaleceram as convicções pautadas pela construção de um mundo mais justo e igualitário.

Ao Stênio Eduardo de Sousa Alves, a quem dedico muita admiração, agradeço pela convivência de longa data, e pela amizade fortalecida nos últimos nove meses. Agradeço pelas contribuições teóricas compartilhadas, que contribuíram significativamente na escrita desse trabalho e em minha formação e prática política.

Ao companheiro Alex Andrade, que hoje está na França, e a quem eu espero o breve retorno. A esse amigo e companheiro, agradeço por nossas conversas sobre Filosofia, Sociologia, História e Economia durante o 3º colegial e durante parte da nossa Graduação; e as lutas compartilhadas (em especial contra o aumento abusivo da passagem de ônibus em 2005, pela criação do Passe-Livre para estudantes e desempregados em 2006, e pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores em 2007). Todos esses momentos possuem um significado importante para a minha formação pessoal e política.

Ao amigo, companheiro e professor, Paulo Gomes, agradeço pela convivência durante esses 5 anos de amizade e pelo companheirismo. Certamente, nossa amizade que está para além do capital, contribuiu para o meu crescimento teórico, político e pessoal no decorrer desses últimos 5 anos. Agradeço então, pelas conversas e pelos conselhos presentes em nossas reuniões e conversas nos últimos anos.

À Andréia Farina de Faria (mulher, mãe, militante, professora, pesquisadora), agradeço pelo sincero e intenso companheirismo dedicado a mim, em um período da minha vida. Agradeço pela atenção, pela paciência, pelo carinho, por sua presença que contribuiu positivamente em minha vida pessoal, política e acadêmica; e pelos ímpares, intensos e felizes momentos compartilhados. As experiências e os aprendizados proporcionados me acompanharão por muito tempo.

Agradeço ao amigo, companheiro, sambista, matemático e Educador Popular, Ronicley Araújo. Agradeço pelos momentos compartilhados, pelo carinho, pela sinceridade, pelo respeito e por tudo que aprendi durante a nossa convivência que se configurou de forma mais intensa nos últimos dois anos.

Aos companheiros que fiz no Movimento Estudantil. Agradeço, especialmente, ao Gabriel Jerônimo (Ronaldinho), ao Marcilio Rodrigues Lucas e ao Thiago Santos (Pacato) pela referência política que são pra mim; pelos momentos compartilhados, pela convivência cotidiana nos últimos anos em defesa de uma Educação Pública gratuita com qualidade, e pela concreta contribuição em minha formação teórica e política. Agradeço também ao Leandro Araújo, Eduardo Leones e Matheus Pontes pela convivência proporcionada, e a todos os companheiros e companheiras que em 2007 tiveram *Atitude*, quando o *Impossível era Dever de Todos*, e que, em 2008, teimaram em *não se adaptar* às mudanças mercadológicas no campo da Educação e às injustiças e desigualdades presentes em nossa sociedade. A todos esses companheiros e companheiras (Agnes, Denise, Priscila, Paula Alves Pereira, Maria Cristina, Carol, Amanda, Fabíola, Gabriel Gonçalves Serafim (Bibi), Diogo Rezende, Bartira, Núbia, Jaqueline); agradeço profundamente pela convivência e pela contribuição significativa em minha formação política e teórica.

Da mesma forma, agradeço aos companheiros e companheiras que fiz nos anos de 2009 e 2010, que *dialogaram, movimentaram e construíram* o Movimento Estudantil na UFU e no Brasil, em defesa de uma Universidade Pública, Gratuita, com Qualidade, e mais do que nunca, Democrática! Agradeço a convivência, a troca de experiências e o meu crescimento teórico e prático proporcionado por vocês (Ricardo Takayuki, Raquel Ribeiro, Rafaela, Rafael Momenté, Públio Dezopa P., Diego, Michelle, Vilmar Jr., Marcos Willian, Fernando, Airton, Flavia Mariano, Camila Souza, Hinuany Borges, Gabriela Ribeiro, João Cláudio, Baby, Juliana Lopes, Pedro, etc.).

Aos companheiros do Movimento Popular, Ana Cecília (Ciça), Cleiseane, Amiltom, Barroso, Siméa, Tiana, Lourival, Queila, Zelito, Zé Carlos, Hermes, Márcio (MBS), Alexandre, Wagner, Henrique e Zélia; agradeço pela rica experiência proporcionada que influenciou diretamente as minhas reflexões, minhas sensações, meus princípios políticos e pessoais; e que fortaleceu a minha convicção sobre a necessidade de construir um mundo justo, libertário e igualitário. Agradeço também à Alessandra Rodrigues Freitas, pelas conversas compartilhadas e pela convivência em diversas lutas estudantis e populares.

Aos companheiros do Partido Socialismo e Liberdade – PSOL (Robério Paulino, Rose Naves, André Ferrari, Reginaldo Costa, Marzeni Pereira, José Raimundo Costa, Eliana Moreira, Marcus Kollbrunner, Conceição, Marcela Marques), agradeço o apoio proporcionado e os debates realizados comigo. As experiências, as formulações políticas e teóricas, e as concepções de lutas que estiveram em debate entre nós, me acompanharam e me inspiraram nos últimos 4 anos, e estou certo que me acompanharão ainda por longa data, por longos processos de lutas.

Agradeço aos companheiros da FASUBRA, em especial a todos os companheiros do Coletivo Sindical Vamos à Luta. Eu sinto uma enorme satisfação em compartilhar a vida e a militância com Luiz Antônio, Janine, Ana Paula, Côrtez, Almiram, Bernardo Seixas, Carla, Maria Ângela, Marcelo, Loiva, Chiquinho, Fabiano, Nilce, Cavalo, Wellington Pereira, Rogério Marzola, Evilazio e tantos outros.

Agradeço a todos e todas que me ajudaram, me acompanharam ou compartilharam momentos agradáveis comigo nos últimos anos. Nesse sentido, agradeço à Professora Ângela Maria, ao Dr. José Joaquim, à Adele e à Laura, em especial, pela alegria e sinceridade compartilhadas. Agradeço também ao meu amigo Valdir pelos conselhos, pela proteção, força, segurança e energia positiva sempre transmitida; agradeço ao Douglas pela convivência, à Larissa de Pádua Miranda pelo sincero carinho compartilhado sempre. Agradeço à Mariana de Paula Batista e aos seus irmãos Pedro e Tico; ao Ciro, ao Flavio Aquino e à “Ana Ana” que tive o prazer de conhecer há pouco tempo, ao Cristhian, Rafael Toitio, João Evaristo, Ludiel, Bernardo, Geraldinho, à Daízi, Juliana, Lígia Faria, Laísa, Kelly, Aline, Larisse Almeida, Mariah Dezopa P., Clara Rodrigues do Couto, Fernanda Paranhos, Fernanda Nogueira, Jheneffen, Hugo (Boliviano) e à querida Daiana Paula.

Agradeço aos Técnicos Administrativos em Educação e aos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que na construção de uma Universidade Pública, Gratuita e com Qualidade, contribuíram significativamente em meu processo de graduação. Em especial,

agradeço à Sirlene Aparecida Silva, Maria Cristina Sagário, Cleidimar, Aline, Anelisa Barbosa Musse, e à Professora Leila Bitar Moukachar Ramos que, durante o ano de 2008, quando trabalhei no Campus de Ituiutaba da UFU, me apoiaram e incentivaram a continuar os estudos da Graduação. Agradeço também pelo convívio e companheirismo cotidiano, aos Docentes e Técnicos Administrativos em Educação do Instituto de Química da UFU, em especial ao Professor Manuel Gonzalo, à Marilda Nunes, Ivan, Ildo, Anibal Ladir, Edmar, José Eduardo Buiatte, Edmilson, Moacir Júnior, Otávio Molinaroli, Mayta, Ricardo Nascimento, Ricardo Margonari, Ângela Marta, Edvando, Antônio Machado, Nilton e Hugo, que durante os anos de 2009 e 2010, igualmente me apoiaram e incentivaram a continuar e a finalizar os meus estudos da Graduação. E ao Gabriel Fonseca, por quem tenho muita admiração, agradeço não somente pelo contínuo apoio e incentivo, como também por tudo que aprendi em nossas produtivas conversas e reflexões.

Aos queridos amigos e companheiros Paulino e Lázaro (cabeça); e ao João Batista da secretaria da coordenação do curso de História, ao Silnando, Vilmar, Carlinhos, Cilson, Maria Betânia, Edson, José Veridiano, Sebastião Elias, Wesley, Ilce, Wilson Costa, Wilson Uberaba, Terezinha, Valdico, Luiz Carlos, Eduardo, Janayna, Antônio Neto, João Fernandes, Paulo Ricardo, Zilda, Marco Tulio, Acles, Rafael, Erenides, Renato, Rose, Tainah, Rodrigo e a tantos outros companheiros e companheiras; agradeço pela convivência, pelos ensinamentos e pela troca de experiências proporcionadas.

Agradeço aos docentes do Instituto de História, em especial ao Professor Sérgio Paulo Moraes que tanto contribuiu em minha formação acadêmica, e aos Professores Paulo Roberto de Almeida, Dilma de Paula Andrade, Christina Silva R. Lopreato e Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro; bem como às Professoras Fabiane Santana Previtalli e Patrícia Vieira Trópia, do Departamento de Ciências Sociais da UFU, agradeço pelo diálogo, apoio e pelos incentivos.

Ao Professor Antônio de Almeida, que é meu orientador e companheiro de lutas, agradeço pela disposição de me orientar, de encarar esse difícil desafio proposto em pesquisar um período muito recente da História dos Trabalhadores no Brasil. Agradeço a sua atenção, paciência, por suas ponderações teóricas e sugestões que foram substanciais para a escrita desse trabalho e para a minha formação como Historiador. E agradeço, mais uma vez, à Professora Fabiane e ao companheiro e amigo Ms. Marcilio, por aceitarem gentilmente o convite feito para a participação na banca de defesa dessa monografia, contribuindo com as reflexões apresentadas por esse trabalho.

Agradeço aos trabalhadores da Sede Nacional da CONLUTAS que, em 2009, durante o trabalho de campo realizado, me auxiliaram com gentileza e disposição, apresentando os materiais disponíveis para a consulta, e aos militantes da CONLUTAS que contribuíram de diferentes maneiras para a reflexão e escrita desse trabalho (em especial, ao companheiro sindicalista Atnágoras Lopez e à estudante Camila Lisboa, que gentilmente concederam entrevistas que foram utilizadas para a reflexão e para a realização dessa pesquisa).

E por fim, agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, pelo oferecimento de um Ensino Público com qualidade, que contribuiu para a minha conclusão do curso em Bacharelado e Licenciatura Plena em História e para a realização dessa pesquisa.

“Destaca-se com especial relevo uma característica da revolução que se manifestou no enérgico, firme e implacável acerto de contas com os exploradores e os inimigos do povo trabalhador. Não há dúvidas de que sem esta característica – sem violência revolucionária – o proletariado não teria vencido, porém é indubitável, também, que a violência revolucionária só é um método necessário e legítimo da revolução em determinados momentos de seu desenvolvimento, somente quando se dão as condições especiais e determinadas, e que uma qualidade muito mais profunda e permanente desta revolução, a condição de seu triunfo, é e será sempre a organização das massas proletárias, a organização dos trabalhadores. Esta organização de milhões de trabalhadores, de fato, é a condição mais importante da revolução, a fonte mais profunda de suas vitórias...”

Vladimir Ilitch Lênin

“Não há nenhuma crise que, por si mesma, possa ser mortal para o capitalismo. As oscilações da conjuntura criam somente uma situação na qual será mais fácil ou mais difícil para o proletariado derrotar o capitalismo. A passagem da sociedade burguesa para a sociedade socialista pressupõe a atividade de pessoas vivas, que fazem sua própria história”.

Leon Trotsky

“Temos razão, a razão que assiste a quem propõe que se construa um mundo melhor antes que seja demasiado tarde, porém, ou não sabemos transmitir às pessoas o que é substantivo nas nossas idéias, ou chocamos com um muro de desconfianças, de preconceitos ideológicos ou de classe que, se não conseguem paralisar-nos completamente, acabam, no pior dos casos, por suscitar em muitos de nós dúvidas, perplexidades, essas sim paralisadoras. Se o mundo alguma vez conseguir ser melhor, só o terá sido por nós e conosco. Sejamos mais conscientes e orgulhemo-nos do nosso papel na História. Há casos em que a humildade não é boa conselheira. Que se pronuncie bem alto a palavra Esquerda. Para que se ouça e para que conste”.

José Saramago

RESUMO

Esta pesquisa busca refletir sobre o processo de organização dos trabalhadores no Brasil no período de 2003 a 2007, abordando as mudanças que ocorreram na História do Movimento dos Trabalhadores nesse país, em especial no campo sindical, após a vitória política de Luiz Inácio Lula de Silva, na eleição presidencial que ocorreu no final de 2002. O objeto de estudo desse trabalho é a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que surgiu em março de 2004, em um encontro em Luziânia – GO, que reuniu cerca de 1800 ativistas de 279 entidades sindicais de todo o Brasil, descontentes com o posicionamento político e prático da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em relação à conjuntura política nacional, e em específico sobre o seu posicionamento quanto à implementação da Reforma da Previdência concretizada pelo Governo Federal em 2003.

Embora socialmente seja uma representação minoritária, a CONLUTAS se configurou nos últimos seis anos como uma organização sindical e popular independente e autônoma em relação ao Estado e ao Governo Federal, atuando ativamente em diversas cidades do país na organização cotidiana dos trabalhadores e, nesse sentido, ganhou destaque no cenário político e social por se destoar, na teoria e na prática, do sindicalismo propositivo construído pela CUT na década de 1990 e na primeira década do século XXI. O texto se propõe a demonstrar criticamente os avanços e as limitações presentes na construção dessa alternativa inédita na História do Movimento dos Trabalhadores no Brasil. Para isso, o texto debate sobre as deliberações do Congresso dos Trabalhadores (CONAT), realizado em 2006, sua composição política e social; bem como debate sobre os posicionamentos políticos e teóricos hegemônicos no interior da CONLUTAS.

Para refletir sobre essas transformações no movimento e na organização das lutas dos trabalhadores no Brasil, recorre-se ao debate sobre o processo de reestruturação produtiva que ocorreu durante o século XX, focando especialmente o predomínio do modelo toyotista nas últimas décadas aqui no país, e seus reflexos na configuração da classe trabalhadora. Além disso, o texto apresenta uma reflexão sobre o predomínio da política neoliberal no Brasil e seus efeitos diretos e indiretos na vida e no cotidiano dos trabalhadores.

Palavras-chave: CONLUTAS, Sindicalismo, Trabalhadores, Lutas, Movimento.

LISTA DE FIGURAS E ILUSTRAÇÕES

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – Logomarca da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) | 56 |
| Figura 2 – Logomarca do Congresso Nacional dos Trabalhadores realizado em Sumaré - SP, dias 5, 6 e 7 de maio de 2006 | 71 |
| Foto 1 – Encontro Nacional Contra as Reformas Neoliberais, realizado no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo - SP, no dia 25 de março de 2007 | 89 |
| Foto 2 - Manifestação realizada no dia 23 de maio de 2007, em São Paulo - SP | 94 |
| Foto 3 - Manifestação realizada no dia 23 de maio de 2007, na Avenida Paulista em São Paulo - SP | 94 |
| Foto 4 - Marcha à Brasília - DF no dia 24 de outubro de 2007..... | 97 |
| Foto 5 - Marcha à Brasília - DF no dia 24 de outubro de 2007 | 98 |
| Foto 6 - Marcha à Brasília - DF no dia 24 de outubro de 2007 | 98 |
| Foto 7 - Marcha à Brasília - DF no dia 24 de outubro de 2007 | 99 |

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------|
| Gráfico 1 - Quantidade de greves que ocorreram no Brasil, no período de 2004 a 2008 | 63 |
| Gráfico 2 - Composição social representativa presente no Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré - SP | 78 |
| Tabela 1 - Variação do índice da População Economicamente Ativa (PEA) e do número de trabalhadores com registro e sem registro, no Brasil, no período de 1989 a 1996 | 34 |
| Tabela 2 - Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Leste Europeu | 60 |
| Tabela 3 - Variação do índice da taxa de sindicalização em alguns países do Oeste Europeu, da África, Ásia e Oceania | 60-61 |
| Tabela 4 - Decréscimo na quantidade de greves, grevistas e da média de grevistas por greve no Brasil | 62 |
| Tabela 5 – Quantidade de greves que ocorreram no Brasil, no período de 2004 a 2008 | 63 |
| Tabela 6 - Relação entre o número total de trabalhadores empregados formalmente, com a quantidade de trabalhadores sindicalizados e não-sindicalizados, no Brasil, no período de 2003 a 2006 | 64 |
| Tabela 7 - Composição social representativa do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré - SP | 77 |

LISTA DE SIGLAS

ASS - Alternativa Sindical Socialista

ASSIBGE - Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística

ASERGHHC - Associação dos Servidores Grupo Hospitalar Conceição - RS

ANASPS - Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social

ADUFF (Sind) - Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical

ANDES (SN) - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional

APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

CEBs - Comunidades Eclesiais de Bases

CMS - Central de Movimentos Sociais

CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CEDS - Centro de Estudos e Debates Socialistas

CPR - Coletivo Pensamento Radical

COBAP - Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas

CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

CONAT - Congresso Nacional dos Trabalhadores

CONCLAT - Congresso Nacional da Classe Trabalhadora

CONLUTAS - Coordenação Nacional de Lutas

CONLUTE - Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes

CONCUT - Congresso Nacional da CUT

CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas

COB - Central Operária Boliviana

CS - Convergência Socialista

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

CSC - Corrente Sindical Classista

CST - Corrente Socialista dos Trabalhadores

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

EUA – Estados Unidos da América

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FENAFISCO - Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital

FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FS - Força Sindical

FST - Fórum Sindical dos Trabalhadores

FNT - Fórum Nacional do Trabalho

FES - Frente de Esquerda Sindical

FOE UNE - Frente de Oposição de Esquerda da UNE

FAT – Fundo de Amparo do Trabalhador

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FOS - Frente de Oposição Socialista

GLBT - Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros

GT - Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INESC - Instituto Nacional de Estudos Socioeconômicos

LBI - Liga Bolchevique Internacional

LER/QI - Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional

LGBT ou LGBTTTs - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes

MEP - Movimento Emancipação Popular

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTS - Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo

MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MTL - Movimento Terra Trabalho e Liberdade

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OSAL - Observatório Social da América Latina

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PCdoB - Partido Comunista do Brasil

POM - Partido Operário Marxista

PT - Partido dos Trabalhadores

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público

PEA - População Economicamente Ativa

PIS - Programa de Integração Social

PPP's - Parcerias Público-Privadas

SEN - Secretaria Executiva Nacional

SINFEEAL/RS - Sindicato dos Funcionários Efetivos e Estáveis da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul

SINDSER/DF - Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal

SINTRAJUD - Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

SINDSEF/SP - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo

SINAIT - Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional

UBES - União Brasileira de Estudantes Secundaristas

UNE - União Nacional dos Estudantes

UNIPA - União Popular Anarquista

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 17 |
| CAPÍTULO 1 - O Refluxo do Sindicalismo em Tempos de Neoliberalismo | 26 |
| 1.1 - Do surgimento do binômio taylorismo/fordismo ao toyotismo: As modificações na organização da esfera produtiva do capital no decorrer do Século XX | 26 |
| 1.1.2 - Os redimensionamentos do mundo do trabalho | 30 |
| 1.1.3 - O neoliberalismo e sua nova lógica cultural | 39 |
| 1.2 - CUT: A perda da combatividade e a adesão à lógica hegemônica | 45 |
| 1.2.1 - Ascensão de Sindicalistas ao Governo Federal e o atrelamento acríptico da CUT ao Governo Lula | 50 |
| CAPÍTULO 2 – CONLUTAS: Continuidades ou rupturas em sua nova proposta para a organização das lutas? | 56 |
| 2.1 - Insatisfações com as práticas majoritárias no sindicalismo brasileiro | 56 |
| 2.2 - O surgimento da CONLUTAS | 64 |
| 2.3 - CONAT: Um passo em direção à construção de uma central sindical e popular no Brasil | 71 |
| 2.3.1 - A composição social e política do CONAT | 77 |
| 2.4 - Avanços e desafios na organização dos trabalhadores brasileiros com a ocorrência do CONAT | 81 |
| 2.5 - A CONLUTAS e seus reflexos na organização das lutas sociais no Brasil | 88 |
| 2.6 - Entre o rosto e o retrato, o real e o abstrato... .. | 100 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 107 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 115 |
| ANEXO I | 122 |
| ANEXO II | 125 |
| ANEXO III | 127 |

INTRODUÇÃO

O que mudou na História do Movimento dos Trabalhadores no Brasil, em especial no campo sindical, após a vitória política de Luiz Inácio Lula de Silva, na eleição presidencial que ocorreu no final de 2002?

Essa pergunta, feita nos últimos oito anos, motivou a realização dessa breve pesquisa, que busca refletir sobre as condições atuais da organização dos trabalhadores no Brasil, e para isso, aborda-se, nesse texto, o período de 2003 a 2007. O objeto de estudo desse trabalho é a Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) que surgiu em março de 2004, em um encontro em Luziânia - GO que reuniu cerca de 1800 ativistas de 279 entidades sindicais de todo o Brasil, descontentes com o posicionamento político e prático da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em relação à conjuntura política nacional, e em específico sobre o seu posicionamento quanto à implementação da Reforma da Previdência concretizada pelo Governo Federal em 2003, que prejudicou os trabalhadores no Brasil ao propor, entre as inúmeras medidas nocivas, o aumento da idade para se aposentar e a ampliação da concessão ao capital privado sobre o oferecimento da aposentadoria para a população.

Embora socialmente seja uma representação minoritária, a CONLUTAS se configurou nos últimos seis anos como uma organização sindical e popular independente e autônoma em relação ao Estado e ao Governo Federal, atuando ativamente em diversas cidades do país na organização cotidiana dos trabalhadores e, nesse sentido, ganhou destaque no cenário político e social por se destoar na teoria e na prática, do sindicalismo propositivo construído pela CUT na década de 1990 e na primeira década do século XXI. Certamente, o destaque que se refere aqui não foi relevante a ponto de modificar substancialmente a realidade social brasileira nos últimos seis anos, mas refere-se ao fato de pontuar uma proposta política e metodológica que contrapõe frontalmente a lógica social e a ideologia capitalista predominantes no Brasil e no mundo. E esse destaque se refere também por propor ao movimento dos trabalhadores no Brasil uma lógica organizacional inovadora, buscando superar a concepção baseada na organização fragmentada de diferentes segmentos dos trabalhadores. Ou seja, diferentemente de outras formas de organização consideradas progressistas ou à esquerda existentes no Brasil nos últimos trinta anos, como a CUT, que se propôs a organizar apenas os trabalhadores formais vinculados a sindicatos, como a Central de Movimentos Sociais (CMS), que priorizou organizar em seu interior apenas os movimentos sociais e populares; a União Nacional dos Estudantes (UNE); e a União

Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), organizando apenas os estudantes universitários e secundaristas, respectivamente; a CONLUTAS adotou outra estratégia, ao contar desde o seu início com a participação interna de sindicatos e movimentos populares em seus fóruns organizativos. E contou também, em sua construção, com a participação de estudantes, que acompanharam e participaram dos debates realizados pela CONLUTAS em seus fóruns internos de discussão, além das manifestações públicas organizadas em Brasília e em diversas cidades do país.

A opção de escrever esse texto abordando o tema e o objeto no contexto nacional, evidentemente, não indica nenhuma pretensão de esgotar um assunto de tamanha complexidade. Entretanto, acredita-se poder contribuir com outros futuros trabalhos a serem desenvolvidos sobre essa temática, com diferentes desdobramentos e reflexões, abordando esse processo em uma localidade específica, refletindo sobre outras contradições ou sobre outros elementos políticos, sociais e culturais ausentes nesse trabalho, apontando novas perspectivas, novas percepções e novas interpretações, antagônicas ou não, às existentes na escrita dessa pesquisa.

A realização dessa pesquisa e a produção desse texto ocorreram antes do término do segundo mandato presidencial do Governo Lula. Portanto, o processo político e social que caracteriza o objeto de estudo dessa pesquisa ainda está em plena construção, e diante a proximidade histórica com o processo refletido, há inúmeras dificuldades analíticas que colocam em risco as hipóteses mencionadas no decorrer desse texto. Existe a possibilidade concreta de encontrarmos, no futuro, análises e sínteses complementares ou antagônicas às análises e sínteses expressas nesse trabalho.

Devido aos limites dessa pesquisa, o período abordado (2003-2007) representa uma dimensão bastante ampla, o que indica neste trabalho a ausência de muitos aspectos da realidade social, aqui não abordados, ou, a falta de uma exploração mais minuciosa e detalhada sobre determinados eventos que caracterizaram esse processo histórico. Porém, há um esforço em abordar esse período de cinco anos, com o objetivo de apresentar uma análise sobre os possíveis avanços e os recuos no processo de organização dos trabalhadores no Brasil, após a vitória de Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições de 2002.

Por tratar-se de um período e temática bastante atuais, constata-se certa carência de pesquisas sobre a organização do movimento dos trabalhadores no Brasil nesses últimos dez

nothing
a p
(CONLUTAS)

anos, em especial, no que diz respeito ao surgimento da CONLUTAS¹. No Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, local onde esta pesquisa está sendo desenvolvida, apesar de contar com cursos de graduação, mestrado e doutorado, esse é o primeiro trabalho realizado refletindo sobre esse objeto.

No que diz respeito ao diálogo bibliográfico, para o desenvolvimento dessa pesquisa, recorreu-se às análises presentes em monografias, dissertações e teses que debatem o processo de reestruturação produtiva no Brasil no decorrer do século XX. Quanto às fontes de pesquisa, foram utilizados documentos internos e boletins sindicais da CONLUTAS, de boletins de sindicatos filiados ou não à CONLUTAS, e de outras organizações nacionais como a CUT e a INTERSINDICAL. Foram utilizados também documentos públicos (convocatórias e cadernos de resoluções congressuais), textos partidários, panfletos, revistas, fotos, vídeos e inúmeros sítios eletrônicos. O uso da internet foi fundamental para a realização desse trabalho, possibilitando o acesso a documentos políticos partidários, de sindicatos e movimentos populares com informações e reflexões cujo acesso seria impossível com a ausência dessa ferramenta. Em função da opção por uma abordagem de abrangência nacional, não se recorreu à visita em arquivos públicos e não se utilizou de fontes locais, como boletins publicados pelos sindicatos de determinadas regiões ou entrevistas com sindicalistas ou militantes dos movimentos populares de determinados municípios. Porém, foi realizada uma pesquisa de campo em São Paulo, capital, junto à sede nacional da CONLUTAS em que foi possível o acesso a inúmeros documentos referentes à essa entidade, que contribuíram com a reflexão dessa pesquisa e, conseqüentemente, com a escrita desse texto. Realizou-se, também, entrevistas com dois dirigentes políticos nacionais da CONLUTAS². Assim, os sítios

¹ Tivemos contato com um relatório elaborado em 2009 pelas Docentes Andréa Galvão (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas) e Patrícia Trópia (Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia), após a coleta de dados referentes à ocorrência do 1º Congresso da CONLUTAS, realizado na cidade de Betim - MG, em 2008. Embora a gentil disponibilização desse relatório por parte da Professora Patrícia Trópia, não utilizamos os dados, os questionamentos e as reflexões presentes nesse trabalho, porque o período de reflexão dessa monografia é de 2003 a 2007.

² Devido as limitações e os propósitos dessa pesquisa, não se realizou entrevistas com os trabalhadores da base sindical e popular da CONLUTAS. Porém, para as próximas reflexões, será necessária a realização dessas entrevistas que possibilitará outras reflexões e outras percepções sobre a realidade objetiva e subjetiva do movimento dos trabalhadores no Brasil. Cabe ressaltar, ainda, que documentos básicos e necessários para a compreensão mais específica e concreta sobre o surgimento da CONLUTAS (como por exemplo a ata do Encontro Nacional realizado em março de 2004, em Luziânia - GO, demonstrando especificamente quais entidades sindicais e populares estiveram presentes nesse evento) não estavam disponíveis na sede nacional da CONLUTAS. Foram realizadas inúmeras tentativas para obter o acesso a esses documentos, com os dirigentes nacionais

eletrônicos, os panfletos, fotos, textos, boletins, resoluções políticas e as entrevistas, se constituíram como fontes importantes e complementares entre si, para a realização dessa investigação.

Os inúmeros documentos, utilizados no decorrer dessa pesquisa, não foram vistos como portadores da verdade inquestionável sobre os fatos e a realidade, e sim, como indicadores sobre as contradições do processo histórico em reflexão. Nesse sentido, recorre-se a Lucas (2007), quando afirma que:

“[...] no mesmo momento em que se deve recusar a noção positivista de documento como expressão irreduzível do fato histórico, não se pode tratá-lo como mero objeto que confirma determinado conhecimento completamente exterior ao próprio documento, sendo este apenas exemplificação de um construto elaborado pelo historiador, baseado em modelos teóricos pré-estabelecidos. [...] Isso significa que os documentos devem representar elemento ativo do procedimento de pesquisa em História, porém, sendo tratados criticamente e não meramente reproduzidos nos resultados do estudo”.

Há um entendimento de que, da mesma forma como as fontes escritas, as fontes orais também devem ser tratadas pelo historiador de forma crítica. Pois, se por um lado elas demonstram ao historiador as diversas experiências objetivas e subjetivas vividas pela população em um determinado período histórico, apontando assim inúmeras evidências ausentes nas fontes escritas (Lucas, 2007 apud Samuel, 1989/1990), por outro, apresentam limitações, opções, recortes, omissões, exigindo um olhar crítico e prudente do historiador e sua articulação com as demais fontes (Lucas, 2007).

Nesse texto, utilizamos também algumas fotos e figuras, com o objetivo de melhor contribuir com a compreensão e reflexão sobre o surgimento e a construção da CONLUTAS, nesse período de 2003 a 2007. Entende-se que as imagens se configuram como importantes instrumentos para uso dos historiadores em suas reflexões e problematizações, posto que também elas são registros e evidências da realidade histórica que se quer analisar. Ainda, em relação aos documentos consultados, procuramos tratá-los partindo da compreensão de que, como afirma Déa Fenelon (2005)³, os diversos documentos são fontes que:

“[...] expressam sujeitos históricos, inseridos ativamente numa complexa rede de relações e acontecimentos e num intrincado jogo de pressões e limites que é preciso problematizar”.

da CONLUTAS que estiveram desde 2004 em sua construção nacional, mas não se obteve sucesso em nenhuma dessas tentativas.

³ FENELON, Déa. Introdução. **Muitas Memórias, outras histórias**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 2005, p. 10.

A articulação entre a História e outras áreas de pesquisas, como a Economia, a Filosofia, a Sociologia, a Ciência Política e a Geografia; bem como a utilização de textos, acadêmicos ou não, elaborados por dirigentes políticos, como José Maria de Almeida e Paulo Agüena, também trouxeram importantes reflexões e contribuições para a escrita desse texto. Assim, explicita-se, no decorrer desse texto, a opção por refletir sobre a realidade, procurando estabelecer uma articulação entre a História e outras áreas do conhecimento, entendendo como fundamental importância tal procedimento para melhor compreensão do processo histórico e do objeto enfocado.

Embora este não seja o local mais apropriado para se realizar um intenso debate sobre a concepção de História e sobre os ofícios e possíveis desafios enfrentados pelos historiadores, recorre-se a Josep Fontana (2004), concordando com a sua perspectiva historiográfica de que um dos maiores desafios que os historiadores encontram, atualmente, é o retorno ao envolvimento com os problemas de nosso tempo, como fizeram no passado os historiadores que contribuíram com o seu trabalho para melhorar em algum aspecto o mundo em que viviam. Para o autor:

(...) Se os historiadores franceses do primeiro terço do século XX estudavam a revolução de 1789, era porque queriam contribuir para assentar os fundamentos das liberdades democráticas contra as forças que as ameaçavam (e não é por casualidade que, em 1940, boa parte dos que defendiam uma interpretação progressista da revolução uniu-se a resistência, enquanto outra, a dos que criticavam no terreno da história, colaborou com os alemães). E se os historiadores marxistas britânicos do pós-Segunda Guerra Mundial dedicaram-se à análise profunda da revolução industrial e seus antecedentes, era para entender melhor os fundamentos do capitalismo e, assim, aliviar os males que ele causava. Para nós corresponde o grande desafio de encontrar as causas dos dois grandes fracassos do século XX: explicar a barbárie que o caracterizou, com o objetivo de evitar que se reproduza no futuro e a natureza dos mecanismos que engendraram uma maior desigualdade, desmentindo as promessas do projeto de desenvolvimento que pretendia ampliar os benefícios do progresso econômico a todos os países subdesenvolvidos do mundo.⁴

Nesse sentido, Fontana afirma que não gostaria de repetir a crítica feita anteriormente por Marc Bloch aos historiadores de seu tempo, na qual os historiadores não atreveram a ser em praça pública a voz que clama no deserto, preferindo a quietude dos escritórios. Contudo, Fontana expressa que essa idéia não implica que os historiadores devam retornar à mesma reflexão metodológica realizada por seus antecessores, pois apesar das contribuições positivas

⁴ Ver FONTANA (2004), p. 471-472.

de Labrousse na história econômica e social, e de Thompson na história social e cultural, o autor acredita que:

(...) Se os teóricos do pós-modernismo e da subalternidade nos mostraram que nossos instrumentos tinham deficiências, convém que os revisemos antes de prosseguir o trabalho. Mas, a revisão não resume tudo. Teoria e método não são os objetivos de nosso ofício, mas tão somente as ferramentas que empregamos com o objetivo de melhor compreender o mundo em que vivemos e de ajudar outros a entendê-lo, a fim de que, com todos, façamos algo para melhorá-lo, o que sempre é possível.⁵

A escolha desse tema e desse objeto para a realização dessa pesquisa está diretamente relacionada com essa perspectiva historiográfica acima fundamentada. É fato que, atualmente, há uma avalanche de pesquisas acadêmicas que se distanciam desse debate, o que indica a necessidade de reafirmarmos o compromisso de estudar os problemas da nossa temporalidade histórica. Considero esse tema relevante tanto do ponto de vista social quanto político, pois com as reflexões aqui contidas, espero contribuir de alguma forma para melhor compreensão das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores na atualidade, na sua difícil tarefa de resistir às práticas de dominação e de buscar alternativas com vista à construção de outra forma de convívio social, o que pressupõe a superação dessa realidade caracterizada pela lógica capitalista, a qual, segundo BORON (2010)⁶, comporta a existência de 1,020 bilhão de desnutridos crônicos, 2 bilhões de pessoas sem acesso a medicamentos, de 884 milhões de pessoas sem acesso à água potável, 924 milhões de pessoas estão “sem teto” ou em precárias condições de moradia, 1,6 bilhão de pessoas que não convivem com a eletricidade, 2,5 bilhões que não têm sistemas de drenagens ou saneamento, 774 milhões de adultos analfabetos, 218 milhões de crianças, entre 5 e 17 anos, que trabalham precariamente em condições de escravidão e em tarefas perigosas ou humilhantes, como soldados, prostitutas, serventes, na agricultura, na construção ou indústria têxtil, e que possui o índice de 18 milhões de pessoas (sendo a maioria crianças menores de 5 anos) que morrem por ano devido à pobreza.

Nesse sentido, com a perspectiva de que “Escrever História” é também dialogar com a sociedade sobre os seus anseios, seus problemas e suas contradições e, com a perspectiva de que é necessário substituir esse sistema sócio-econômico vigente hoje no mundo gerador de uma imensa pobreza e uma imensa desigualdade social, é que se desenvolveu a breve pesquisa sintetizada nesse trabalho.

⁵ Ibidem.

⁶ Boron, Atilio. Saiba o que é o capitalismo. Texto disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/saiba-o-que-e-o-capitalismo-por-atilio-boron-/>>

Esse trabalho está organizado em dois capítulos. O primeiro contém dois tópicos com algumas subdivisões internas. Procuramos, aqui, apresentar inicialmente um debate amplo sobre a reestruturação produtiva do capital, recorrendo a alguns desdobramentos históricos caracterizados pelo surgimento e desenvolvimento do taylorismo e do fordismo, em um primeiro momento, e pelo desencadeamento do modelo toyotista de produção, em uma fase posterior, relacionando esses desdobramentos com a configuração da classe trabalhadora hoje no Brasil. Consideramos importante realizar esse tipo de abordagem por entender que as transformações na estrutura do capital, nos últimos 100 anos, têm ligação direta com as mudanças mais recentes e, por conseguinte, com as (re)configurações na classe trabalhadora e nos modelos e estratégias de suas organizações de classe, constituídos no cotidiano social, no decorrer do processo histórico da luta de classes. Nesse sentido, entende-se que os modelos de estratégias para as resistências e lutas utilizadas pelos trabalhadores na primeira metade do século XX, na vigência da proposta taylorista e fordista para a estrutura produtiva do capital, não são eficazes para enfrentar as transformações no campo da produção, da cultura e do social, provocadas pelo surgimento e desenvolvimento do modelo toyotista de produção a partir das décadas de 1950 e 1960. Para a realização de um debate crítico sobre o processo de reestruturação produtiva e sobre as mudanças objetivas e subjetivas na configuração da classe trabalhadora, foram de grande valia algumas contribuições teóricas, como as de Antunes (1994; 2000; 2005), Boito Jr. (2001), Mattos (1998; 2009), Mézaros (2002; 2007), Silva (2001) e Pinto (2007).

Ainda nesse primeiro capítulo, buscamos uma reflexão crítica sobre a vigência hegemônica do capitalismo no Brasil em seu formato neoliberal, com as suas conseqüências políticas, sociais e culturais; e uma reflexão sobre modelo de prática sindical hegemônico no interior da CUT nos últimos 20 anos, baseada na busca de resultados imediatos e com uma estratégia, ao nosso entender, de conciliação entre capital e trabalho. Para o conjunto dessas reflexões, utilizam-se as fundamentações teóricas desenvolvidas por Alves (2006), França (2008) e Galvão (2006; 2007). Na seqüência, foi desenvolvida uma reflexão sobre as intensas mudanças objetivas e subjetivas que ocorreram com o movimento sindical no Brasil diante da vitória de Lula e PT, quando milhares de sindicalistas passaram a ocupar importantes cargos públicos e quando a estratégia política da CUT sofre modificações relevantes, aprofundando a perda de autonomia em relação ao Estado e renunciando não na teoria, mas na prática, a sua autonomia em relação ao Governo Lula; quebrando assim, um princípio histórico do movimento dos trabalhadores que é a autonomia de uma organização política dos trabalhadores em relação ao Estado e ao Governo. Existem poucos trabalhos realizados sobre

essa questão, assim, essa pesquisa realiza o diálogo com os dados apresentados nos textos de Brandt e Tosta (2008) e Ladosky (2009), e utiliza as críticas sobre esse processo expressas em um texto elaborado por Marcelo Badaró utilizado como subsídio ao debate realizado na Assembléia Geral dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (UFF) em 16 de fevereiro de 2005.

O capítulo dois está dividido em cinco tópicos. O tópico inicial dá seqüência à reflexão iniciada no primeiro capítulo, e aborda as insatisfações de alguns setores minoritários do movimento sindical brasileiro com os posicionamentos políticos da CUT e com a ausência de autonomia política dessa Central em relação ao Governo Lula. Esse tópico relaciona ainda essa situação com a reflexão referente ao contexto atual da organização sindical no país e no mundo, demonstrando que em vários países, inclusive no Brasil, houve uma queda na taxa de sindicalização, e ratificando que no país houve uma queda vertiginosa do número de greves e grevistas no decorrer dos últimos 30 anos, simbolizando esse período atual caracterizado não pela ausência, mas pelo refluxo das lutas sociais. Nesse aspecto, as contribuições de Mattos (2009) e Santos (2006), foram fundamentais para a realização de uma análise crítica sobre essas questões. Esse tópico é finalizado com a apresentação sobre o surgimento da CONLUTAS em 2004, constituída como um espaço alternativo à CUT, e com a demonstração de sua trajetória até 2006, quando se transforma em uma Entidade Sindical e Popular durante a realização do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT).

O segundo tópico desse capítulo contém uma discussão destinada ao debate sobre a realização do CONAT, dialogando sobre as deliberações relativas aos princípios e propostas de funcionamento da nova entidade que surgiu nesse congresso. Dedicou-se a esse tópico, também, uma apresentação sobre a composição política e social do CONAT, recorrendo às análises teóricas e aos dados sintetizados por Aguenta (2006), que demonstram a quantidade de representações sindicais, populares e estudantis, e as distintas organizações políticas que participaram desse congresso.

O terceiro tópico apresenta algumas contradições que caracterizaram a realização do CONAT, demonstrando, por um lado, as práticas e as opções políticas presentes no congresso que foram inovadoras e que apresentaram perspectivas positivas para a organização dos trabalhadores e, por outro, as limitações, os desafios e as contradições do congresso, bem como os descontentamentos políticos existentes e expressos no decorrer do CONAT em relação à organização e à metodologia adotada pelos organizadores do congresso.

Na seqüência desse capítulo, procuramos realizar uma reflexão sobre a atuação cotidiana da CONLUTAS, evidenciando seus reflexos no cotidiano social, na reorganização

dos trabalhadores e suas lutas no Brasil. Esse tópico evidencia, também, as articulações políticas realizadas entre a CONLUTAS e outras organizações sindicais e populares, bem como as mobilizações políticas e sociais protagonizadas pela CONLUTAS, previstas em suas deliberações políticas no decorrer daquele período. A intenção dessa análise é, portanto, demonstrar criticamente que a CONLUTAS não se limitou à teoria e conseguiu construir uma organicidade que possibilitou, mesmo com várias dificuldades e limitações existentes, uma intervenção prática no cenário político e social do Brasil.

Por último, apresentamos nesse segundo capítulo, uma reflexão crítica sobre a proposta da CONLUTAS para a organização dos trabalhadores no Brasil, e sobre as suas intenções e concepções teóricas expressas publicamente, relacionando-as com a análise expressa nessa pesquisa sobre a realidade social do país. Assim, procuramos demonstrar os desafios e as contradições apresentadas à CONLUTAS em relação às suas concepções teóricas e sua prática política, bem como as incoerências e os equívocos entre as suas formulações teóricas e políticas em relação à realidade concreta da estrutura / funcionamento do capital e em relação à configuração e composição da classe trabalhadora no Brasil. Ou seja, esse tópico apresenta uma reflexão sobre os equívocos presentes, em minha opinião, nas formulações teóricas da CONLUTAS referentes às estratégias para a superação do sistema capitalista vigente hoje no Brasil e no mundo.

Em síntese, o texto dessa monografia procura refletir sobre a situação atual da organização do movimento dos trabalhadores no Brasil diante da reestruturação toyotista e seus impactos na configuração da classe trabalhadora, debatendo a hegemonia da prática do sindicalismo cidadão no cenário sindical brasileiro nos últimos 20 anos e as mudanças ocorridas no campo da organização dos trabalhadores após a vitória de Lula e do PT nas eleições presidenciais de 2002.

CAPÍTULO 1

REDIMENSIONAMENTOS DO CAPITAL E SEUS REFLEXOS NAS ORGANIZAÇÕES DOS TRABALHADORES NO BRASIL

1.1 – DO SURGIMENTO DO BINÔMIO TAYLORISMO/FORDISMO AO TOYOTISMO: AS MODIFICAÇÕES NA ORGANIZAÇÃO DA ESFERA PRODUTIVA DO CAPITAL NO DECORRER DO SÉCULO XX

Os países que se industrializaram nos séculos XVIII e/ou XIX, vivenciaram de imediato no início do século XX uma intensificação do desenvolvimento da mecanização, da industrialização, da tecnologia como conseqüência do desenvolvimento dos meios de produção. Esse desenvolvimento conseqüentemente influenciou o processo de desenvolvimento industrial ocorrido tardiamente em países como o Brasil, no qual apenas no último quarto do século XIX surgiram os primeiros estabelecimentos industriais.

O modelo de produção capitalista é caracterizado por sucessivas mutações das estruturas produtivas, bem como das relações sociais e de produção (MARX e ENGELS, 1998, p. 11; SILVA, 2001, p. 25), mantendo porém a essência estrutural do sistema capitalista constituída pela manutenção privada dos meios de produção e pela exploração do homem pelo homem. O desenvolvimento do capitalismo no início do século XX, é caracterizado pelo surgimento de novas formas de organizações do trabalho no interior das fábricas e dos meios de produção. Entendemos que essas mudanças ocorridas no decorrer do século XX, influenciaram materialmente e subjetivamente a vida dos trabalhadores.

Cronologicamente as primeiras propostas de organizações do trabalho foram desenvolvidas no final do século XIX e início do século XX pelos norte-americanos Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1862-1947). Taylor desenvolveu a idéia de um novo modelo que recebeu o nome de taylorismo que objetivou a eliminação de gestos “desnecessários” no decorrer da produção, cronometrando inclusive o tempo necessário para o desempenho de determinada atividade, e buscou também a intensificação da divisão do trabalho na esfera produtiva e na esfera administrativa não exigindo do trabalhador um acúmulo excessivo de conhecimentos gerais e habilidades, mas sim uma especialização acentuada em uma determinada função (PINTO, 2007, p. 32). O taylorismo é caracterizado pela mecanização do processo de trabalho que retira do então operário algo que era anterior ao

período da primeira revolução industrial, que provinha do antigo artesão, qual seja, a sua autonomia em relação ao tempo e ao ritmo de trabalho, submetendo assim o proletário fabril à dinâmica e à necessidade da maquinaria. Além disso, o taylorismo é caracterizado também pela separação das tarefas entre concepção e execução, em que essa última sofreu uma divisão intensa que destinou ao trabalhador fabril a execução de tarefas simples (SILVA, 2001, p. 26).

Ford, utilizando-se basicamente da mesma estrutura de organização taylorista, acrescenta a esse modelo de organização a linha automática de produção aprofundando portanto a submissão do operário às máquinas, fixando esse a um único local da linha de produção e impondo em um tempo ainda mais curto o ritmo da produção. Esse modelo chamado de fordismo, impõe especialização extrema de cada atividade no decorrer da produção, gerando conseqüentemente uma simplificação das tarefas contribuindo para o embrutecimento do trabalhador após uma rotina caracterizada por uma excessiva repetição de movimentos iguais em curtos períodos de tempo, tarefas essas que podem ser realizadas por qualquer indivíduo sem nenhuma experiência (PINTO, 2007, p. 45). Outras características do modelo fordista estão relacionadas à produção em série e em massa de um produto, e a verticalização dessa produção colocando o controle do processo produtivo, da matéria prima à distribuição final do produto, como responsabilidade da empresa.

Como a proposta fordista complementou a proposta taylorista, nos referiremos a esses modelos como um processo complementar denominado pelo “binômio taylorismo-fordismo” (ANTUNES, 2000). Não podemos esquecer que essas significativas mudanças na organização produtiva contaram com a reação imediata e organizada dos trabalhadores representados pelos respectivos sindicatos, e embora o movimento operário-sindical tenha atuado com mais vigor questionando de fato essa estrutura organizativa na segunda metade do século XX, inúmeros setores do movimento operário optaram na primeira metade desse século por centralizar suas forças na disputa política do Estado, se atrelando significativamente a esse. O sistema taylorista/fordista se estruturou no decorrer do século XX diante uma conjuntura inicial favorável. Duas importantes características da primeira metade do século XX foram o desencadeamento de duas grandes guerras mundiais e a primeira grande crise econômica mundial em 1929 que ocorreu entre os dois conflitos militares. A configuração desse cenário como conseqüência desse processo se tornou inicialmente um espaço fértil para o retorno do desenvolvimento da produção⁷.

⁷ No início da década de 1950, as economias capitalistas centrais retornavam ao ritmo de produção próximo ao vivenciado no momento anterior à quebra da bolsa de Nova York em 1929.

Porém, o sistema capitalista vivencia no final dos anos 60 e início dos anos 70 o início de uma crise de acumulação de capital, que provocou uma redução da taxa média de lucro. Destacam-se quatro pontos fundamentais que favoreceram o início desse período de crise sendo; a diminuição dos níveis de produtividade devido à ruptura do desenvolvimento expansivo e econômico do sistema taylorista/fordista que possibilitou inclusive o fortalecimento do movimento operário no início da década de 60, a diminuição da taxa de lucro gerada pela diminuição da rotatividade do capital e pelo aumento do capital fixo em relação ao capital circulante, a diminuição e o esgotamento da expansão do nível de consumo de bens duráveis que eram produzidos em larga escala não aumentando assim a taxa de lucro, e o desenvolvimento da esfera de circulação de capital sustentada pelo trabalho improdutivo via setores de serviços, financeiros e comerciais (SILVA, 2001, p. 30-31).

Essa conjuntura econômica dos anos 70 caracterizada pelo início de uma forte crise de acumulação de capital somada à derrota das lutas operárias que não conseguiram substituir a lógica de produção do capital (ANTUNES, 2000), favorece o surgimento de um novo modelo de organização do trabalho, pautado pela acumulação flexível, revisão quanto à estratégia de produção em larga escala optando por buscar o desenvolvimento tecnológico, um nível elevado de qualidade e personificação dos produtos que nesse momento se enquadram em grande quantidade no campo do consumo. Pinto (2007), afirma que um dos requisitos desse novo período é a busca pelo barateamento do produto final obtido pela flexibilidade produtiva estruturada em uma “fábrica mínima” caracterizada pela mínima ociosidade no que se refere a equipamentos, a estoques e ao efetivo de trabalhadores. A alta flexibilidade produtiva e a substituição da produção em larga escala se mostraram incompatíveis com o modelo de organização taylorista/fordista.

Diante desse processo de mudanças da estrutura organizacional do trabalho, que denominaremos de reestruturação produtiva (ANTUNES, 2000; PINTO, 2007), destacamos o surgimento do modelo toyotista, desenvolvido no Japão desde os anos 50 pela empresa Toyota Motor Company, que se consolidou nos anos 60 e 70 por se enquadrar às necessidades do capital relativas à manutenção da taxa de lucro, em um período caracterizado por uma crise global de acumulação de capital.

O toyotismo⁸, como característica central da fase de reestruturação produtiva vivenciada pelo capitalismo na segunda metade do século XX, se diferencia do fordismo (ANTUNES, 2000, p. 54-55) em alguns aspectos em que a produção se torna mais

⁸ Sobre o Toyotismo, ver Antunes (2000) e Pinto (2007).

heterogênea vinculada à demanda do mercado consumidor, em detrimento da produção homogênea em série e de massa; o trabalho é realizado em equipe, em que o trabalhador possui múltiplas funções em substituição ao trabalho dividido e especializado, a produção se torna mais flexível aumentando o teor de exploração do trabalho, visto que dessa forma é possível que o trabalhador opere simultaneamente várias máquinas. Além disso, o modelo toyotista visa evitar o desperdício de tempo de produção via mecanismos de just in time e Kanban (que calcula pontualmente a quantidade necessária de produtos para a reposição no estoque), e inicia um processo de terceirização da produção ao não concentrar mais em apenas um estabelecimento, a um local, todo o processo produtivo.

No plano internacional os anos 50, 60 e 70, foram caracterizados por inúmeras mobilizações dos trabalhadores em resistência às conseqüências negativas da estruturação taylorista/fordista na vida cotidiana pessoal e profissional dos trabalhadores⁹. Em alguns países, as mobilizações da classe trabalhadora abalaram a estrutura do sistema capitalista, paralisando a estrutura produtiva de determinadas regiões que afetaram a margem de lucro dos gerentes do capital industrial; porém é fato que a classe trabalhadora organizada não conseguiu naquele período substituir o modelo estrutural do capitalismo. Com essa conjuntura, o desenvolvimento do toyotismo além de intensificar o nível de exploração do trabalho, buscou simultaneamente resposta à crise econômica vivenciada pelos países naquele período, e uma reação às ações do movimento sindical que segundo Antunes (1994), constituíam um grande entrave à estruturação e implementação desse modelo.

O modelo toyotista, se constituiu como uma resposta às intensas mobilizações dos trabalhadores, promovendo objetivamente e subjetivamente a construção do ideário do sindicalismo de colaboração, do sindicalismo de empresa, do sindicalismo participacionista; em detrimento do sindicalismo classista e combativo. E o toyotismo, no decorrer de seu desenvolvimento, exigiu que a estrutura da organização do trabalho fosse caracterizada pela flexibilidade dos direitos trabalhistas e sociais. Houve uma consonância entre a nova estrutura toyotista com a proposta do novo liberalismo implementado por governos como o da

⁹ No Brasil, as mobilizações dos trabalhadores foram reprimidas a partir do golpe militar de 1964. Com o Ato Institucional N° 5, em 1968, ocorreram poucas mobilizações operárias, populares e estudantis no final da década de 60 e no decorrer da década de 70; presenciando apenas no final dos anos 70 o ressurgimento das mobilizações sociais, tendo na década de 80 um marco fundamental na História da reorganização social e sindical no Brasil. No final dos anos 70 a União Nacional dos Estudantes (UNE) se reorganiza, e no início dos anos 80, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Inglaterra, do Chile e dos Estados Unidos da América (EUA) a partir dos anos 70, e do Brasil a partir dos anos 90¹⁰.

Os impactos subjetivos na vida dos trabalhadores diante a estruturação do modelo toyotista foram perceptíveis. Além de uma significativa reestruturação na esfera produtiva, o toyotismo se desenvolveu paralelamente a uma crise mundial de acumulação de capital e à implementação global do modelo econômico liberal. Essas confluências geraram uma enorme taxa de desemprego e miserabilidade nos países que adotaram o receituário neoliberal, constituindo no imaginário da classe trabalhadora o sentimento de medo de perder o emprego, incentivando os trabalhadores a aceitarem as condições de trabalho caracterizadas por uma intensa precarização diante, por exemplo, de uma ofensiva política de retirada de direitos sociais e trabalhistas, acompanhada de um ritmo de trabalho exaustivo e estressante.

1.1.2 – OS REDIMENSIONAMENTOS DO MUNDO DO TRABALHO

Entendemos que houve significativas mudanças na configuração da classe trabalhadora diante das intensas transformações ocorridas na esfera produtiva do capital. É certo que desde o início do desenvolvimento do capitalismo, a classe trabalhadora surge e se desenvolve com inúmeras peculiaridades e diferenças em seu interior (BOITO JR., 2001). Organizados em sindicatos, os trabalhadores fabris, os operários, constituíam um importante setor no interior do campo da classe trabalhadora. Devido o desenvolvimento numérico e organizativo através de sindicatos e devido a sua relação direta com a produção de mais-valia, setores da esquerda dedicaram ao setor operário no decorrer dos séculos XIX e XX, um caráter de centralidade e por isso, de vanguarda no processo de luta de classes¹¹ em direção a derrubada do capitalismo.

¹⁰ No decorrer do texto, abordaremos aspectos do liberalismo econômico que caracterizou a política econômica dos países capitalistas no decorrer da segunda metade do século XX, pensando, principalmente, na consequência da implementação dessa política aqui no Brasil com os governos de Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula).

¹¹ Reforçamos a idéia de que o setor operário fabril constituía uma significativa parcela da estrutura social da sociedade capitalista nos séculos XIX e XX, e em nosso entendimento, esse setor era bastante expressivo e massivo. Vale destacar que apesar de todas as mudanças ocorridas na esfera produtiva do capital durante a segunda metade do século XX, provocando assim uma redução numérica de operários fabris e a relevância da esfera de circulação de mercadorias para a sustentação do sistema capitalista; ainda há teóricos que ao contrário do que será desenvolvido

Mas é necessário repensar a concepção baseada na centralidade operária no processo de luta de classes. Com o desenvolvimento do modelo toyotista na segunda metade do século XX, somado à intensa implementação da política neoliberal em diversos países e ao desenvolvimento do capital financeiro diante de uma conjuntura internacional caracterizada pelo início de uma profunda crise estrutural do capital¹²; percebemos mudanças objetivas e subjetivas na estrutura da classe trabalhadora e da estrutura social do capitalismo. Subjetivamente, destacamos, por exemplo, o fortalecimento de valores individuais em detrimento de valores coletivos, além da insegurança e do medo de perder o emprego caracterizar o imaginário da classe trabalhadora. Objetivamente, as transformações também foram significativas, quando percebemos inicialmente que nos últimos 25 anos do século XX, com a reestruturação produtiva, com a flexibilização e com a desconcentração do espaço físico da estrutura fabril; ocorreu em países desenvolvidos e subdesenvolvidos uma redução do proletariado fabril (ANTUNES, 1994) e a redução do oferecimento de trabalho mais estável. Para entender um pouco mais o significado dessa reestruturação produtiva, no Brasil, Mattos (1998) recorre aos dados¹³ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que mostram que de julho de 1994 a janeiro de 1998, a indústria brasileira eliminou 38% dos postos de trabalho desse setor. Nessa reflexão, Mattos (1998) ressalta que no decorrer da segunda metade do século XX, em que a economia brasileira vivenciou um notável desenvolvimento industrial, apenas 30% da população economicamente ativa (PEA) foi absorvida para ocupar os postos de trabalho no setor fabril.

A afirmação quanto à ocorrência de mudanças no campo das relações do trabalho, se deve pela expansão e pela “regularização” do trabalho dito precário caracterizado pela desregulamentação dos direitos trabalhistas e sindicais. Nos últimos 25 anos, pensando tanto em nível global como de Brasil, percebemos uma proliferação do trabalho terceirizado e

nesse trabalho, entendem que a centralidade da luta de classes ainda está no setor operário. Ver (LESSA, 2005 e 2007).

¹² Para uma reflexão mais profunda sobre o conceito de “crise estrutural do capital”, ver (MÉSZAROS, 2002; ANTUNES, 1994, 2000 e 2005).

¹³ Segundo Mattos (1998), a metodologia utilizada pelo IBGE nessa pesquisa, considera cidadãos como empregados, todos que declaram ter realizado qualquer tipo de trabalho nas semanas que antecedem à pesquisa. De 1998 a 2009, não houve uma modificação substantiva na conjuntura do setor industrial, ou seja, os postos eliminados no período de 1994 a 1998, não foram recuperados. Com a última crise econômica mundial em 2008, desencadeada inicialmente nos EUA, segundo Mattos (2009), de outubro de 2008 a fevereiro de 2009, os postos de trabalho no setor industrial diminuíram consecutivamente, mês após mês.

temporário (part-time)¹⁴, que Antunes (2005) também classifica como “subcontratados e subproletariado fabril e de serviços”. Refletindo sobre essa nova configuração da estrutura do trabalho, no campo formal, destaca-se segundo Antunes (2005)¹⁵, que houve um aumento expressivo do trabalho feminino que chega a ocupar mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, ocupando os postos mais precarizados e temporários, com uma remuneração salarial inferior a dos homens, além de exercerem funções baseadas no trabalho intensivo que exigem uma qualificação menor¹⁶.

Quando pensamos a configuração total da estrutura social do trabalho no capitalismo hoje, pontuamos a vigência do desemprego estrutural¹⁷ e a existência de um alto índice do trabalho informal. Segundo Mézaros (2002) a problemática do desemprego se modificou no decorrer do século XX, não atingindo somente as áreas mais subdesenvolvidas do globo, bem como não afetando somente os estratos “mais qualificados” da classe trabalhadora¹⁸. Para o autor, o problema do desemprego

não mais se restringe à difícil situação dos trabalhadores não-qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores “altamente qualificados”, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, os escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis (MÉSZAROS, 2002, p. 1005).

Segundo Santos (2008), de acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT, em 2006 o número total de desempregados em todo o globo terrestre era de 195,2 milhões de pessoas, o que equivalia a 6,3% da população mundial. A autora destaca também que apesar da questão do desemprego caracterizar o capitalismo desde o seu desenvolvimento inicial; atualmente o problema do desemprego ganhou mais complexidade e

¹⁴ O predomínio do trabalho terceirizado e temporário gerou inúmeras conseqüências subjetivas no cotidiano dos trabalhadores, visto que com essa estrutura organizativa do trabalho, não se incentiva o desenvolvimento de vínculos com o local de trabalho por parte dos trabalhadores diante o caráter temporário do emprego, além de dificultar a busca por projetos e ideais coletivos, quando o curto período proposto pelo contrato de trabalho não permite a construção de identidades coletivas. Essas condições impostas pelos contratos de trabalho temporários não estimulam também a aproximação desses trabalhadores com a estrutura sindical. Percebe-se que em muitas empresas privadas, indústrias e setores públicos, os trabalhadores terceirizados não possuem o hábito de vivenciar cotidianamente a rotina sindical, e em alguns casos os trabalhadores não chegam a se quer conhecer, suas representações sindicais.

¹⁵ Ver p. 28-32.

¹⁶ Destaca-se que os trabalhadores/as imigrantes e negros/as também exercem com freqüência essas funções. Ver ANTUNES, 2005, p. 28-32.

¹⁷ Ver ANTUNES, 2005 e MÉSZAROS, 2002.

¹⁸ Sobre esse debate, ver também SANTOS, 2008.

heterogeneidade, atingindo com todas as ressalvas¹⁹, “todos os segmentos sociais”. Os dados do IBGE²⁰ apontam que, em fevereiro de 2009, no Brasil a taxa de desemprego nas principais regiões metropolitanas foi de 8,5%. E em 2004, foi registrada a taxa mais alta de desemprego no Brasil, desde 2003, atingindo 12%.

Essas modificações citadas acima, principalmente no que se refere à estruturação do desemprego na sociedade atual, modificam a essência do conjunto de pessoas desempregadas existentes no Brasil e no mundo. Se, no início do desenvolvimento do capitalismo, por não estarem inseridas no campo da produção de mercadorias, lhes era dedicado um peso insignificante no processo de luta de classes; esse momento requer outro olhar, outra análise, sendo necessário lhes atribuir uma importância considerável. Nesse novo contexto, o caráter estrutural do capitalismo, embora provoque o sentimento de que “não há nada a perder,²¹” diante da insegurança, do constrangimento, do abandono, da indiferença e da conseqüente miséria e degradação que os trabalhadores se inserem; cabe analisar que, no amplo contingente de desempregados, estão, também, os trabalhadores com um alto nível de qualificação, que possuem a experiência no processo de produção/circulação de mercadorias. Ou seja, apesar de se encontrarem por um longo período na situação de desempregados, não há motivos para serem considerados “irrelevantes” esses trabalhadores no processo de luta de classes, sobretudo, tendo em vista que já vivenciaram o cotidiano do processo de produção e circulação de capital. Hoje, o trabalho informal é um setor significativo na economia brasileira (SANTOS, 2008), e constitui assim um papel relevante no interior da complexa configuração da classe trabalhadora. Segundo Noronha (2001) apud Santos (2008), a informalidade está presente no Brasil desde os anos 60²², em que recebia a denominação de “subemprego”. Nesse período, esse setor era constituído pelos aglomerados de pessoas que

¹⁹ É importante entender que a inserção do desemprego nos segmentos sociais, ocorre com as suas devidas peculiaridades, relativas à idade, gênero, etnia, escolaridade e rendimento familiar.

²⁰ Ver em: <<http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#>>. Acesso em: 20 jun. 2009. Ver também esses dados analisados em Mattos (2009).

²¹ Karl Marx e Friedrich Engels, em O Manifesto Comunista de 1848, afirmaram que os proletários nada tinham a perder, a não ser seus grilhões. Entendemos que na realidade atual, identificada pelo medo de perder o emprego, pelo medo da miséria; os desempregados constituem um fragmento social que por vivenciarem uma realidade objetiva e subjetiva caracterizada por uma intensa degradação, não tem, portanto esse setor, nada a perder.

²² Essa informalidade refere-se ao conceito contemporâneo, específico desse momento, utilizado por pesquisadores de inúmeras áreas quando citam a informalidade como um elemento da atual conjuntura política, econômica, social e cultural no Brasil. Pois cabe lembrar, que a condição de informalidade caracterizou as condições de trabalho no Brasil desde o período da colonização portuguesa.

migravam do campo para a cidade e que viviam em uma situação permanente de desemprego. Para Tafner (2006) apud Santos, o Plano Real elaborado em 1994, pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), consolidou na economia brasileira a existência do trabalho informal. Sobre essa questão, Santos (2008) afirma que:

“Até 1995, a cada aumento na oferta de emprego formal correspondia uma redução do índice de trabalhadores na informalidade. Porém, a lógica mudou e a tendência mostra que a criação de novos empregos com carteira assinada não causa mais esse impacto. A informalidade passou a ser um traço característico do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo nos últimos 11 anos”.

A consolidação do trabalho informal nos anos 90 ocorreu também devido o desaparecimento de inúmeros postos e funções de trabalho diante a reestruturação produtiva nos moldes toyotistas. Segundo os dados do IBGE representados na tabela abaixo, entre 1989 e 1996 houve um crescimento de aproximadamente 39,1% do trabalho sem registro, constituindo 43,7% da população economicamente ativa. Ou seja, nesse período, mais de 40% da população economicamente ativa no Brasil estava submetida ao trabalho informal caracterizado pela ausência de encargos e direitos trabalhistas, e caracterizado pelo não envolvimento com qualquer tipo de organização sindical. Isso trouxe inúmeras conseqüências negativas para o movimento sindical no país no decorrer da década de 1990.

Tabela 1

| DISCRIMINAÇÃO | BRASIL | | |
|--------------------------------------|--------|--------|--------|
| | 1989 | 1996 | % |
| PEA Assalariada (1000) | 38.459 | 41.077 | + 6,8% |
| PEA Assalariada/PEA Total (%) | 66,0% | 63,2% | - |
| Com registro (1000) | 25.523 | 23.089 | - 9,5 |
| Sem registro (1000) | 12.936 | 17.988 | + 39,1 |

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1989). Rio de Janeiro: IBGE
 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (1989). Rio de Janeiro: IBGE
 RAIS (1989) Brasília: Mtb.
 RAIS (1996) Brasília: Mtb.

Segundo Mattos (2009), em 2007, no meio urbano:

“[...] entre as 74.207.000 pessoas ocupadas, 72,9% eram empregados, 20,4% por conta própria, 2,5% ocupados não remunerados e 4% empregadores. Entre os empregados, 23,6% não possuíam carteira de trabalho assinada, o que somado aos por conta própria significa cerca de 44% de trabalhos precários”.

Ou seja, percebemos que não houve nenhuma modificação nos últimos anos no setor informal que influenciasse a realização de outra reflexão, que nos levasse a outros resultados diferentes dos apresentados até aqui.

A terceirização constitui hoje um elemento importante na configuração da classe trabalhadora, e é fruto das transformações subjetivas e objetivas desenvolvidas do processo da reestruturação toyotista presente no capitalismo nessas últimas décadas. Esse fenômeno presente nas esferas do capital hoje resulta no oferecimento de mão-de-obra de uma empresa, para outras empresas. Vamos aqui citar um exemplo para tentarmos compreender a lógica desse mecanismo tão presente hoje na estrutura do mundo do trabalho no Brasil. Conforme indica Mattos (2009), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) que foi privatizada no início de 1999, empregava em 1989, 23 mil trabalhadores vinculados diretamente à CSN. Após a privatização, esse quadro mudou, e hoje a CSN emprega cerca de oito mil trabalhadores vinculados diretamente à Companhia, e utiliza o serviço de nove mil trabalhadores terceirizados, que juntos (17 mil) mantêm o funcionamento cotidiano das atividades dessa antiga empresa estatal.²³ Ou seja, nove mil trabalhadores desenvolvem cotidianamente as suas funções na CSN, mas possuem vínculo empregatício com outras empresas.

O que pontuamos diante dessa realidade, é que hoje diante das transformações ocorridas existem notáveis diferenças objetivas e subjetivas no imaginário dos trabalhadores dessa Companhia e de outros estabelecimentos que possuem uma realidade semelhante ao caso da CSN. Como um trabalhador terceirizado que presta serviço em um determinado estabelecimento, entende o fato de não possuir as mesmas condições de trabalho que o trabalhador vinculado diretamente a esse estabelecimento, sendo que ambos dividem o mesmo espaço de trabalho, dividem o mesmo espaço nos intervalos das atividades e possuem responsabilidades vitais para o funcionamento da empresa? E a questão sindical? O trabalhador vinculado diretamente à empresa matriz possui um contato mais próximo,

²³ Não aprofundaremos a problemática da intensificação do trabalho, que é uma questão de extrema relevância para a reflexão sobre as contradições existentes hoje no mundo do trabalho, devido os limites desse trabalho. Mas percebemos nitidamente que, se antes da ocorrência da privatização, a CSN contava com 23 mil trabalhadores, e após a privatização o quadro geral final (trabalhadores vinculados diretamente e trabalhadores terceirizados) foi reduzido para 17 mil trabalhadores, com a necessidade de manter um nível elevado de produção; ocorreu uma intensificação do ritmo de trabalho. Para um debate mais aprofundado sobre esse processo, ver Graciolli (2007).

cotidiano com a estrutura sindical, com os representantes sindicais e o trabalhador terceirizado, apesar de contribuir mensalmente com o seu sindicato, por vezes não conhece a estrutura física do mesmo. Como, em muitos casos, a sede do sindicato está localizada em outra cidade, diferente da que desenvolve suas atividades, o trabalhador terceirizado sequer conhece os seus representantes. O fenômeno da terceirização afetou diretamente a organização sindical no país, e nos últimos anos, como veremos nas próximas páginas, os sindicatos (alguns por incapacidade diante das dificuldades conjunturais e outros por opção política), não organizaram essa parcela expressiva de trabalhadores terceirizados.

Outra característica relevante da atual estrutura do trabalho no Brasil, em seus diversos setores, é a expansão do número de estagiários ou bolsistas.²⁴ Em ambos os casos, a remuneração paga em troca da atividade desenvolvida pelos estagiários ou pelos bolsistas, é relevantemente menor do que a remuneração paga a outro trabalhador formado que atua na mesma área e desempenha as mesmas atividades. A essa condição, acrescentam-se os fatos de que a carga horária de trabalho para o estagiário ou bolsista é a mesma de um profissional, e que a empresa sendo ela pública ou privada, possuirá um número reduzido de encargos trabalhistas com a utilização dessas categorias de trabalhadores. Esse mecanismo, em muitos locais, é estratégico para suprir o número necessário de trabalhadores que garantam o funcionamento estável de determinada repartição, seja ela pública ou privada.

Uma consequência negativa gerada para a luta dos trabalhadores em busca de conquistas, diante da expansão do número de estagiários e bolsistas, é percebida nos momentos de enfrentamentos e reivindicações; como numa greve ou paralisação. Esses, por não possuírem os mesmos direitos trabalhistas que os trabalhadores profissionais, não se somam à organização coletiva e permanecem em seus setores de trabalho desempenhando as funções cotidianas²⁵. Dessa forma, em muitos casos, as greves e paralisações perderam, por

²⁴ Há uma diferença entre esses termos. O estagiário desenvolve atividades relacionadas ao seu campo de estudo, atividades que serão desenvolvidas no futuro enquanto profissional graduado. Já a condição de bolsista não prevê isso. O bolsista vende a sua força de trabalho em troca de uma bolsa que não equivale sequer ao valor referente do salário mínimo, e a atividade desenvolvida pelo bolsista não necessita ser vinculada a área de estudo de sua graduação.

²⁵ Destacamos nesse ponto, que a mesma reflexão que realizamos sobre as problemáticas desenvolvidas diante a utilização expansiva do serviço prestado pelos estagiários e bolsistas, equivalem para a utilização de mão-de-obra terceirizada. Em muitas empresas, quando ocorrem greves e paralisações, em que o sindicato não organiza efetivamente os trabalhadores terceirizados, esses continuam desempenhando as atividades cotidianas. Além disso, pontuamos também o fato de que o trabalhador terceirizado, o estagiário e o bolsista, possuem subjetivamente um receio em participar ativamente dos processos de paralisações e greves, por não possuírem representações sindicais nos próprios locais de trabalho e por não possuírem os mesmos direitos trabalhistas que os trabalhadores formais vinculados diretamente com a Instituição pública ou privada, possuem. E na

esse e outros motivos, parte de sua potencialidade; trazendo conseqüências danosas às relações e condições de trabalho. Entendemos, portanto, que não é um equívoco enxergar os estagiários e bolsistas como integrantes da classe trabalhadora, quando percebemos que esses desempenham em condições mais precárias, as mesmas atividades que um trabalhador profissional, tendo, inclusive, em muitos casos, desenvolvido atividades autonomamente e assumido responsabilidades centrais, para o funcionamento do setor de trabalho, e sentindo subjetiva e objetivamente as contradições da estrutura do trabalho na sociedade capitalista vigente.

Mattos (1998) afirma que a internacionalização do capital somada ao fortalecimento do capital financeiro, combinada ao “encolhimento industrial” relacionado à PEA vinculada ao setor secundário da economia diante a ampliação do setor de serviços, e ao emprego de novas tecnologias que reduziram drasticamente a demanda por mão-de-obra, e com a nova dinâmica do trabalho caracterizada pela polivalência do trabalhador; compõe todos esses, elementos que contribuíram com as mutações na configuração da classe trabalhadora.

O sistema capitalista sofreu nesses últimos anos inúmeras variações, sendo o fortalecimento do setor financeiro especulativo uma transformação relevante,²⁶ por proporcionar as classes dominantes a partir dos anos 70, a manutenção da margem de lucro, obtida anteriormente em grande parte pela esfera comercial, industrial e agrária. Diante dessa estrutura diversificada do capitalismo, entendemos que é um equívoco pensar que somente os trabalhadores produtivos vinculados à esfera industrial e agrária, possuem uma centralidade na luta pela transformação da sociedade, na luta pela destruição do capitalismo. Acreditamos ser um equívoco portanto, restringir somente ao trabalhador que produz mercadoria a condição de agente social da transformação. Segundo Mézaros (2007), a questão vital do agente social da transformação não é a relação mutável entre trabalhadores de “macacão” e de “gravata”, mas sim “o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho. Para o autor:

“Esse confronto não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como antagonista do capital. Em outras palavras, o trabalho como antagonista do capital – isto é, daquele que se

maioria dos casos, o contrato de trabalho dessas frações é temporário, sujeito ou não à renovação. Todos esses elementos influenciam atualmente, na organização coletiva e sindical dos trabalhadores.

²⁶ Embora esse trabalho não apresente uma profunda reflexão sobre as características do capitalismo e suas transformações; pontuaremos mais adiante alguns elementos que modificaram o capitalismo nesses últimos anos, e que caracteriza o capitalismo atualmente.

auto-afirma globalmente como o “capital social total”, e que só pode ser a “totalidade do trabalho”, em uma escala global – submete a si todas as suas parcelas e variedades, seja qual for a sua configuração socioeconômica no presente estágio da história” (MÉSZAROS, 2007, p. 71).

Dessa forma, nos opomos à concepção determinista, que desconsidera os inúmeros fatores que contribuíram e que contribuem na formação da classe trabalhadora²⁷, ao afirmar que somente o trabalhador assalariado industrial, somente aquele que produz mercadoria possui a centralidade do potencial revolucionário, que somente esse setor é capaz de ser a vanguarda e a direção política em um processo de transformação social. A classe trabalhadora hoje é constituída por inúmeros fragmentos, que procuramos descrever minimamente nos parágrafos acima,²⁸ e em nossa concepção baseada no *trabalho como antagonista irreconciliável do capital*,²⁹ é o conjunto dessas frações da *totalidade do trabalho*,³⁰ que possui uma grande potencialidade capaz de superar a estrutura global do capital. E no que se refere à vanguarda, não enxergamos nenhuma definição de que necessariamente, há de ser um desses fragmentos, a tarefa de iniciar o processo revolucionário.

²⁷ E. P. Thompson, em sua obra “A Formação da Classe Operária Inglesa”, desenvolveu um estudo sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra no início da Revolução Industrial, buscando elementos presentes no interior, na subjetividade da classe trabalhadora que se encontrava no início desse processo, em condições de trabalho totalmente desreguladas, precarizadas e em condições degradantes de vida. Em seus estudos baseados na leitura e na metodologia de Marx, Thompson demonstrou que a classe trabalhadora com seu potencial revolucionário visto por Karl Marx, não se resumia somente aos aglomerados de trabalhadores operários, e não há motivos portanto para pensar que no século XXI, a classe trabalhadora e sua potencialidade revolucionária se resumiria a essa parcela. Sobre essa reflexão, ver também Mattos (2009).

²⁸ Nesse tópico, procuramos demonstrar o retrato do que entendemos ser a hoje, a configuração da classe trabalhadora no Brasil. Para isso, utilizamos dados referentes aos últimos 20 anos; e apesar de não termos utilizado com mais profundidade, dados referentes aos primeiros anos do século XXI, entendemos que não houve nenhuma transformação relevante nesse curto espaço de tempo, que modificasse a configuração da classe trabalhadora no Brasil hoje. Fazemos esse destaque, porque propomos uma reflexão sobre a conjuntura do movimento sindical no Brasil, durante o período inicial do Governo Lula, tendo como o objeto central, o surgimento da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), que surgiu em 2004, como demonstraremos no próximo capítulo.

²⁹ Termo utilizado por Mézaros (2007, p. 72).

³⁰ Ibidem, p. 72.

1.1.3 – O NEOLIBERALISMO E SUA NOVA LÓGICA CULTURAL

Na atualidade, as propostas que visam estudar o refluxo organizativo dos trabalhadores inseridos ou não no movimento sindical e nos movimentos populares levam, necessariamente ao neoliberalismo, uma proposta atual do capitalismo que apresenta semelhanças e diferenças em relação às propostas do liberalismo político clássico, elucidadas pelo filósofo John Locke, na segunda metade do século XVII; e do liberalismo econômico apresentadas pelo economista e filósofo escocês, Adam Smith, no decorrer do século XVIII. Dito de outra forma, trata-se de um fenômeno atual, que caracterizou a cultura, a economia e a política do capitalismo nos últimos 25 anos do século XX, provocando profundos impactos na vida dos trabalhadores na maior parte do mundo.

Em se tratando do século XX, é importante lembrar que até final dos anos 80, o planeta estava dividido, seja no campo da cultura, da economia ou da política, entre dois modelos de organização social: de um lado, o capitalismo, tendo os EUA como o principal representante dessa ideologia; de outro o socialismo, tendo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como o seu principal representante³¹. Em 1989 cai o muro de Berlim, e em 1991 é extinta a URSS. Tal acontecimento fortaleceu os ideólogos do capitalismo, sendo que alguns chegaram a afirmar que o capitalismo havia vencido o socialismo e que vivíamos portanto naquele momento, “o fim da História”³². Tais acontecimentos provocaram impactos relevantes no imaginário da classe trabalhadora no Brasil e no mundo, fortalecendo o ideário neoliberal no decorrer dos anos 90. Esse ideário, além do foco estar relacionado à superioridade do sistema capitalista, é caracterizado também pelo individualismo em

³¹ Não escreveremos sobre as peculiaridades do regime político e econômico construído no decorrer do século XX na URSS até 1989. Destacamos que possuímos críticas ao modelo “socialista” soviético, e entendemos que a falência daquele regime caracterizado pela burocratização do Estado, pela ausência de liberdades políticas acompanhada por uma forte repressão militar (Ver Rodrigues, 2008), pela manutenção da precarização do trabalho e pela não superação do movimento do capital, não quebrando portanto o tripé Capital-Estado-Trabalho (sobre essa teoria do “tripé”, ver Mézaros 2002), não simboliza que o capitalismo é uma forma de organização econômica, política e social superior, à uma proposta de organização que se propõe a superar a alienação e a exploração do homem pelo homem. Não reivindicamos o modelo “socialista” construído na URSS, na China e em Cuba, mas entendemos que o capitalismo já demonstrou sua incapacidade em atender as demandas sociais da população, bem como toda a sua capacidade de destruição da natureza e de gerador de guerras, miséria, fome e desigualdades. Por isso, é necessário buscar outras formas de organização para a estrutura econômica, política e social dos países.

³² Como desenvolvido na Introdução desse trabalho, reafirmamos que não temos acordo quanto à síntese de que vivemos “o fim da História”. Sobre essa teoria, Ver Francis Fukuiama (1992).

detrimento dos projetos coletivos, pela idéia de conciliação entre patrão e trabalhador superando a idéia teórica da luta de classes, afetando o imaginário da classe trabalhadora com a idéia de que o ato de sindicalizar não é o melhor caminho, que os sindicatos e as greves não são os instrumentos capazes de conquistar melhores condições de vida para a classe trabalhadora; caracterizado pela criminalização quanto às lutas mais radicalizadas protagonizadas em sua maioria pelos novos movimentos sociais organizados (como os movimentos que lutam pela reforma agrária e pela reforma urbana), bem como esse ideário divulga a idéia de que as mazelas sociais existem por incompetência e desqualificação técnica/profissional dos trabalhadores.

Em suma, a derrocada da grande potência “socialista” do século XX, a Ex-URSS, somada ao ideário, mercadológico, individual, anti-coletivo do neoliberalismo, contribuiu para o enfraquecimento da organização sindical orientada por uma concepção classista³³, e essa combinação se constituiu como uma importante estratégia de disseminação dos valores morais característicos do neoliberalismo no seio da classe trabalhadora, refletindo-se nas suas entidades representativas.

Embora o neoliberalismo seja relacionado à tese do “enxugamento” do Estado, da redução da intervenção do Estado na dinâmica da economia de um país; entendemos que há em detrimento de um enfraquecimento do Estado, uma reconfiguração de sua intervenção. Ao contrário do que foi elaborado por Locke no século XVII, o neoliberalismo fortalece o poder executivo do Estado utilizando-se de portarias e decretos governamentais, recorrendo em muitos momentos às decisões judiciais, e enfraquecendo paralelamente o poder legislativo. Entendemos que diante dessa reconfiguração da intervenção estatal, o Estado se constitui como um elemento importante para o desenvolvimento do neoliberalismo em diversos países. Nesse sentido, percebe-se uma redução dos espaços democráticos na sociedade contemporânea, uma redução de espaços que permitam o debate coletivo, popular; principalmente quando se trata de questões referentes aos rumos da política econômica de Governo.

Para Galvão (2007), além de o neoliberalismo ser caracterizado pelas críticas à intervenção estatal, esse também é relacionado à idéia de “livre mercado”. Para a autora essas

³³ O termo classista é utilizado nesse trabalho, para se referir à prática sindical que se opõe a concepção de conciliação de classes. O termo classista será utilizado para definir a prática sindical que se fundamenta na teoria de que a sociedade hoje é composta por classes sociais com interesses antagônicos. Lembra-se ainda que a derrocada da URSS e o fortalecimento do neoliberalismo são fatores que contribuíram, e não determinaram o enfraquecimento da concepção sindical classista. Há, portanto, uma relação de influência, e não de determinação.

duas características abrem espaço para a burguesia buscar uma maior acumulação de capital. E esse espaço aberto pelo conjunto de medidas políticas e econômicas adotadas pelo neoliberalismo, se refere à privatização das empresas estatais, a desregulamentação do mercado de trabalho e do setor financeiro, e a transferência da função de prestação de serviços sociais como educação, previdência social e saúde (que são mencionados na constituição federal de 1988, como direitos sociais) do Estado para o setor privado.

No Brasil, a concepção neoliberal não recorreu às forças militares para implementar o seu programa, como ocorreu no Chile na década de 1970 com o golpe militar comandado por Pinochet em 1973. Por aqui, a política neoliberal foi vitoriosa nas urnas no decorrer da década de 1990, e nesse período o país aprofundou a política neoliberal, fortalecendo a política de abertura comercial, de desregulamentação do trabalho, de desindustrialização, de privatizações de grandes empresas estatais, e de sucessivos cortes nas despesas públicas das áreas sociais.³⁴

Atualmente, a implementação da política neoliberal no país se encontra em outro patamar, pois como houve uma radicalização na implementação do programa neoliberal no país no decorrer da década de 1990, com a venda de inúmeras e importantes empresas estatais; no século XXI presenciaram-se não mais a venda das estruturas físicas das poucas empresas estatais que restaram, mas sim a venda das ações dessas empresas e reservas naturais, como a realização de leilões para a venda das bacias petrolíferas da Petrobrás nos últimos anos aqui no país. Além disso, decretos, portarias governamentais, projetos de lei, desempenham nesse momento a função de destinar verbas públicas para o setor privado, e a tarefa de organizar o processo de privatização dos espaços públicos, privatizando setores da administração interna ao invés de realizar a venda do espaço físico do aparato estatal. Assim, é privatizado, é retirado da lista do controle estatal, somente aquilo que interessa para o setor privado. É muito comum encontrar, portanto, nos diversos setores de prestação de serviços sociais e nos diversos setores responsáveis para a manutenção da estrutura física do país, as parcerias público-privadas (PPP's)³⁵, que, em última instância, representam a utilização da verba pública pelas empresas privadas que vencem às licitações, para a reforma e construção da estrutura física do espaço, como ocorre no setor rodoviário por exemplo, quando o governo libera verba pública para reformar determinado trecho de uma rodovia cuja administração e

³⁴ Ver Boito Jr. (1999).

³⁵ Ver Lei Nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2004/Lei/L11079.htm>. Acesso em: 27 fev. 2010.

manutenção fica sob a responsabilidade de uma empresa privada. Nesse sentido, às PPP's significam uma excelente estratégia para a dinâmica do capital, visto que essas representam um caminho mais seguro para as empresas no que se diz respeito à manutenção dos lucros mensais.

Para somar ao contexto neoliberal no Brasil nesse início de século XXI, é importante destacar que o governo Lula foi eleito após 20 anos de unidade entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e os setores populares, sindicais e estudantis. Foram 20 anos de construção de um projeto anti-neoliberal, que foi ignorado logo em 2003 no primeiro ano de mandato, quando o governo manteve os rumos conservadores da política econômica do país. Com isso, foram destinados bilhões de reais para o pagamento dos juros da “dívida financeira” que o país “possuía”³⁶ com os credores internacionais, bem como se aprovou uma reforma no setor previdenciário, nos moldes neoliberais, aumentando a idade para a aposentadoria dos servidores públicos, instituindo a necessidade de contribuição financeira mensal após o início da aposentadoria e transpondo para o setor privado (em especial para bancos e demais instituições financeiras) parte da tarefa de oferecer à população a prestação de serviço relacionado à aposentadoria.

Cabe ressaltar, também, que o fato de que a chegada de Lula e PT ao governo federal, no início desse século, foi resultado, em parte, dessa aproximação dos diversos setores populares ao longo dos últimos 20 anos do século XX, isso contribuiu pra que esse governo tivesse espaço para aprofundar a política neoliberal, implementada no decorrer da década de 90, sem encontrar forte e ampla resistência dos setores populares. É importante lembrar que essa unidade acima descrita foi construída diante de um programa e um discurso anti-neoliberal; assim é difícil para inúmeros setores sociais se posicionarem contra as medidas governamentais, diante do receio de desestabilizar esse governo que foi eleito após duas décadas, no cotidiano e nas lutas populares.

A tentativa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso na década de 90 em desregulamentar os direitos trabalhistas no Brasil e limitar legalmente/juridicamente o direito à greve, não foi ignorada nos últimos oito anos do governo Lula. Em um contexto político e com uma estratégia diferenciada, o conjunto do projeto de “Reforma Trabalhista” e “Reforma

³⁶ Utilizamos o termo “possuía” porque hoje o Governo Federal divulga a informação que o Brasil não possui débito externo, e que a dívida externa foi paga. Entendemos, porém, que o pagamento dos juros da dívida externa foi substituído pelo pagamento dos juros da dívida interna.

Sindical”³⁷ foi apresentado pelo governo federal à sociedade brasileira de forma fragmentada, como por exemplo, a aprovação do Projeto de Lei Complementar 123/2004 (o chamado “Super Simples”) em 2006, que desobriga as micros e pequenas empresas a pagarem os salários em dia, décimo terceiro e férias remuneradas, bem como desobriga essas empresas de garantirem ao trabalhador condições de trabalho que preservem a sua saúde. Além disso, essas empresas ficam isentas de pagarem a contribuição previdenciária de seus trabalhadores, afetando negativamente a estrutura da previdência pública no Brasil. O “Super Simples” é parte do conjunto do Projeto de Reforma Trabalhista, que está em consonância com o projeto neoliberal para o Estado; estando interligado com as demais políticas que retiram direitos sociais, em sintonia com as necessidades da economia de mercado, atendendo, portanto, os interesses de diferentes frações da classe dominante. Para entendermos essa conexão, lembramos, por exemplo, que o “Super Simples” prevê na prática a redução da alíquota do FGTS fragilizando conseqüentemente a arrecadação previdenciária.

A “Reforma Sindical” compreende um conjunto de decretos e leis que reformará a estrutura sindical no Brasil. Com esse projeto, o governo legaliza a existência das centrais sindicais (que necessitam atingir os requisitos determinados pela Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008)³⁸, e essas receberão o equivalente a 10% da contribuição sindical que os sindicatos filiados recebem dos trabalhadores sindicalizados. Além disso, com essa lei, as centrais sindicais possuem o poder de negociar em nome dos trabalhadores, possuindo a representação geral dos trabalhadores, fortalecendo assim os espaços da superestrutura do movimento sindical, e enfraquecendo formalmente o poder das deliberações coletivas realizadas por cada categoria. Além disso, essa reforma legaliza a transferência da verba pública do governo federal, via o mecanismo do “Imposto Sindical”³⁹, que desconta de forma

³⁷ O termo “Reforma”, é um termo positivo, que sugere melhorias. Mas nesse caso, as chamadas Reformas Trabalhistas e Sindical, propõe a retirada de alguns direitos conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX, como o direito a realização de greve, 13º salário, seguro desemprego, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), licença maternidade e paternidade. Além disso, afetam também a estrutura sindical no Brasil ao fortalecer a superestrutura do movimento sindical (no caso as centrais sindicais) em detrimento aos sindicatos de base. Portanto podemos nesse texto, nos referir à essas reformas, utilizando o termo “Contra-Reforma”.

³⁸ A Lei Nº 11.648, de 31 de março de 2008, constitui-se como parte do conjunto de políticas que caracteriza o projeto de Reforma Sindical, proposta nesse momento pelo governo federal. Sobre essa Lei, ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm>. Acesso em: 27 fev. 2010.

³⁹ O “Imposto Sindical” pode ser entendido como uma contribuição sindical que está prevista nos artigos 578 a 591 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que é recolhida compulsoriamente pelos empregadores e pelos trabalhadores uma vez por mês a cada ano. Esse recolhimento anual é feito de todos os trabalhadores formais e autônomos, independentemente de serem associados a um

compulsória do salário do trabalhador, um dia de trabalho por ano; sendo que essa verba será destinada às Centrais Sindicais legalizadas com a proposta atual da Reforma Sindical

Vale destacar, entretanto, que a política implementada pelo governo Lula conseguiu ampliar alguns programas sociais e construir novos programas assistenciais, que melhoraram as condições sócio-econômicas de setores da população que viviam há anos em estado de pobreza. Mas, em contrapartida, não realizou reformas fundamentais como a reforma agrária ou a reforma tributária que visasse a taxação de grandes fortunas, que afetassem a raiz dos problemas sociais do país, mantendo, de forma geral, as políticas que compõe o programa neoliberal. Dessa forma, o governo priorizou o desenvolvimento de programas sociais que atende parcelas da população brasileira ao invés de realizar reformas estruturais capazes de contemplar a ampla maioria da sociedade, tornada muito tímida a iniciativa de distribuição de renda produzida no país. Para se ter clareza sobre o quanto foi conservadora a política econômica implementada durante todo o período do governo Lula, segundo Decat (2008)⁴⁰, o valor que o governo gastou de janeiro a novembro de 2007 com o pagamento dos juros da dívida pública interna e externa, equivalente a R\$113,4 bilhões de reais, foi superior em doze vezes ao valor destinado, durante o mesmo período, ao principal programa social do governo, o “Bolsa Família”; ou, ao montante investido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, na erradicação da fome no país. Todavia, um elemento relevante da conjuntura política do país nos últimos oito anos é o fato do presidente Lula ter obtido um elevado índice de aprovação por parte da população brasileira.⁴¹ Ou seja, diante de todos os

sindicato ou não. O recolhimento dessa contribuição é distribuído, mediante as regras da lei, aos sindicatos, federações, confederações e à "Conta Especial Emprego e Salário", administrada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Assim, a legalização das centrais sindicais, via Lei N° 11.648, regulamenta a prática da contribuição sindical prevista pela CLT. Inúmeros grupos sindicais realizam uma interpretação crítica à essa estrutura sindical por entenderem que esses mecanismos ferem a autonomia política dos sindicatos. Informações sobre a regulamentação da Contribuição Sindical no Brasil e a legislação vigente, acessar: <http://www.mte.gov.br/cont_sindical/default.asp>. Acesso em 02 mar. 2010.

⁴⁰ Para outros dados sobre a política econômica do governo Lula, ver site do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/juros-da-divida-consumiram-22-cpmfs-em-cinco-anos/>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

⁴¹ Em março de 2010, a nove meses de o presidente Lula encerrar o seu segundo mandato, ou seja, após quase oito anos de governo; ao contrário do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso que vivenciou um grande desgaste político no final do seu segundo mandato, o presidente Lula hoje ainda possui quase 80% de aprovação por parte da população brasileira. Ver em: <http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=1&cod_publicacao=23366> ou em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1296108-5601,00-POPULARIDADE+DE+LULA+CAI+PARA+DIZ+PESQUISA+CNTSENSUS.html>>. Acesso em: 03 mar. 2010.

problemas explícitos de seu governo e do caráter neoliberal implícito em seus dois mandatos, a elevada aprovação do governo do presidente Lula ficou praticamente sem alteração.

Todo esse conjunto de políticas sociais, econômicas, bem como o seu conjunto ideológico que fortalece a concepção individualista e mercadológica para a vida social; atendeu as perspectivas gerais das classes dominantes.⁴² Assim, para Galvão (2007) o neoliberalismo pode ser considerado como uma ofensiva das classes dominantes, que teve a capacidade de conquistar em até certo ponto a aceitação de setores da classe popular, no sentido de que tal política não foi implementada à contra gosto da maioria absoluta da população ou não foi construída através do poder coercitivo do aparelho do Estado burguês apenas. E essa ofensiva das classes dominantes nesse momento atual da luta de classes no país, contribuiu para manutenção do projeto político e econômico do capital.

1.2 – CUT: A PERDA DA COMBATIVIDADE E A ADESÃO À LÓGICA HEGEMÔNICA

A concepção quanto à prática sindical que orientou a construção da CUT⁴³ no início dos anos 80, que hoje é a maior central sindical do país, representando 38,23% dos trabalhadores com registro de trabalho formal no país⁴⁴, era baseada no classismo por entender que a sociedade é composta por diferentes classes sociais, com interesses antagônicos entre as classes que detêm grandes propriedades privadas, que possuem os meios de produção, contrapondo as condições da classe trabalhadora que possui apenas a sua força de trabalho. Além disso, a autonomia perante o Estado e ao patrão⁴⁵, bem como a democracia

⁴² Entendemos ser um equívoco acreditar que a política-econômica do neoliberalismo atendeu de forma harmônica e momentânea os interesses de todos os setores sociais dominantes no país (industrial, agronegócio/agrário, financeiro). Já às políticas mais centrais desse modelo, como a desregulamentação do mercado de trabalho e a transferência da função de prestação de serviços do Estado para o setor privado; unificou esses setores da classe dominante na defesa dessas medidas, porque essas interessavam a todas as frações dominantes. Elementos para essa reflexão, ver Boito Jr. (1999) e Galvão (2007).

⁴³ A CUT foi fundada em Agosto de 1983, durante um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), em São Bernardo do Campo - SP.

⁴⁴ Ver em: <<http://www.cut.org.br/content/view/19632/170/>> e <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em 05 mar. 2010.

⁴⁵ O termo “patrão” é utilizado nesse contexto, para se referir às empresas e suas gerências, aos setores da classe dominante.

interna, eram elementos que compunham a orientação da prática sindical nos primeiros anos de existência dessa Central (Ver Galvão, 2006 e França, 2008).

O aprofundamento da implementação da política neoliberal no Brasil, no decorrer da década de 1990, trouxe conseqüências substanciais para o movimento sindical no país. A ação objetiva do capital sobre o movimento sindical pode ser exemplificada, entre muitos exemplos, pela política de descentralização das negociações coletivas, restringido em muitos casos ao âmbito das empresas; de flexibilização da jornada de trabalho via “banco de horas”, e pelas medidas provisórias que institucionaliza os sindicatos na participação nos lucros/resultados das empresas (Ver Alves, 2006). O governo de Fernando Henrique Cardoso introduziu medidas que contribuíram para a fragmentação do processo de negociação coletiva do trabalho, como por exemplo a Lei nº 9.601, de 21/1/1998 que instituía a suspensão temporária do contrato de trabalho; bem como a Medida Provisória nº 1.726, de 3/11/1998 que regularizou a contratação por tempo determinado (Ver Alves, 2006 apud Dieese, 2002). Essa política de FHC impôs a prática da negociação individual, em detrimento da negociação coletiva intermediada pelo sindicato; colocando obstáculos para a organização coletiva e fortalecendo o ideário individual, propositivo e de conciliação de classes na vida cotidiana do movimento sindical.

A ofensiva neoliberal no campo da subjetividade e das expressões culturais afetou fortemente a concepção do sindicalismo defendido e praticado pelas direções nacional da CUT, já no início dessa década. Vale destacar, que diante da prática classista da CUT, referenciada por inúmeras mobilizações e greves unificadas no decorrer da década de 1980, os gestores do capital aqui no país⁴⁶ apoiaram a construção da Força Sindical (FS), uma Central Sindical que nasceu com um discurso baseado na lógica do mercado, do capital; uma Central que em seu nascimento utilizava a concepção de “conciliação entre as classes” em detrimento do ideal de “luta de classes”. A FS com sua concepção neoliberal, surgiu para disputar o espaço e a consciência dos trabalhadores no campo do sindicalismo brasileiro. A questão, é que justamente nesse período a CUT começa a mudar a sua prática e seu discurso sindical, aos moldes expressos pela FS. Segundo Galvão (2006):

“Desde o início dos anos 1990 a direção da CUT vem operando mudanças em seu discurso e em sua prática. Essas mudanças ocorreram ao longo dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1994 – 2002), em que a CUT

⁴⁶ Com o termo “gestores do capital”, nos referimos às classes dominantes vinculadas ao capital industrial, agrícola, financeiro e os governantes, em especial o ex-presidente Fernando Collor de Melo que sofreu um Impeachment em 1992.

começou a defender, junto com a Força Sindical, a proposta do sindicalismo-cidadão, que se caracteriza por oferecer ao trabalhador os serviços outrora mantidos pelo Estado” (Grifos meus).

O termo “sindicalismo-cidadão” começou a aparecer nos documentos internos elaborados pela corrente que compunha o campo majoritário da direção nacional da CUT, a Articulação Sindical⁴⁷, que eram destinados aos congressos estaduais e nacionais, plenárias e encontros da Central. Nesses documentos⁴⁸, esse grupo político defendia que, ao contrário da conjuntura política brasileira do final da década de 1970⁴⁹, a década de 1990 era caracterizada pelo início de um regime democrático,⁵⁰ não apresentando espaço para o confronto direto, mas sim para o diálogo e para a negociação, devido esse momento possibilitar a prática dessa estratégia. Luis Marinho, então sindicalista vinculado à Articulação Sindical e membro da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista, em uma entrevista à Revista Veja em 1998, afirmou que

“[...] os movimentos do final dos anos 70 e da década passada contribuíram para um processo de democratização da sociedade brasileira e das relações trabalhistas dentro das fábricas. Trinta anos atrás, o sindicato não tinha com quem negociar, nem que quisesse. Por isso fazia greves”⁵¹ (Grifos meus).

Conforme afirma Galvão (2006), o sindicalismo cidadão é caracterizado pelo fornecimento ao trabalhador de serviços que deveriam ser mantidos gratuitamente pelo

⁴⁷ Essa corrente é vinculada ao PT, e no campo interno da CUT e do PT, essa corrente possuía uma ligação política com então líder sindical Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), hoje presidente da República Federativa do Brasil em seu segundo mandato.

⁴⁸ Ver Resoluções do 5º Congresso da CUT, 1994; Resoluções do 6º Congresso da CUT, 1997. Sobre a mudança da prática sindical da CUT, ver também análise de França (2008).

⁴⁹ Essa década foi caracterizada pela ausência de liberdade política de expressão, de organização e por um intenso arrocho salarial, em que foram realizadas importantes greves e mobilizações de trabalhadores que possibilitaram além da reorganização do movimento sindical brasileiro, o fortalecimento da luta pelo fim do regime militar no país.

⁵⁰ Não realizaremos nesse momento, o debate sobre a essência da democracia construída nos marcos do capitalismo em países centrais desenvolvidos e em países periféricos que estão ou não em desenvolvimento. Julgamos importante expressar brevemente que enxergamos limitações na democracia burguesa, porque na relação entre capital e trabalho em que o último é submetido ao primeiro para possibilitar a sua aquisição do lucro, toma-se inviável a implementação simultânea de todo o conjunto de leis que garantiriam a criação de um Estado democrático por inteiro. Um país não pode ser considerado democrático, quando existe a fome, a miséria, o desemprego, a violência, a ausência de saneamento básico, e do oferecimento de uma educação e saúde gratuitas.

⁵¹ Revista Veja. 25/03/1998. p. 35. Citado por Teones França (2008) Op. Cit. P. 88; apud José Welmowicki. Op. Cit. p. 114.

Estado; nesse sentido esboçamos uma lista expressa no site do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo, com os convênios que esse sindicato realizou com diversos setores do comércio dessa região. Nessa lista, o sindicato expressa a necessidade de o trabalhador apresentar a “carteirinha do sindicato” para desfrutar das “conquistas” obtidas por essa entidade sindical. E encontramos convênios com clínicas e consultórios médicos e dentários, instituições de ensino, óticas.⁵²

A prática do sindicalismo cidadão, ao ignorar que a sociedade é dividida por classes sociais com interesses políticos e econômicos antagônicos, nivela todas as pessoas construindo um discurso no qual, supostamente, as soluções são de interesse de todas as classes sociais, de todos os cidadãos, adotando para isso uma postura política que evita mobilizações dos trabalhadores caracterizadas por ações mais radicalizadas como greves, paralisações e piquetes. Assim, a concepção do confronto direto perde espaço para a idéia da conciliação, da negociação, do pacto social. Esse projeto de cidadania, ao buscar universalizar direitos e conquistas sociais, não apenas desconsidera a atual fase do desenvolvimento do capital, caracterizada por uma crise estrutural, mas, também, negligencia uma questão fundamental, qual seja, a de que uma efetiva universalização dos direitos e conquistas sociais só se torna viável com a construção de uma sociedade que modifique a lógica de organização prevista pelo próprio capitalismo.

Segundo França (2008), ao aderir às teses do sindicalismo cidadão, no decorrer da década de 1990, a CUT, procurou buscar a ampliação da democracia no Estado e na sociedade civil, pela via da democratização do sistema financeiro e do regime judiciário, utilizando para isso os caminhos institucionais, regulamentados nas leis do Estado, sobretudo, na Constituição Federal. Agüena (2006) afirma que, a partir de 1994, a CUT, coerente com essa prática cidadã, começou a participar de programas que visava à qualificação profissional do trabalhador, que eram mantidos com recursos oriundos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT), que visava à geração de emprego e renda. Além dessa opção da CUT ser coerente com

⁵² Não utilizamos esse exemplo com a intenção de vincular esse sindicato, com as práticas da corrente Articulação Sindical, que possui uma maioria de membros na Direção Nacional da CUT. No site desse sindicato, não encontramos nenhuma menção quanto a filiação desse sindicato à CUT ou a qualquer outra central. A intenção é demonstrar que os sindicatos que defendem a orientação metodológica do “sindicalismo cidadão” adotam como uma das estratégias principais o oferecimento de prestação de serviços aos sindicalizados. E entendemos também, que nem todos os sindicatos que oferecem benefícios e serviços aos sindicalizados, necessariamente adotam um método e uma análise política similar aos sindicatos vinculados à prática do “sindicalismo cidadão”. A questão é que não é objetivo desse trabalho, debater sobre a prática específica desse sindicato citado. Para acessar a lista de convênios que esse sindicato oferece aos trabalhadores sindicalizados, ir em: <http://www.sindijornalistases.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=28>.

a concepção do sindicalismo-cidadão, essa prática submete a Central à ofensiva neoliberal propagada pelo empresariado brasileiro de que os trabalhadores estão desempregados devido a sua má formação profissional, ou a sua “desqualificação”.

A CUT cumpre então um papel assistencialista em detrimento de uma postura voltada para a organização e mobilização dos trabalhadores com reivindicação de superação do modelo social, político e econômico vigente, que é o verdadeiro responsável pela estabilização de um desemprego estrutural no interior da sociedade atual. Além dessa submissão à ofensiva neoliberal, a CUT caminha nesse momento em direção a um atrelamento ao Estado, inclusive no que diz respeito à sua independência financeira. Segundo Agüena (2006), a CUT recebeu do Estado, só em 1999, via recursos do FAT⁵³, mais de R\$ 21 milhões de reais. No final do século XX e início do século XXI, a direção majoritária dessa Central expressava em documentos internos destinados às Plenárias e Congressos, a idéia de que no interior da sociedade capitalista, mesmo caracterizada por constantes crises e instabilidades econômicas, é “possível” que toda a população tenha acesso ao emprego, além da realização do processo de reforma agrária e urbana; e a busca desses objetivos deveria ser a motivação para a organização e para a luta social no país. Percebemos, portanto, que o discurso e a estratégia da CUT não contemplavam, em sua essência, o debate sobre a necessidade de superar a lógica organizacional do capitalismo. Com a adesão acrítica a essa lógica, deixa de ser prioritário o questionamento da concentração de terras, a necessidade de criação de mais empregos, a denúncia do trabalho precarizado, enfim, a busca de uma plena cidadania. Assim, no final dos anos 90 e no início do século XXI, a Articulação Sindical, como força hegemônica da CUT, dava a essa Central um perfil teórico e prático oposto ao da luta classista, se distanciando da imagem que a CUT apresentou para a sociedade brasileira na sua criação e no decorrer dos anos 80.

Contudo, cabe destacar que existe uma relação de influência (e não de determinação) entre a vigência da prática do sindicalismo cidadão no movimento sindical brasileiro na década de 1990, com o fortalecimento da política neoliberal aqui no Brasil e com os fatores globais relacionados às conseqüências da queda do muro de Berlim. Nesse sentido, esses não são os únicos fatores que influenciaram a vigência da prática do sindicalismo cidadão no Brasil, a partir do início da década de 1990. Apesar de o texto contar a com a ausência do

⁵³ O FAT foi criado pela Lei nº 7.998/1990 e é mantido pela arrecadação do Programa de Integração Social (PIS) vinculado a Caixa Econômica Federal, e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) vinculado ao Banco do Brasil. Ver Galvão (2007). O texto da lei que institui o FAT está disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm>.

debate sobre outros elementos, é necessário considerarmos os fatores objetivos e concretos inerentes à própria classe trabalhadora que também contribuíram para que essa aderisse e legitimasse a predominância dessa prática sindical aqui no Brasil durante os últimos 20 anos. E esses fatores que propiciam uma identificação com a busca por resultados práticos e imediatos; e que tiram do horizonte imediato a necessidade de realizar ações que visam transformar estruturalmente a sociedade capitalista, não são irrelevantes para a reflexão sobre as condições e o cotidiano do movimento dos trabalhadores no Brasil no decorrer da década de 1990.

1.2.1 – ASCENSÃO DE SINDICALISTAS AO GOVERNO FEDERAL E O ATRELAMENTO ACRÍTICO DA CUT AO GOVERNO LULA

O Brasil no início do século XXI foi caracterizado por uma interessante conjuntura política diante da eleição de um candidato oriundo do movimento dos trabalhadores e das classes exploradas no interior do capitalismo. Foi a primeira vez na História do Brasil, que um trabalhador e líder sindical⁵⁴, assumiu o poder executivo no país que historicamente foi representado por integrantes das diferentes frações das classes dominantes. Como foi mencionada nesse capítulo, a vitória da candidatura do Lula, ocorreu após uma construção popular cotidiana no decorrer dos 20 últimos anos do século XX. Setores organizados da sociedade civil (sindicatos, movimentos populares do campo e da cidade, e o movimento estudantil) contribuíram na construção hegemônica do projeto político do PT nos diversos espaços da sociedade, que tinha como um dos objetivos táticos e estratégicos o alcance da vitória no processo eleitoral para presidência da república. Destacamos que nesse processo, setores não-organizados da sociedade civil vinculados à classe popular e média, após o desgaste da política econômica implementada pelo ex-presidente FHC que aumentou significativamente o índice de desemprego e sucateou os serviços públicos oferecidos pelo Estado, apoiaram devido ao descontentamento, a candidatura de Lula.

Nesse sentido, após a vitória de Lula, inúmeros dirigentes sindicais, que protagonizaram várias greves nos 20 anos anteriores à vitória do PT nas urnas em 2002, receberam convites para ocupar cargos administrativos no governo. Até 2004, cerca de 300

⁵⁴ Referimo-nos ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) eleito pela primeira vez no final do ano de 2002, e consecutivamente reeleito no final do ano de 2006.

dirigentes sindicais já ocupavam cargos no governo federal⁵⁵, com remuneração média no valor de R\$ 7 mil. Destaca-se com isso, a intenção de implementar o projeto político do PT. Luiz Marinho, ex-presidente da CUT nos anos anteriores ao início do primeiro mandato do Governo Lula, assumiu primeiramente o Ministério do Trabalho e, em 2007, assume o cargo de Ministro da Previdência Social; o ex-sindicalista Luiz Antonio Medeiros assumiu durante o período do Governo Lula o cargo de Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho. LADOSKY (2009), apud BRANDT E TOSTA (2008), afirmam que:

“Em janeiro de 2003, dirigentes sindicais ligados à CUT assumiram cargos de destaque na administração pública. Além do próprio presidente, um dos fundadores da CUT, sete ex-dirigentes sindicais assumiram cargos de ministro. Vários sindicalistas ocuparam cargos de alto escalão em ministérios e órgãos federais. Além desses, ex-dirigentes sindicais assumiram postos de comando em conselhos de estatais e fundos de pensão, como na Previ, Petros, Sebrae, Sesi e Itaipu”.

Esses autores, baseados em uma pesquisa desenvolvida por Maria Celina D' Araújo, afirmam que 45% dos cargos de alto comando dentro do governo estão hoje nas mãos de ex-sindicalistas. Nesse sentido, no período mencionado no trecho acima, destacamos que Antonio Palocci assumiu o Ministério da Fazenda, Jaques Wagner o Ministério do Trabalho, Ricardo Berzoini assumiu o Ministério da Previdência, Miguel Rossetto o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Olívio Dutra o Ministério das Cidades, Luis Gushiken assumiu a Secretaria de Comunicação e Luiz Dulci a Secretaria Geral. (Ver LADOSKY, 2009). Todos esses, foram dirigentes sindicais vinculados à CUT.

No decorrer dos 8 anos do Governo Lula (1º e 2º mandatos) o quadro conjuntural da equipe de governo não foi alterado, pois inúmeros ex-dirigentes sindicais vinculados principalmente à CUT, permaneceram ocupando cargos do 1º ao 3º escalão do Governo. Trabalhamos com a análise de que após a consolidação da concepção da prática do “sindicalismo-cidadão” no espaço majoritário do interior da CUT, bem como a aproximação realizada entre a Central e o Estado no decorrer da década de 1990 com o recebimento de verbas oriundas do FAT; a CUT aprofundou o seu atrelamento após a eleição do Governo Lula, afetando estruturalmente a sua autonomia perante o Governo Federal. Destacamos para o subsídio dessa análise o processo de aprovação da Reforma da Previdência, no ano de 2003, sendo que inúmeros setores sindicais do serviço público avaliavam naquele momento e

⁵⁵ Esse dado é um número aproximado, visto que foi informado pelos próprios sindicalistas que nesse momento ocupavam cargos na estrutura política e administrativa do governo federal. Ver no site: <<http://www.eagora.org.br/arquivo/Paraso-dos-sindicalistas/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

avaliam até hoje, que o teor da proposta do governo federal para a reforma da previdência se configurava como uma “contra-reforma previdenciária” por aprofundar o processo de mercantilização nesse setor bem como retirar direitos dos trabalhadores do serviço público federal. Nesse sentido, Paulo César de Souza, presidente da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS)⁵⁶, avaliou que a CUT, que em outros momentos da recente história do Brasil se posicionou contra medidas governamentais que retiravam direitos dos trabalhadores ou que diminuía o caráter social e público da previdência, em 2003, se manteve acrítica em relação a proposta do Governo Lula para a Reforma da Previdência, mesmo contendo, nessa proposta, medidas que aumentam o teor privatizante do sistema previdenciário e que retiraram direitos sociais dos trabalhadores. Paulo César declarou que no decorrer do processo de aprovação da Reforma da Previdência:

“[...] a CUT não apoiou a greve dos servidores, - que já passa dos 18 dias e paralisou 70% do serviço público federal – omitiu-se na reforma, seu presidente tem sido vaiado em todas as manifestações, públicas e privadas e levou o movimento dos servidores a um racha de desastrosas conseqüências para o próprio PT”⁵⁷.

No início do ano de 2005, a assembléia geral da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-Sind), discutiu um texto elaborado por Marcelo Badaró⁵⁸, com o objetivo de aprovar encaminhamentos para serem defendidos pelos delegados eleitos naquela assembléia, para atuarem junto ao 24º Congresso Nacional da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN), que ocorreu em Curitiba-PR, no período de 24 de Fevereiro a 1 de março de 2005. Ao analisar a propostas de desfiliação do ANDES-SN à CUT, uma das justificativas do autor é a de que houve uma mudança estrutural no interior da CUT. Segundo Badaró (2005),

“O que mudou de 2003 para cá e que faz com que estejamos discutindo a desfiliação é que, de um lado, não há mais possibilidade de disputa de rumos na central e, de outro, o caminho que ela vinha tomando ao longo dos anos se acentuou muitíssimo com a chegada do Lula ao governo. As duas coisas estão conectadas. Com a chegada do Lula ao governo, a maioria da direção da central se tornou uma maioria muito mais expressiva. No Congresso de 1991 da CUT, o setor majoritário (articulação sindical) só se manteve

⁵⁶ Ver em: <<http://www.anasps.org.br/index.asp?id=691&categoria=29&subcategoria=50>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ Trechos do texto disponível em: <http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm>. Acesso em: 12 jul. 2010.

majoritário porque fraudou o credenciamento de delegados, porque inverteu votações que tinham sido perdidas e foram retomadas para que seus resultados fossem mudados. Então havia uma disputa e nem tudo o que a articulação tentava passar ela conseguia. Já no congresso de 2003, o que vimos é que a chamada esquerda da CUT estava reduzida a cerca de 30% do congresso. A aglutinação em torno da idéia de que a CUT tinha de sustentar a governabilidade do governo Lula tinha levado setores que antes se colocavam à esquerda para o lado da maioria na direção da CUT. Isso nos deixou diante de uma dificuldade muito grande. Não tem influência possível. Tudo passa de rodo, conforme a vontade da direção da CUT".

E o autor considera ainda que a mudança ocorrida na estrutura organizacional da CUT não é momentânea nem superficial, pois, segundo ele:

"Os rumos que a CUT tem tomado não são apenas de continuidade daquelas mudanças que já começavam na década de 90. São de completa subserviência para transformar a CUT em um braço sindical das propostas do governo. E que propostas são essas? São propostas justamente de continuidade e aprofundamento das reformas neoliberais na linha de subordinação da política econômica brasileira aos organismos financeiros internacionais. E, se com alguma disputa interna, alguma coisa de bom havia surgido nos anos 90, era a chamada luta contra as reformas. Participamos de várias resistências nessa época em que a CUT teve papel destacado, junto com outros movimentos sociais, o MST, diversos parlamentares do PT e conseguimos impor limites nas reformas que FHC implementava. O que vemos agora é que a CUT não apenas não está disposta a colocar limites mas é um instrumento de apoio para as reformas neoliberais. Isso vimos bem explicitamente em 2003 quando a CUT se coloca contra o movimento dos servidores e a favor da reforma neoliberal da Previdência."

Além disso, Marcelo Badaró afirma que nesse período a CUT expressa apoio à reforma universitária, que aprofunda o teor mercadológico da educação superior do país ao invés de barrar ou reverter o processo de privatização da educação superior, em curso no país no decorrer da década de 1990. Segundo o autor, a CUT expressa também o seu apoio às reformas sindical e trabalhista, as quais representam a perda de direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora no decorrer do século XX. Para elucidar essa reflexão, Marcelo declara que:

"Nós das Universidades vemos isso mais diretamente e com muita tristeza cada vez que abrimos as listas de apoio à Reforma Universitária de Tarso Genro e de Lula. Na lista de apoio está o nome da CUT que, ao apoiar esta reforma neoliberal, apóia a concessão de isenção fiscal para as instituições privadas de ensino abrirem vagas, o que ficou conhecido como PROUNI. Mas os sindicatos cutistas da área de educação não apóiam. Ou seja, a CUT encaminha uma decisão que não tem nada a ver com sua base. Pior ainda, a CUT assina o relatório do Fórum Nacional do Trabalho e encaminha proposta de reforma sindical que abre espaço para reforma trabalhista do governo Lula.

Por essa proposta, as centrais sindicais que cumprirem os requisitos que estão colocados (hoje só a CUT cumpriria) passam a ter representação das bases e elas filiadas para assinaturas de acordos coletivos. Isso significa a perda de autonomia das entidades de base para a direção nacional das centrais sindicais as quais elas estejam filiadas. Outros direitos como o direito de greve também passam a ser limitados.”

Percebe-se, portanto, que após a vitória eleitoral de Lula e PT nas eleições de 2002, é visível a ocorrência de mudanças estruturais na organização do movimento sindical no Brasil; devido ao impacto causado com a vitória de uma candidatura que foi construída cotidianamente no decorrer de um período de 20 anos pelos trabalhadores da base e da direção da CUT, bem como a ascensão de ex-sindicalistas aos cargos de 1º ao 3º escalão do governo federal para implementar o projeto de governo. Entende-se que é plausível a nomeação aos cargos no governo federal, de dirigentes sindicais que participaram nos últimos 20 anos na construção das campanhas, do partido e do projeto de governo no interior da sociedade; mas é visível que grande maioria dos ex-dirigentes sindicais bem como os atuais dirigentes sindicais da CUT não souberam preservar a autonomia da central em relação ao governo, visto que nos últimos 8 anos a CUT modificou o seu discurso e sua postura política ao nível de defender ou se posicionar de forma acrítica às políticas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores além de reduzir o papel do Estado quanto à manutenção de uma educação, previdência e saúde pública. É sintomático observar que, no decorrer da década de 1990, essa mesma central sindical apresentou outro posicionamento quando o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tentou impor reformas com os mesmos objetivos dessas apresentadas por Lula nesses últimos anos.

Por isso, nesse debate sobre a proposta de ação sindical defendida pela CUT, cabe avaliar essa mudança de trajetória, que migra de uma posição classista para os parâmetros conciliatórios com a predominância do “sindicalismo-cidadão”. A partir do segundo semestre de 2003, com a aprovação da reforma da previdência e diante da manutenção de uma política econômica conservadora por parte do governo Lula (que se manteve nos marcos da política econômica efetivada nos governos anteriores, Collor, Itamar Franco e FHC); o debate no interior do movimento sindical brasileiro transita no campo do que é primordial para a luta e para a organização dos trabalhadores, que é a questão da autonomia em relação aos partidos políticos, ao Estado e a qualquer governo. A CUT, ao defender de forma intransigente as políticas governamentais citadas acima, bem como ao não acompanhar as mobilizações dos trabalhadores na luta contra as medidas políticas do governo atual que retiraram e retiram

direitos sociais da população; expressou o nível de atrelamento dessa central com o governo federal, e a conseqüente perda de sua autonomia.

Na análise sobre o processo político e organizativo que o movimento sindical, no Brasil, vivenciou no decorrer da década de 1990 e na primeira década do século XXI, percebemos uma ofensiva objetiva e subjetiva do neoliberalismo, respectivamente, na política e na hegemonia do pensamento social. Isso tem propiciado um refluxo organizativo do movimento sindical e popular do país, bem como a difusão da idéia de conciliação, em detrimento da oposição de classes, por parte das direções das organizações políticas, em especial a CUT. Mais do que isso, o posicionamento daquela central sindical fez com que muitos trabalhadores, sob a sua influência, diante da conjuntura desfavorável, colocassem como prioridade a luta pela manutenção dos direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores, ao invés de lutarem pela conquista de novos direitos sociais. Nos últimos 20 anos, as lutas organizadas pelos trabalhadores se basearam na busca pela manutenção dos direitos sociais, ameaçados pelas “contra-reformas” na área da previdência, da saúde, da educação, do transporte, da comunicação, bem como na área trabalhista; e pelas privatizações de empresas estatais e da área administrativa de outros espaços, as quais, por ora, estavam ou ainda estão sob a responsabilidade do Estado. Até mesmo os trabalhadores rurais organizados nos movimentos de luta pela reforma agrária, em especial o MST, que são movimentos com um alto nível de organização e inserção na sociedade brasileira e que reivindicam a realização de uma reforma estrutural, que é a reforma agrária, não conseguiram diante de toda a pressão política realizada através de ocupações de terra, marchas, paralisações de rodovias, efetivarem uma política ampla para a realização da reforma agrária no Brasil. Sem dúvida, o pouco que avançou no processo de reforma agrária no país, ocorreu em virtude da pressão política realizada por esses movimentos, porém, percebe-se que além da criminalização que esses sofreram e sofrem nos últimos 30 anos, os movimentos de luta pela terra não conseguiram avançar no processo de distribuição de terras; e hoje o governo optou politicamente por estruturar o plantio de monoculturas de cana-de-açúcar, soja e outros produtos ao longo do território brasileiro. Portanto, nesses últimos 20 anos, o movimento dos trabalhadores no Brasil atuou defensivamente, buscando a manutenção dos direitos conquistados em outros períodos históricos.

CAPÍTULO 2

A CONLUTAS E SUA NOVA PROPOSTA PARA A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES : CONTINUIDADES OU RUPTURAS?



Figura 1

2.1 – INSATISFAÇÕES COM AS PRÁTICAS MAJORITÁRIAS NO SINDICALISMO BRASILEIRO

Com a nova realidade que o movimento sindical se depara após a eleição do governo Lula, setores minoritários do movimento sindical iniciam o debate sobre o rompimento político com a CUT no decorrer do segundo semestre de 2003, e conclamam os setores da classe trabalhadora organizada no interior CUT a participar desse debate com o objetivo de construir um novo instrumento de luta e de organização para os trabalhadores. A primeira iniciativa ocorreu em 2004, quando a corrente Movimento dos Trabalhadores ao Socialismo (MTS), orientada pela política do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)⁵⁹, chamou a construção da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS), sendo essa fundada

⁵⁹ O PSTU foi fundado em 1994, por militantes que participavam de uma corrente interna do PT, a Convergência Socialista (CS); e que foram expulsos do PT em 1992. Destaca-se primeiramente que, no decorrer dos anos 1980, os textos públicos da CS já expressavam desacordo com a prática sindical da corrente Articulação Sindical, no interior da CUT. E mesmo com essas divergências e com a expulsão da CS da estrutura organizativa do PT, a CS continuou participando e construindo os espaços da CUT até 2003.

em maio de 2006⁶⁰. A concepção dos militantes do MTS, é que naquele momento a CUT tornara-se um instrumento morto para a organização da luta dos trabalhadores. Analisavam que o governo Lula não estava implementando mudanças que modificassem positivamente a qualidade de vida dos trabalhadores, e que nesse contexto a classe trabalhadora encontrava a CUT apoiando as reformas políticas do governo que retiravam direitos sociais da população, como a reforma da previdência, por exemplo.⁶¹

Porém, nesse momento nem todos os setores políticos que participaram desse movimento minoritário no interior do movimento sindical do país, debatendo a problemática referente ao posicionamento político e à ausência de autonomia da CUT perante o governo Lula, se integraram organicamente na construção da CONLUTAS. Naquela conjuntura política, surgiram outras iniciativas visando aglutinar setores sindicais descontentes com a ausência de autonomia da Central diante do governo federal, também se apresentando como oposição às reformas que tiram direitos sociais dos trabalhadores.

Logo no início de 2006, no dia 4 de maio, setores sindicais vinculados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ao PSOL, e uma corrente sindical organizada no interior da CUT, a Alternativa Sindical Socialista (ASS), que é uma corrente sindical que conta com a participação de militantes vinculados ao PT e ao PSOL, fundaram a INTERSINDICAL. No 9º Congresso da CUT (9º CONCURT), realizado em junho de 2006, esses setores apresentaram uma chapa compondo um “Bloco político” denominado de Frente de Esquerda Sindical (FES), que obteve 6,40% dos votos dos delegados presentes nesse congresso. Esse percentual, não possibilitou que essa chapa tivesse sequer um representante na Direção Nacional da CUT, no período de 2006 a 2009, visto que não atingiu o mínimo de votos necessários para participar da composição da direção nacional, que é de 20% dos votos dos delegados (LADOSKY, 2009).

Setores sindicais que a partir de 2006 fundaram a INTERSINDICAL, que constituía anteriormente a FES no interior do espaço político da CUT, entendiam que a crise que a CUT

⁶⁰ Ver Mattos (2009). Nesse momento, além do MTS, setores sindicais, estudantis e populares vinculados ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), como o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) participavam da construção da CONLUTAS. Grupos ultra-minoritários, como a Liga Bolchevique Internacional (LBI) e outros com viés anarquista também compunham esses espaços políticos. E é sobre essa experiência que realizaremos uma reflexão nesse capítulo.

⁶¹ Ver LADOSKY (2009). Em sua tese, Mário Ladosky destaca trechos de um artigo publicado em 2004, no jornal o Globo, por José Maria de Almeida, presidente nacional do PSTU e antigo membro da Diretoria Executiva da CUT, que expõe o motivo pela opção do MTS em romper com a CUT naquele período.

vivia naquele período se iniciou no decorrer da década de 1990, sendo essa desencadeada pela conjunção de dois fatores: as mudanças objetivas e subjetivas na configuração da classe trabalhadora, diante da atual ofensiva do capital, acompanhada por uma intensificação da precarização das condições de trabalho e de salário, por um lado, e o processo de burocratização da direção majoritária da CUT, contribuindo para a aproximação dessa central com a política de conciliação de classes, por outro. A consequência dessas questões acima colocadas, foi o atrelamento da CUT ao governo Lula, o que explica a falta de apoio dessa central a luta do funcionalismo público contra a “reforma da previdência” de caráter neoliberal⁶².

A INTERSINDICAL, apesar de não se constituir como uma Central Sindical formalizada no Ministério do Trabalho do Governo Federal, constituiu-se, nos anos posteriores, como um espaço composto apenas por sindicatos. Alguns setores que participaram dessa experiência assumiram uma postura de autonomia para participarem de outros espaços de organização sindical, o que explica porque alguns setores da INTERSINDICAL continuaram participando de espaços organizados pela CUT e outros optaram por construir atividades em conjunto com a CONLUTAS. Em ambos os casos, os grupos que se organizam em torno da INTERSINDICAL defenderam a orientação política debatida no interior dessa nova experiência. No manifesto da INTERSINDICAL⁶³, está expresso que:

“Nesse momento, é tarefa fundamental reconstruirmos a unidade dos trabalhadores e trabalhadoras contra o neoliberalismo. Para uma ação coordenada do movimento sindical combativo, acreditamos que a forma mais eficaz e abrangente é o Instrumento da Intersindical.

O que, em nosso ponto de vista, pode se dar independentemente de qualquer divergência organizativa que tenhamos no momento. Pois a crise atual do movimento sindical, que é de concepção mas também reflete a situação objetiva de defensiva da nossa classe, não será resolvida por ações na superestrutura, pela criação deste ou daquele “novo” aparelho ou estrutura sindical. A resolução desta crise depende, isto sim, de nossa capacidade em colocar realmente em prática uma ação sindical democrática, plural, autônoma, socialista e baseada na independência de classe. O que exigirá, em primeiro lugar, uma postura autocrítica e generosa de nossa parte, oposta a qualquer tipo de sectarismo ou autoprocamação”.

⁶² Ver Manifesto da INTERSINDICAL, lançado em 2006, após o Encontro Nacional que ocorreu na cidade de Campinas (SP), em que surgiu a INTERSINDICAL. O Manifesto está disponível no sítio: <http://www.intersindical.org.br/textos/manifesto_intersindical_2006.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2010.

⁶³ Idem.

Destacamos, portanto, a ocorrência de duas experiências minoritárias que visaram organizar a luta dos trabalhadores por fora dos espaços organizativos da CUT, contra as reformas neoliberais implementadas pelo governo Lula⁶⁴. Entendemos, que entre as duas experiências, a CONLUTAS foi a que obteve maior expressão social; e apesar de significar uma composição minoritária desse movimento que iniciou um processo de ruptura com a CUT, é possível visualizar a ocorrência de uma nova fase, ou seja, o início de um novo período na história da organização dos trabalhadores no Brasil.

Cabe reconhecer que a CONLUTAS e outros setores que romperam com a CUT adotaram esse procedimento em um período caracterizado pelo refluxo das lutas protagonizadas pelos trabalhadores no país, posto que, nos últimos anos, os movimentos populares e sindicais, longe de avançar em novas conquistas se limitaram às lutas pela manutenção dos direitos sociais anteriormente alcançadas, e, normalmente, restritas às especificidades de cada categoria de trabalho. Com relação a este último aspecto, a maioria dos sindicatos não teve capacidade de interagir com os trabalhadores informais, terceirizados e desempregados, os quais, normalmente, não possuem vínculo formal ou prático com as instâncias organizativas. Assim mesmo, essas novas iniciativas não criaram condições e espaços propícios para a reorganização do movimento de luta dos trabalhadores capazes de incluir esses segmentos vitimados pelo crescente processo de dominação e exclusão social, propiciado pelo capital em sua nova configuração, caracterizada pelo que se convencionou chamar de neoliberalismo e mundialização do capital.

Mais do que isso, é importante levarmos em consideração, também, que em nível internacional, o movimento sindical vive uma profunda crise, caracterizada pela

“redução nas taxas de sindicalização; o refluxo das greves e do volume de jornadas perdidas anualmente; as dificuldades crescentes de obtenção de ganhos salariais significativos e outros benefícios sociais diante do capital e

⁶⁴ Nesse trabalho, não abordaremos de forma específica o surgimento de outras centrais sindicais, como a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) que surgiu em dezembro de 2007, constituída por militantes vinculados ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizados pela Corrente Sindical Classista (CSC), que rompeu com a CUT em 2007, mesmo não apresentando nenhuma divergência fundamental na análise de conjuntura política do país com a maioria dos agrupamentos políticos que ainda permanecem organizados na CUT. Nos últimos quatro anos, surgiram inúmeras centrais sindicais, motivadas pelo incentivo da política de Contribuição Sindical formalizada pela Lei N° 11.648 em 31 de março de 2008, que legaliza as Centrais Sindicais. Assim, pretende-se no decorrer desse trabalho aprofundar a análise sobre o processo de construção da CONLUTAS, e citamos nesse capítulo o surgimento da INTERSINDICAL, devido estas serem as únicas dissidências que expressam um desacordo político, organizativo, teórico e metodológico com a CUT.

de seu organismo de classe, o Estado; enfim, as limitações, igualmente crescentes, para manutenção de antigas conquistas sociais e coletivas unidas à dificuldade crescente de mobilização da base de trabalhadores” (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, o autor apresenta dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1998, demonstrando que o nível da taxa de sindicalização apresenta variações consideráveis de região para região. No leste europeu, com o fim da URSS a sindicalização não é mais obrigatória, e em alguns desses países o índice de sindicalização sofreu uma queda acentuada:

Tabela 2

| Países | Taxa de Sindicalização |
|------------------|-------------------------------|
| Estônia | - 71,2% |
| República Tcheca | - 50,6% |
| Polônia | - 45,7% |
| Eslováquia | - 40,1% |
| Hungria | - 38% |
| Alemanha | - 20,3% |

Fonte: Santos (2006)
OIT (1998)

Já na Europa Ocidental e em outros continentes, diversos países apresentam realidades distintas. Em alguns países percebe-se uma redução considerável na taxa de sindicalização, e em outros países os dados demonstram outra situação, caracterizada pelo crescimento da taxa de sindicalização, como pode ser notado na tabela abaixo:

Tabela 3

| Países | Taxa de Sindicalização |
|---------------|-------------------------------|
| Israel | - 75,7% |
| Nova Zelândia | - 46,7% |
| Portugal | - 44,2% |
| Uganda | - 38,3% |
| Venezuela | - 32,2% |
| França | - 31,2% |
| Reino Unido | - 25,2% |
| África do Sul | + 126,7% |

| | |
|------------|----------|
| Espanha | + 92,3% |
| Chile | + 89,6 % |
| Tailândia | + 77,3% |
| Filipinas | + 69,4% |
| Bangladesh | + 57,8% |
| Zimbábue | + 54,4% |
| Taiwan | + 49,8% |
| China | + 49,8% |
| Egito | + 21,8% |
| Holanda | + 19,3% |

Fonte: Santos (2006)
OIT (1998)

As realidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos países citados na Tabela 3, são distintas daquela dos países citados na Tabela 2. Segundo Santos (2006), não podemos relacionar automaticamente o índice da taxa de sindicalização com o resultado efetivo das lutas sindicais realizadas nesses países. Ou seja, o elevado índice de sindicalização não se traduz na realidade em um movimento sindical mais combativo que tenha capacidade de mobilizar permanentemente os trabalhadores na busca por novas conquistas sociais. Nesse sentido, o autor afirma que:

“Assim é que as altas taxas de sindicalização verificadas nos sindicatos dos países da Europa do norte não tem contribuído para evitar uma posição defensiva por parte das mesmas organizações. De igual modo, as taxas de sindicalização se elevaram em alguns países, sem contudo produzirem uma nova ofensiva reivindicativa do trabalho”.

No que diz respeito ao Brasil, a realidade não é diferente em relação à queda na taxa de sindicalização. Uma pesquisa realizada pelo economista Marcio Pochmann, para o período de 1992 a 2007, demonstra que a taxa de sindicalização no Brasil caiu 17,8%⁶⁵. Além disso, segundo ALVES (2006), o movimento sindical no Brasil enfrentou nos anos 90 e nos primeiros anos do século XXI, dificuldades na mobilização dos trabalhadores diante da recente reestruturação produtiva que intensificou a precarização do trabalho e provocou

⁶⁵ Ver em: <http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao_volta_crescer_terceirizados>.

Acesso em: 19 jul. 2010. Ver também em:

<<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=763896&path=/suasfinancas/carreiras/direitos/>>. Acesso em: 19 jul. 2010.

mudanças objetivas e subjetivas para o conjunto da classe trabalhadora, além de demonstrar uma dificuldade em reagir à ofensiva do capital nesse momento conjuntural. O autor demonstra, a partir dos dados do Dieese de 2002, que houve um decréscimo na quantidade de greves, grevistas e da média de grevistas por greve, como demonstram as tabelas e o gráfico a seguir:

Tabela 4

| Anos | Greves | Grevistas | Média de Grevistas por Greve |
|------|--------|-----------|------------------------------|
| 1990 | 1956 | 9.084.672 | 4644 |
| 1991 | 1128 | 7.527.732 | 6674 |
| 1992 | 624 | 2.819.412 | 4518 |
| 1993 | 732 | 5.194.020 | 7096 |
| 1994 | 1128 | 3.266.076 | 2896 |
| 1995 | 1128 | 2.654.628 | 2353 |
| 1996 | 1332 | 2.694.180 | 2023 |
| 1997 | 684 | 896.172 | 1310 |
| 1998 | 600 | 1.714.692 | 2858 |
| 1999 | 552 | 1.378.668 | 2496 |

Fonte: Alves (2006)
Dieese (2002)

No início da década de 2000, o Dieese não realizou pesquisas sobre a quantidade de greves no Brasil, e retomou o levantamento de dados sobre essa questão apenas em 2004. Para Mattos (2009):

“Do ponto de vista das mobilizações da classe trabalhadora, há uma evidência pouco discutível de recuo. Tomando as greves como indicadores, observamos que das quase 4.000 greves de 1989, ano de pico das mobilizações grevistas na década de 1980, passamos a patamares médios de cerca de 700 greves anuais nos anos 1990. O fenômeno passou a ser tão secundário que o DIEESE, que sempre manteve pesquisas sobre greves, interrompeu-as no fim da década de 1990. Retomando tais pesquisas em 2004, o Departamento encontrou perto de 300 greves em média nos anos seguintes (até 2007)”.

Na primeira década do século XXI, não se percebe uma transformação no quadro conjuntural da organização do movimento sindical no Brasil, e sim uma avanço no processo

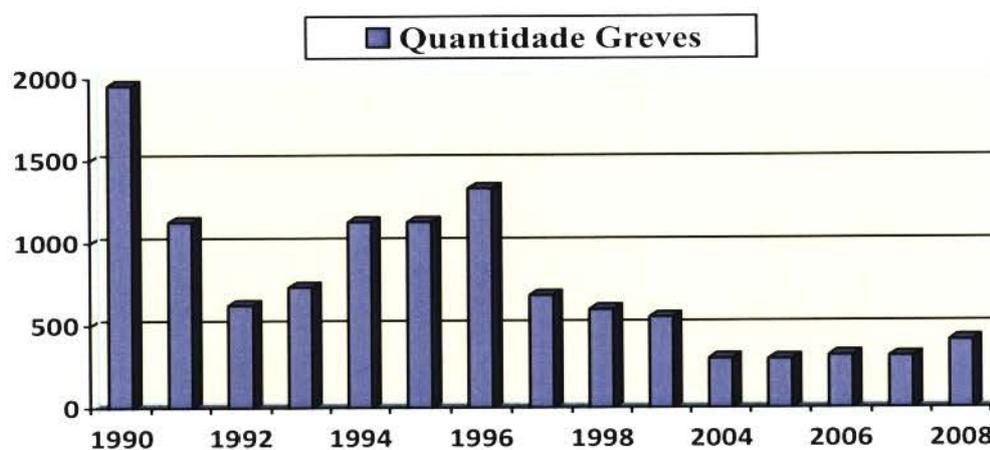
de refluxo na organização do movimento sindical como indicam os dados na tabela e no gráfico a seguir:

Tabela 5

| Ano | Greves |
|------|--------|
| 2004 | 302 |
| 2005 | 299 |
| 2006 | 320 |
| 2007 | 316 |
| 2008 | 411 |

Fonte: Dieese (2002)

Gráfico 1



Acrescenta-se a esses dados a tabela abaixo com a relação entre o número total de trabalhadores empregados formalmente, com a quantidade de trabalhadores sindicalizados e não-sindicalizados; que demonstram um crescimento tímido do número de sindicalizados no período de 2003 a 2006; de 0,9%, mas que revelam ainda que quase 82% dos trabalhadores ocupados no Brasil não são sindicalizados e não vivem, portanto, o cotidiano do movimento

sindical. Esses dados revelam, como discutido no capítulo anterior, que, no imaginário social, a opção por pensar e participar de projetos coletivos não é predominante.

Tabela 6

| | Nº de Trabalhadores Ocupados | Nº de Sindicalizados | Nº de Sindicalizados em % | Nº de Não-Sindicalizados |
|-------------|------------------------------------|----------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| 2003 | 79.250.627 | 14.011.123 | 17,67% | 65.237.695 |
| 2004 | 84.595.910 | 15.200.906 | 17,96% | 69.395.004 |
| 2005 | 87.089.976 | 15.983.590 | 18,35% | 71.106.386 |
| 2006 | 89.317.241 | 16.594.477 | 18,57% | 72.722.764 |

Fonte: Dieese (2010)
Anuários 2005, 2006, 2007, 2008⁶⁶.

2.2 - O SURGIMENTO DA CONLUTAS

É nesse cenário caracterizado por um decréscimo na quantidade de greves, de grevistas e da média de grevistas por greve, e, também, pela ausência de autonomia política da CUT em relação ao governo Lula, que surge a CONLUTAS com concepções políticas e propostas organizativas alternativas àquelas hegemônicas naquele contexto do movimento sindical brasileiro.

Na concepção dos fundadores da CONLUTAS, essa organização nasce devido à:

“[...] necessidade de se organizar uma alternativa de luta para os trabalhadores brasileiros, com independência de classe e socialista. Isto ocorre após a eleição do governo Lula, sua opção por governar de acordo com o modelo econômico neoliberal e a adaptação da CUT às políticas governamentais, como o apoio à reforma da Previdência que instituiu a idade mínima”⁶⁷.

⁶⁶ Os anuários de 2005, 2006, 2007 e 2008 estão disponíveis em: <http://www.dieese.org.br/anu/ind_anuario.xml#>. Acesso em: 21 jul. 2010.

⁶⁷ Esse trecho compõe um texto que apresenta uma breve História da CONLUTAS, e está disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

Atnágoras Lopes, membro da Secretaria Executiva Nacional (SEN) da CONLUTAS e membro do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, destaca duas características nesse processo que motivou o surgimento da CONLUTAS: a experiência dos trabalhadores brasileiros com o governo Lula e a perda de identidade de classe e estratégia socialista por parte de vários segmentos do movimento sindical brasileiro. Segundo esse sindicalista:

Há um elemento mais especial que é a experiência de classe com o governo de frente popular, com o governo Lula, mas isso por si só não é a origem do debate que já ocorria no interior da CUT, e que boa parte do movimento sindical brasileiro que atuava dentro da CUT já o fazia, que é o problema da perda de identidade com a estratégia de socialismo que a própria CUT já havia se distanciando. Isso se expressava na implementação de uma concepção sindical que se materializa em alguns conceitos, tipo cidadania, parceria, sindicalismo de resultados. E a resultante disso foi a implementação da participação em câmaras setoriais, que significa buscar alternativas em câmaras que juntam empresários, governos e sindicatos (nos casos as centrais), e isso se dava desde o governo Fernando Henrique já; e uma parte da militância da CUT questionava todo esse processo como um distanciamento estratégico da defesa do socialismo e na prática abrindo mão do caminho do sindicato independente, combativo. Havia um outro processo, uma outra expressão dessa perda de concepção classista que foi a utilização cada vez maior, mais aprofundada e até exagerada dos recursos públicos através de convênios firmados com o Ministério do Trabalho, com a utilização de recursos do FAT e de qualquer outra fonte do governo com os Ministérios do Trabalho, da Saúde, seja lá do que for; o que levou que a Central passasse a quadruplicar, em algum momento até quintuplicar a sua receita mensal e anual, o que para nós é a expressão mais cabal da perda da independência frente ao governo, aos patrões, porque tem um velho ditado “que quem paga a banda escolhe a música”, então é assim também na luta de classes; quem paga manda, e quem tem que financiar a luta da classe é a própria classe, e esse atrelamento foi uma outra expressão.⁶⁸

Dando seqüência à sua argumentação, Lopes relaciona essa problemática da perda da concepção sindical classista por parte de setores do movimento sindical brasileiro com o período do governo Lula (desde 2003), afirmando que:

Isso foi um período, e com o advento do governo Lula, isso não só se aprofundou, como passou para além dos Ministérios, passou para as empresas públicas como a caixa econômica, como Banco do Brasil, como a Petrobrás, financiando as ações do movimento, os convênios, os cursos e essas coisas como um todo, e também a perda da identidade política, ou seja, uma confusão completa em defesa do governo em detrimento da retirada de direitos, e aí vieram os primeiros enfrentamentos dos setores do

⁶⁸ Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo - SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém - PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

funcionalismo com a primeira reforma da previdência, e aí na luta foi se materializando a necessidade de criar uma alternativa de direção para o movimento brasileiro.⁶⁹

Nos dias 13 e 14 de março de 2004, 1800 ativistas de 279 entidades sindicais do país (sendo direções e oposições sindicais) realizaram em Luziânia - GO o Encontro Sindical Nacional e fundaram a CONLUTAS, com um formato inicial de coordenação/fórum com o objetivo de organizar as lutas sociais contra os projetos de Reforma Sindical e Trabalhista apresentadas pelo governo federal naquele período⁷⁰. Ou seja, inicialmente a CONLUTAS não surgiu com uma estrutura organizativa similar a de uma central sindical, mas sim como um pólo de aglutinação de entidades sindicais e movimentos sociais/populares que atuavam naquele momento nas construções das lutas cotidianas contra as reformas. Após esse encontro em Luziânia - GO, foram realizados, durante o mês de abril, Encontros Estaduais para organizar as atividades públicas contra as reformas em vários Estados no Brasil, e para constituir assim as coordenações estaduais da CONLUTAS⁷¹.

Na primeira reunião que ocorreu em Brasília no dia 19 de março de 2004, entre algumas das entidades sindicais participantes do Encontro Sindical Nacional de Luziânia - GO, foi deliberada a realização de uma jornada de lutas contra as políticas neoliberais, em especial contra as reformas sindical e trabalhista. E em uma dessas atividades, a CONLUTAS organizou uma manifestação nacional em Brasília no mês de junho desse respectivo ano⁷². Essa manifestação contou com a participação de estudantes, servidores públicos, metalúrgicos, trabalhadores do setor privado, sem-terra e sem-teto⁷³. Embora não haja precisão das fontes em relação à dimensão dessa atividade, segundo a Polícia Militar a manifestação contou com a participação de cinco mil manifestantes; já para a CONLUTAS e alguns de seus sindicatos filiados, a manifestação contou com a participação de 20 mil manifestantes⁷⁴. Por sua vez, o Observatório Social da América Latina (OSAL), informa que

⁶⁹ Ibidem.

⁷⁰ Dados disponíveis na carta de divulgação sobre a constituição da CONLUTAS.

⁷¹ Desde o seu início a CONLUTAS teve representação nas cinco regiões brasileiras, porém não obteve representação em todos os Estados da Federação.

⁷² Ver em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2010.

⁷³ Ver em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=1413>>. Acesso em: 30 jul. 2010.

⁷⁴ Ibidem. E ver em: <http://www.sindsef-sp.org.br/sindsef_conlutas.jsp>. Acesso em: 30 jul. 2010, e no site: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Lutas>. Acesso em: 30 jul. 2010.

15 mil pessoas participaram dessa manifestação,⁷⁵. Independentemente das divergências quanto a aferição do número de participantes, cabe reconhecer que uma quantidade considerável de pessoas se dispuseram a participar dessa atividade, apesar da conjuntura, caracterizada pelo refluxo organizativo dos trabalhadores, e da ausência da CUT enquanto entidade, reconhecida como uma das maiores centrais sindicais da América Latina. A CONLUTAS organizou essa manifestação⁷⁶, com milhares de ativistas do movimento sindical, do movimento popular e estudantil; já indicando naquele momento uma capacidade de articular esses setores em um único espaço organizativo. Registre-se, entretanto, que a CONLUTAS naquela oportunidade era uma coordenação apenas, e não uma central, e várias entidades presentes na manifestação não aderiram ainda naquele momento ao embrionário projeto organizativo da CONLUTAS. Cabe destacar que participaram desse ato, alguns setores orgânicos da esquerda da CUT que faziam oposição interna à tendência majoritária daquela central, “Articulação”. A CONLUTAS era constituída nesse momento, por entidades sindicais nacionais e locais; oposições e minorias sindicais, e por movimentos populares. Nas atividades da CONLUTAS participavam também alguns setores do movimento estudantil⁷⁷.

Ainda em 2004, a CONLUTAS, o ANDES-SN, a CONLUTE e outras entidades realizaram no mês de novembro desse ano uma Marcha em Brasília com o slogan “25 de novembro: TODOS A BRASÍLIA! Contra as Reformas Universitária e Sindical/Trabalhista de Lula/FMI, Patrões e CUT”. Nessa manifestação, a CONLUTAS se posicionou de forma clara

⁷⁵ Sobre os dados do OSAL, ver em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal14/CRS14Brasil.pdf>> Acesso em 30 jul. 2010.

⁷⁶ Nessa manifestação a CONLUTAS realizou uma crítica específica ao Fórum Nacional do Trabalho (FNT) criado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº. 4.796, de 30 de julho de 2003. Segundo o MTE, a proposta do FNT é criar um espaço de diálogo entre os representantes dos trabalhadores, empregadores e governo federal, para negociar a implementação da reforma sindical e trabalhista no Brasil. Para a CONLUTAS, o FNT foi instituído com o único propósito de implementar uma reforma sindical e trabalhista que retire os direitos sindicais e trabalhistas do conjunto da população brasileira, e diante essa leitura política sobre o FNT e com o princípio de que o movimento sindical não negocia a retirada de direitos; a CONLUTAS e os sindicatos que compunham a coordenação naquele período optaram por não participar desse Fórum para não legitimar a ação governamental em retirar direitos da classe trabalhadora e optaram por denunciar publicamente o caráter e a intenção do FNT. Destaca-se que as demais centrais sindicais, inclusive a CUT, defenderam e defendem a participação do movimento sindical nesse Fórum. Sobre outros detalhes do FNT, ver em: <<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>>. Acesso em 30 jul. 2010, e ver em: http://www.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf (Acesso realizado em: 30/07/2010).

⁷⁷ Cabe ressaltar que uma parte significativa do setor estudantil que participava organicamente nas atividades da CONLUTAS estava vinculada à Coordenação Nacional de Luta dos Estudantes (CONLUTE). A CONLUTE surgiu em maio de 2004, no Encontro Nacional Contra a Reforma Universitária no Rio de Janeiro, após o rompimento de algumas entidades estudantis (Diretórios Centrais dos Estudantes, Diretórios e Centros Acadêmicos) com a UNE. Essas poucas entidades que romperam com a UNE em 2004, contavam com a participação de militantes do PSTU.

como oposição ao governo Lula e suas propostas políticas para a Educação Superior no país, e para o campo das relações sindicais/trabalhistas. No dia 11 de novembro (dias antes da Marcha para Brasília), a CONLUTAS apoiou a paralisação nacional que ocorreu em várias Universidades Públicas, organizada pelos docentes vinculados ao ANDES-SN e suas respectivas Seções Sindicais, e pelos discentes organizados em Diretórios Centrais e Acadêmicos em cada Universidade, visto que a UNE ao apoiar as políticas do governo federal para a educação, não aderiu à construção e à realização dessa paralisação⁷⁸.

No dia 30 de janeiro de 2005, durante o Fórum Social Mundial que ocorreu aqui no Brasil, em Porto Alegre-RS, entre os dias 26 a 31 de janeiro, a CONLUTAS realizou o seu primeiro Encontro Nacional, que contou com a participação de 1.553 delegados credenciados, representando mais de 250 Sindicatos/Federações, 30 entidades estudantis e alguns movimentos sociais⁷⁹. Nesse encontro, inicia-se o debate sobre a transformação dessa coordenação em uma futura entidade nacional. Ali, foram aprovadas algumas deliberações⁸⁰, como:

- Iniciar as discussões nas bases dos sindicatos e demais movimentos sociais para a construção de uma nova alternativa de organização para a classe trabalhadora brasileira;
- Construir o II Encontro Nacional da CONLUTAS para o início do 2º semestre de 2005, onde um dos pontos centrais do encontro seria definir a estruturação e realização de um congresso de fundação dessa nova alternativa de organização, a ser realizado no ano de 2006;
- Organizar Marcha a Brasília contra as Reformas Neoliberais do governo Lula, junto ao II Encontro Nacional da CONLUTAS, no início do 2º semestre;
- Estruturar a CONLUTAS:
 1. Trabalhar junto às Entidades da Coordenação para que essas iniciem o mais breve possível a sua contribuição mensal para a CONLUTAS;
 2. Criação de uma Secretaria Executiva para a CONLUTAS, na 1ª reunião (próxima) que ocorrerá após o I Encontro Nacional da CONLUTAS, para dar encaminhamento às tarefas da Coordenação Nacional;
 3. Dar continuidade à criação e à organização das CONLUTAS Estaduais para fortalecer o trabalho que vem sendo realizado em nível nacional.

⁷⁸Estudantes vinculados à CONLUTE e a Frente de Oposição de Esquerda da UNE (FOE-UNE), ajudaram a construir a mobilização para a realização dessa paralisação.

⁷⁹Dados disponíveis no Boletim do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE), Ano VII - Nº 279 – 03 de fevereiro de 2005.

⁸⁰Ibidem.

Destaca-se que nesse 1º Encontro Nacional da CONLUTAS o debate inicial realizado sobre a transformação dessa coordenação em uma entidade nacional, já apontava para a construção de uma nova central sindical e popular; e não apenas a criação de uma nova central que se dispusesse a organizar apenas os setores sindicais. Após esse encontro, essa coordenação de lutas organizou de forma sincronizada atividades e manifestações em várias cidades do país, no dia 8 de março, sendo esse um dia típico para o movimento popular e sindical que há mais de 80 anos realizam em vários países, atividades públicas em homenagem à luta pela emancipação da mulher e pela superação da opressão presente na sociedade. Essas foram as primeiras atividades em que a CONLUTAS se apresentou com logomarca e panfletos específicos sobre a temática feminista, em nome da coordenação. A reportagem publicada em um site partidário⁸¹ a respeito da participação da CONLUTAS na manifestação realizada em São Paulo, afirma que:

“Em São Paulo, a marcha das mulheres reuniu cerca de 15 mil pessoas, que se concentraram no vão livre do Masp, na Avenida Paulista, às 14h desta terça-feira. (...) A manifestação protestava contra a violência às mulheres e reivindicava melhores condições de trabalho e direito ao aborto. A caminhada reuniu várias organizações, sendo que a maioria, lamentavelmente, segue com uma postura de defesa do governo nas questões da mulher trabalhadora. Destoando da maioria das organizações governistas, a coluna da Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas) e da Coordenação de Luta dos Estudantes (Conlute), reuniu cerca de 1.500 pessoas. A coluna foi a mais animada da marcha e contou com delegações de Bauru e de São José dos Campos – inclusive lutadoras da ocupação do Pinheirinho – entre outras cidades paulistas. Foram elas que garantiram os protestos contra a política econômica do governo Lula e suas reformas neoliberais. À frente da coluna foi exibida uma faixa “Contra as reformas Sindical, Trabalhista e Universitária de Lula e do FMI”. Logo atrás, dezenas de bandeiras, cartazes e mais faixas exigiam a retirada das tropas brasileiras do Haiti e contra a ocupação criminosa de Bush no Iraque. as ativistas entoavam palavras-de-ordem como “mulheres na rua contra a opressão, abaixo as reformas de Lula e do patrão” e “Ó Lula, eu quero ver, legalizar o aborto pra valer”, respondendo a demagogia do governo na questão do aborto, que sequer foi capaz de legalizá-lo para os casos de fetos anencéfalos”.

A CONLUTAS apoiou as mobilizações locais que ocorreram em algumas cidades contra o aumento da tarifa do transporte público, bem como participou de greves organizadas pelos sindicatos municipais. Algumas greves nacionais, como a organizada pelo ANDES-SN, por exemplo, também contaram com o apoio público da CONLUTAS e com a participação de seus militantes.

⁸¹ Ver reportagem completa em: <http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=3161&ida=2>.

Em 2005 o governo Lula vivenciou uma forte crise política com a denúncia de compra de votos de deputados federais dentro do congresso nacional, que ficou popularmente conhecido como “Mensalão!”⁸² Diante Dessa crise, a CONLUTAS realiza no dia 17 de agosto desse ano, um ato nacional contra a reforma sindical e contra a corrupção, na Esplanada dos Ministérios em Brasília, com a participação em média de 12 mil manifestantes⁸³, entre trabalhadores organizados em sindicatos e em movimentos populares, bem como setores do movimento estudantil vinculados à CONLUTE. Cabe destacar que esse ato foi maior do que a manifestação realizada pela UNE e pela CUT no dia 16 de agosto, em Brasília, expressando apoio ao governo Lula com o discurso de que havia um perigo de golpe a ser encampado pelos setores conservadores do país, e que as denúncias de corrupção por parte de setores do governo federal divulgados pela mídia televisiva e pela mídia impressa, estavam sendo alimentadas por esses setores conservadores.

No dia 18 de agosto de 2005, um dia após a manifestação organizada pela CONLUTAS em Brasília contra a reforma sindical e contra a corrupção, é realizado também na mesma cidade o 2º Encontro Nacional da CONLUTAS que reuniu 1700 participantes.⁸⁴ Nesse Encontro Nacional, além de aprovar a continuidade na organização das lutas em cada Estado contra as reformas neoliberais propostas pelo governo federal, deliberou-se também pela realização de um Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT) para o 1º semestre de 2006, nos dias 5, 6 e 7 de maio, em Sumaré (SP), com o objetivo em transformar a CONLUTAS em uma nova organização dos trabalhadores. O debate realizado nesse Encontro sobre o CONAT, continuou e aprofundou o debate iniciado no 1º Encontro Nacional da CONLUTAS, indicando a idéia e a possibilidade em transformar a CONLUTAS em uma Central Sindical e Popular; superando o modelo hegemônico presente no campo do movimento sindical no Brasil, caracterizado pelo predomínio de centrais que organizam exclusivamente setores sindicais.

Em 2006, a CONLUTAS mais uma vez participou organicamente das manifestações que ocorreram em várias cidades do país no dia 8 de março; e além das manifestações e de algumas greves protagonizadas por alguns sindicatos vinculados à CONLUTAS, a realização do CONAT que deliberou pela transformação formal dessa Coordenação em uma Entidade

⁸² Refletir se colocaremos alguma nota de rodapé sobre esse assunto.

⁸³ A referência quanto ao número de participantes, encontra-se no Boletim elaborado conjuntamente pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD) / Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (SINDSEF-SP) – março de 2006, filiados à CONLUTAS.

⁸⁴ Dados numéricos disponíveis em: <<http://www.sindppd-rs.org.br/files/jornal/jornal9.pdf>>.

Nacional representativa, se constituiu como o grande marco para a CONLUTAS nesse período.

2.3 – CONAT: UM PASSO EM DIREÇÃO À CONSTRUÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO SINDICAL E POPULAR NO BRASIL



Figura 2

A CONLUTAS embora não formalizada como uma entidade nacional no período de março de 2004 a maio de 2006, tornou-se diante da experiência cotidiana, nesse período, um pequeno pólo aglutinador para a organização dos trabalhadores e das manifestações sociais contra as reformas neoliberais propostas pelo governo federal. E, apesar de se configurar como um pólo minoritário no cenário sindical e social do país, essa conseguiu obter uma visibilidade e uma notória expressão no campo do movimento dos trabalhadores, visto que a CUT adotou um posicionamento político ora acrítico, com raras críticas pontuais à política econômica do governo, ora, se posicionou claramente em defesa das políticas governamentais; deixando conseqüentemente livre um espaço a ser ocupado pelos setores que defendem a autonomia e a independência política e econômica do movimento sindical em relação ao Estado, ao governo federal e à qualquer partido político. Durante esses dois anos, como já expresso em parágrafos anteriores, setores sindicais, populares e estudantis participaram de variados espaços e eventos organizados pela CONLUTAS (reuniões, encontros e manifestações). Essa experiência contribuiu para a ocorrência de uma importante deliberação no CONAT; que foi a transformação da CONLUTAS em uma entidade que

agrupe em seu interior todos os setores explorados da sociedade, principalmente aqueles que não estão inseridos no mercado formal de trabalho. Nesse sentido, a partir do CONAT participam formalmente dessa nova entidade nacional com direito a voz e voto, sindicatos, oposições sindicais, minorias de direções de sindicatos, movimentos populares do campo e da cidade, e organizações estudantis.⁸⁵ Além disso, sem abrir mão de uma concepção classista de organização dos trabalhadores, foi aprovado no CONAT que a CONLUTAS permitiria a filiação individual à entidade nacional, possibilitando ao indivíduo filiado o direito a voz e voto nas reuniões e nos encontros nacionais, estaduais e regionais dessa nova entidade⁸⁶. Essa iniciativa abriu espaço para que ativistas e militantes dos movimentos populares e partidários que não possuíam uma representação coletiva, tivesse a oportunidade de construir organicamente a CONLUTAS. Todavia, essa resolução, que até o momento se configura como inédita na história do movimento sindical no Brasil, foi regulamentada com o decorrer dessa experiência, mas, descartada dois anos após o CONAT, durante o 1º Congresso Nacional da CONLUTAS que não manteve essa resolução.

Durante o CONAT, realizou-se o debate sobre a concepção, os princípios e o programa da CONLUTAS. Uma das resoluções, fruto desse debate, foi a transformação da CONLUTAS em uma entidade nacional dos trabalhadores, com princípios, concepção, programa e estatutos. Diante da conjuntura caracterizada por essa experiência inicial, em termos de reflexão e prática política, o CONAT deliberou ao 1º Congresso da CONLUTAS a tarefa de revisar e aprimorar seus princípios de funcionamento e estatuto. E, apesar da resolução delegar ao 1º Congresso da Conlutas a função de revisar e aprimorar essas questões, durante o CONAT aprovou-se que a nova Central Sindical e Popular adotaria como princípios básicos a *Autonomia* em relação aos governos, ao Estado e aos partidos políticos; a *Democracia* (sendo que esse princípio logo se referenciaria no termo *Democracia Operária*) em que os trabalhadores debatem e aprovam os encaminhamentos políticos; e o *Internacionalismo e o Socialismo*, entendendo que a nova Central Sindical e Popular seria um instrumento para a luta em construção do socialismo. Partia-se do suposto de que, como as mazelas sociais existem devido à vigência da lógica capitalista e de que, devido o caráter internacional desse sistema que está presente em quase todos os países, as lutas dos trabalhadores necessitam ser articuladas internacionalmente, também⁸⁷.

⁸⁵ Nesse caso, participam majoritariamente as organizações estudantis vinculadas à CONLUTE.

⁸⁶ Ver Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), publicado em 2006.

⁸⁷ *Ibidem*.

A resolução referente ao princípio da *Autonomia* da CONLUTAS sobre a sua independência política e financeira em relação ao Estado, ao governo, aos patrões e às instituições religiosas, afirma que:

“Vivemos numa sociedade capitalista, dividida em classes. Historicamente os capitalistas têm usado vários meios para perpetuar sua dominação sobre a classe trabalhadora. Um deles é a cooptação, ou seja, a domesticação de dirigentes e organizações, buscando desarticular as lutas e desmoralizar os trabalhadores. É o que acontece em nosso país com o PT e a CUT. Essa cooptação é garantida por compromissos políticos e também pela obtenção de vantagens materiais por dirigentes e organizações. A CONLUTAS, consciente da experiência já vivida pela nossa classe, deverá basear sua existência no princípio da independência de classe. Deve ser política e administrativamente independente do Estado, de governos, dos patrões e das instituições religiosas. Também no aspecto econômico isso é fundamental, pois não há dependência financeira sem dependência política. A CONLUTAS deve ser financiada pelas organizações que dela fizerem parte e por contribuições voluntárias dos trabalhadores”.

Ainda sobre o princípio da *Autonomia* da CONLUTAS em relação aos partidos políticos, o CONAT define que:

“A CONLUTAS não pertence, nem será dependente de nenhum partido político. Ela recebe de braços abertos e valoriza a militância dos partidos do campo da classe trabalhadora que atuam nas entidades e movimentos, da mesma forma que valoriza os que não têm nenhuma filiação partidária. (...) A autonomia da CONLUTAS frente aos partidos se concretizará principalmente em duas questões: 1) As decisões da CONLUTAS serão tomadas em seus espaços de deliberação, de forma soberana; 2) O caráter da CONLUTAS é sindical e popular, não partidário”⁸⁸.

Essas resoluções acima citadas demonstram que a CONLUTAS nasce com uma proposta antagônica à prática, então, adotada pela CUT caracterizada pela ausência de autonomia política frente ao governo e ao partido, no caso governo Lula e PT, e pela ausência de uma autonomia financeira em relação ao Estado visto que a CUT recebe anualmente uma verba financeira enorme originada do FAT. Em relação ao princípio da *Democracia Operária*, apesar desse termo não estar presente no caderno de resoluções, constando apenas o termo “Democracia”, o CONAT deliberou que:

“Todo funcionamento da CONLUTAS será baseado num rico e saudável debate interno, dos trabalhadores, da juventude e dos camponeses. Com plena participação das bases, em processos que garantam a democracia, o respeito à diversidade e à expressão das minorias. Os processos de decisão de suas políticas devem se basear em ampla participação das entidades e da

⁸⁸ Ibidem.

base. Rejeitamos os métodos burocráticos que marcaram a CUT e seguem presentes nas organizações sindicais e populares.”

Essa resolução indica que a CONLUTAS se propôs a construir uma nova forma de organização interna, no que se refere às deliberações políticas da entidade. O princípio da “Democracia” debatido durante o CONAT simbolizou, na prática, a tentativa em criar uma estrutura interna dessa nova central em que as entidades de base tenham o controle político da Direção e dos rumos políticos da central, evitando assim a ocorrência do fenômeno da burocratização do movimento sindical. Ao expor a experiência protagonizada pela CONLUTAS na construção de um novo movimento sindical no Brasil; experiência essa que é atenta à tendência existente hoje referente à burocratização do movimento sindical, Almeida (2007) afirma que:

“A existência, por outro lado, de um processo permanente e democrático de discussão e deliberação internas, de forma a possibilitar um efetivo controle pela base sobre as decisões tomadas na organização, é fundamental e ajuda enormemente a evitar que a entidade fuja de seus princípios e se degenere, para assegurar que a direção estará sob o controle das bases”.

Portanto, é importante destacar que além da “Democracia Operária”⁸⁹ ser um princípio da CONLUTAS, essa proposta é percebida como um método organizativo. A CONLUTAS, com esse princípio e método, experimenta uma prática alternativa no campo do movimento dos trabalhadores em relação ao que se encontra em outras centrais sindicais, porque a dinâmica de funcionamento da CONLUTAS é estruturada de forma que as entidades sindicais, populares e estudantis⁹⁰, reunidas a cada dois meses debatam e deliberem coletivamente as ações a serem implementadas. Com essa dinâmica, em que a nova central se organiza em forma de coordenação, a possibilidade dos trabalhadores e das entidades de base possuir o controle político da Direção Nacional é maior, e contribui com a tentativa de evitar que às práticas burocráticas não predominem e hegemonizem sua estrutura organizativa, seu

⁸⁹ Apesar do termo não constar no caderno de resoluções do CONAT, logo após o Congresso, a CONLUTAS expressa no sítio eletrônico e em seus documentos políticos, o termo “Democracia Operária”. Destaca-se que esse termo não esteve ausente nas intervenções públicas, no sítio eletrônico e demais documentos impressos pela CONLUTAS.

⁹⁰ A participação das entidades estudantis nas reuniões bimestrais da CONLUTAS era minoritária, sendo bastante inferior ao número das entidades populares e sindicais presentes. Isso ocorre por inúmeros motivos, em especial pelo fato das entidades estudantis de base priorizarem a participação nos espaços da CONLUTE e pela precariedade financeira dessas visto que para a participação nas reuniões bimestrais da CONLUTAS, as entidades de base participantes custeavam as despesas com alojamento e alimentação. A questão é que nas reuniões bimestrais da CONLUTAS permitia-se a participação de entidades estudantis; se configurando assim como uma experiência nova na história da organização dos trabalhadores no Brasil.

imaginário e seus trabalhos cotidianos. Com essa estratégia, as entidades de base compõem, na prática, a direção política da CONLUTAS.

Os princípios do “*Internacionalismo*” e do “*Socialismo*”, além de colocarem em pauta a preocupação em organizar a luta dos trabalhadores internacionalmente, criando vínculos e unidade com as organizações dos trabalhadores de outros países, colocam em evidência a clareza de que para superar os problemas sociais é necessário construir a luta em prol de uma sociedade socialista. Retoma, também, a concepção e prática de um sindicalismo classista, que há anos estão ausentes nas estratégias cotidianas da CUT, da Força Sindical e de outras centrais que adotaram, no decorrer da década de 1990, a prática do sindicalismo cidadão, do sindicalismo de resultados, do sindicalismo propositivo. Nesse sentido, o CONAT aprovou a seguinte resolução:

“A luta dos trabalhadores brasileiros e a construção da CONLUTAS se inserem no marco das lutas dos demais trabalhadores da América Latina e do mundo, que resistem às políticas neoliberais e às agressões do imperialismo, defendem sua autodeterminação e lutam por uma vida digna. A CONLUTAS nasce consciente de que a solidariedade internacional e a unidade dos trabalhadores de todas as regiões do planeta é um valor a ser perseguido e alcançado. A libertação da classe trabalhadora da exploração é uma tarefa que não se limita a um país – deve ser levada em nível internacional, única forma de criar uma sociedade socialista”.

Esses princípios citados acima possuem uma centralidade para os que constroem a CONLUTAS desde a sua fundação, porém; somados a esses se destacam mais dois princípios que foram debatidos e deliberados durante o CONAT. O primeiro refere-se a opção pela ação direta e o segundo trata da busca da unidade na luta dos trabalhadores nessa conjuntura complexa que se encontra o movimento sindical no Brasil.

Sobre o princípio da ação direta referente à organização de greves, piquetes, ocupações e manifestações públicas que afetem a esfera produtiva e de circulação do capital, as entidades e movimentos participantes da CONLUTAS entendem ser essa a principal estratégia a ser adotada, ao passo que apesar de não ignorar outros espaços de atuação política como o Congresso Nacional e o Setor Judiciário do país; os consideram como espaços com inúmeras limitações. A deliberação do CONAT sobre esse princípio afirma que:

“A CONLUTAS surge apoiada na luta que viemos desenvolvendo contra a reforma sindical e trabalhista, nas marchas a Brasília, nas mobilizações nos estados. Já nasce, portanto, nas lutas, única forma de construirmos uma organização sólida (...) É assim que precisamos avançar, fazendo com que esta alternativa esteja presente, apoiando e participando em cada luta dos

trabalhadores, sejam greves, piquetes, ocupações ou manifestações públicas. A CONLUTAS defende a ação direta dos trabalhadores como forma privilegiada de luta. O que não significa desprezar a importância de outras formas de luta, como a atuação no parlamento ou na Justiça. Também não significa deixar de utilizar as negociações e acordos, sempre que necessários. No entanto, como o Congresso Nacional e o Judiciário são instituições dominadas pelo poder econômico, não podemos confiar em que venham a defender nossos interesses apenas porque nossos argumentos são justos. Todas as demais formas de atuação dos trabalhadores devem estar a serviço de sua ação coletiva, de sua mobilização, pois esta é a principal garantia de vitória”.

Porém é importante apresentar uma ponderação referente a essa deliberação congressual que indica o surgimento da CONLUTAS apoiado às lutas desenvolvidas contra a reforma sindical e trabalhista. Trata-se do fato que vivemos hoje no Brasil e no mundo um período caracterizado por um refluxo das lutas sociais, que se diferencia do início dos anos de 1980 caracterizados por intensas mobilizações dos trabalhadores que reivindicavam o retorno da democracia no Brasil, bem como melhorias no campo social, trabalhista e salarial. A CONLUTAS portanto, nasce em um período extremamente desfavorável para a construção de uma entidade nacional que organize as lutas dos trabalhadores, e para a construção de uma referência política para os trabalhadores, como foi construída a referência no PT, na CUT e no MST nas décadas de 1980 e 1990.

E sobre a perspectiva do princípio da unidade entre os trabalhadores, o CONAT deliberou que:

“A CONLUTAS defenderá e atuará pela unidade dos trabalhadores na luta por seus direitos e interesses. A unidade é um meio fundamental para fortalecer os trabalhadores em suas mobilizações. A CONLUTAS não aceita a utilização da defesa da unidade como forma de abrir mão da independência de classe dos trabalhadores e paralisar suas lutas – isso, ao invés de aproximar, afasta os trabalhadores de seus objetivos imediatos e históricos”.

Esse princípio aprovado no CONAT demonstra que os delegados presentes no Congresso entenderam que a representação da CONLUTAS na base sindical e popular era minoritária e que para alcançar os objetivos nas lutas em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores era necessária a constituição de uma unidade entre os trabalhadores. Entendia-se nesse sentido, que os trabalhadores filiados à CONLUTAS com os seus discursos, princípios, métodos e estratégias, devido ao isolamento estariam mais distantes das vitórias nas lutas cotidianas. A construção da unidade na luta construída pelos trabalhadores em uma conjuntura social tão fragmentada diante a existência de inúmeras centrais sindicais, se configurava como uma tarefa necessária para esse período.

2.3.1 – A COMPOSIÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DO CONAT

O CONAT contou com a participação de 2.794 delegados, 226 observadores e 212 convidados; totalizando 3.232 participantes. Além disso, entre todos os delegados eleitos nas entidades de base pelo país, 794 não foram credenciados, por debilidades organizativas e financeiras⁹¹. Conforme demonstram a tabela e o gráfico abaixo, 581 delegações estiveram presentes no CONAT, sendo 205 (36%) entidades sindicais (pela maioria da diretoria); 18 (3%) entidades sindicais (pela minoria da diretoria); 118 Oposições Sindicais (20%); 8 Federações Sindicais (1%); 58 delegações (10%) do movimento popular e 174 delegações (30%) do movimento estudantil/juventude⁹².

Tabela 7

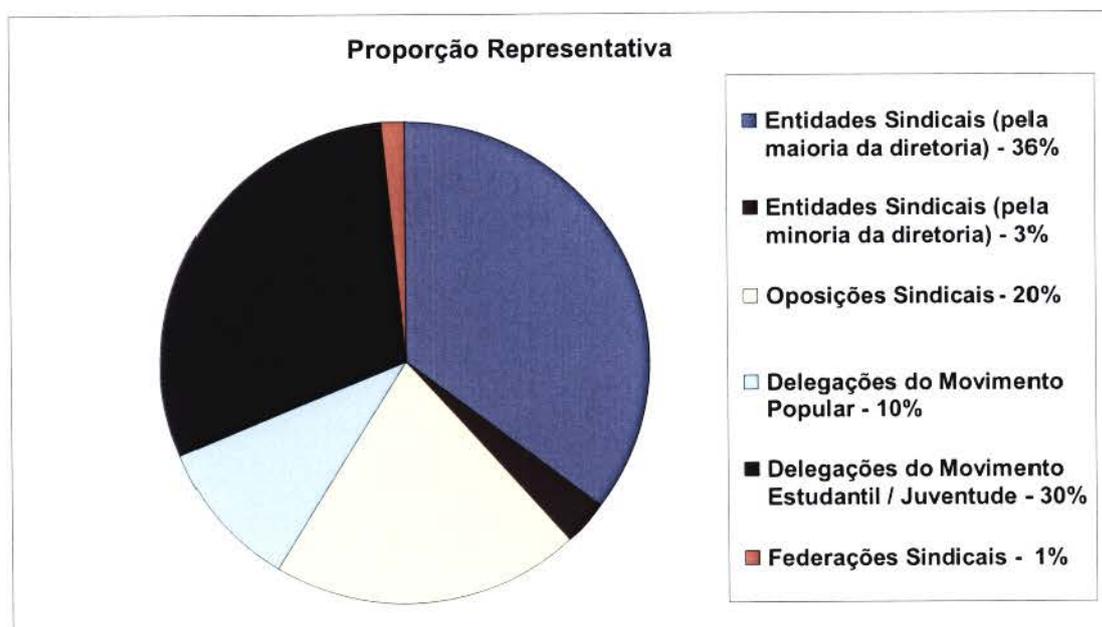
| Categoria | Quantidade |
|-------------------------------------------------|-------------------|
| Entidades Sindicais (pela maioria da diretoria) | 205 |
| Entidades Sindicais (pela minoria da diretoria) | 18 |
| Oposições Sindicais | 118 |
| Delegações do Movimento Popular | 58 |
| Delegações do Movimento Estudantil / Juventude. | 174 |
| Federações Sindicais | 8 |

Fonte: Aguena (2006)

⁹¹ Ver Aguena (2006).

⁹² Ibidem.

Gráfico 2



Fonte: Agüena (2006)

Ao analisar a composição do CONAT, percebe-se que o setor sindical representou a maior força dentro do congresso totalizando 349 delegações, simbolizando 60% dos participantes do congresso. Agüena(2006) destaca que entre as entidades sindicais participantes do CONAT, o funcionalismo público se configurou como o maior setor, com 174 delegações, sendo 45 entidades municipais, 35 entidades estaduais e 92 entidades federais. O autor afirma ainda que, devido ao fato desse setor da classe trabalhadora ter sofrido perdas concretas e imediatas com a política do governo federal, como a Reforma da Previdência, por exemplo, e ter vivenciado uma polarização mais nítida com as posições defendidas pelos sindicatos e sindicalistas vinculados à CUT; esse setor possui, portanto, um peso relevante no interior do Congresso e da Conlutas.

Segundo os dados apresentados por Agüena (2006), o congresso contou com a participação de 43 delegações do setor da educação, demonstrando a relação avançada que os sindicatos vinculados à esse setor em várias partes do país, vivenciam com a CUT e com o processo de reorganização sindical no Brasil. O setor industrial esteve presente com 42 delegações, representando 12% do setor sindical e 7,2% das delegações presentes nesse Congresso; demonstrando a frágil inserção da Conlutas nesse campo sindical que é vinculado ao setor produtivo/privado da economia brasileira. Os sindicatos das empresas estatais estiveram presentes com 32 delegações, o setor bancário com 18 delegações, a representação dos setores do transporte público e privado contou com 10 delegações, os sindicatos dos trabalhadores rurais e o setor do comércio estiveram presentes com 5 delegações cada.

Mediante esses dados⁹³, o autor demonstra primeiramente que a CONLUTAS está inserida em quase todos os setores mais importantes da economia brasileira; e destaca a presença das Oposições Sindicais no interior da CONLUTAS, que representaram 1/3 da representação sindical presente no CONAT; e conclui que:

“[...] o setor sindical da CONLUTAS já é representado majoritariamente por entidades sindicais, mas as Oposições, que refletem o trabalho por fora da estrutura oficial, têm bastante peso, são um componente bastante importante no processo de reorganização sindical”.

Ou seja, nesse processo de reorganização sindical no Brasil, os militantes e ativistas sindicais que não participam da Direção do Sindicato representando a sua respectiva categoria de trabalho; desenvolve fora do aparato sindical uma tarefa fundamental que é a construção da Conlutas na base, disputando não somente a direção como disputando também a hegemonia e a consciência dos trabalhadores. Essa estratégia também foi utilizada pela CUT em seu surgimento, no início da década de 1980, em que as oposições sindicais participavam com direito a voz e voto em seus encontros, congressos nacionais e estaduais. Com o crescimento e fortalecimento da CUT, no final da década de 1980 e início de 1990, apenas sindicatos constituídos continuaram com o direito a voz e voto nos fóruns internos dessa Central.⁹⁴

O setor estudantil, com 174 delegações no CONAT, representou a segunda maior força no interior do Congresso. Estiveram presentes 132 entidades universitárias e 42 entidades secundaristas⁹⁵. Essas entidades, como já expresse, eram vinculadas à CONLUTE, e essa expressiva participação estudantil nesse Congresso demonstra uma tentativa em realizar uma unidade orgânica nesse período entre trabalhadores e estudantes. O Movimento Popular esteve presente com 25 delegações do campo, 23 delegações urbanas, 7 delegações culturais, 1 delegação de raça e 2 delegações de gênero, totalizando 58 delegações. A composição orgânica dos setores populares organizados no CONAT se configura como mais uma prática nova no campo da organização do movimento sindical brasileiro; que no decorrer do século XX foi constituído somente por entidades sindicais⁹⁶.

Sobre esses dados, Aguena informa também que as delegações presentes no CONAT, representaram além do Distrito Federal, 22 estados da Federação; e destaca os números referentes às delegações de alguns estados, sendo:

⁹³ Ibidem.

⁹⁴ Não temos a data exata para informar ao leitor quando ocorreu essa modificação na organização interna da CUT. É relevante, porém, o fato que ao contrário da CONLUTAS, no decorrer da década de 1990 e durante a primeira década do século XXI, as oposições sindicais e minorias de direção não participaram com o direito a voz e voto nos fóruns internos da CUT.

⁹⁵ Ver Aguena (2006).

⁹⁶ Exceto a CUT, pois como já expresse acima, em seu surgimento possibilitava a participação em seus fóruns internos, de oposições sindicais e minorias de direção.

“[...] São Paulo com 107 delegações e 835 delegados; Minas Gerais com 99 delegações e 459 delegados; Rio de Janeiro com 60 delegações e 456 delegados; Rio Grande do Sul, 67 delegações e 261 delegados; Santa Catarina, 38 delegações e 170 delegados; Rio Grande do Norte, 16 delegações e 114 delegados; Ceará, 24 delegações e 73 delegados; Pernambuco, 25 delegações e 65 delegados e Sergipe, com 11 delegações e 47 delegados. Cabe destaque para o Amapá que, apesar da distância, teve uma boa participação com 8 delegações e 28 delegados, o que reflete o peso da Conlutas nesse estado”.

E o autor demonstra ainda que a região Sudeste representa 46,3% das entidades presentes no CONAT e 62,9% dos delegados credenciados. E segue com índices de participação: as regiões Sul e Nordeste, seguidas das regiões Norte e Centro-Oeste. Esse processo de construção da Conlutas possui, portanto, uma abrangência nacional, e nesse sentido Aguiar (2006) afirma que:

“[...] se pode concluir que apesar das desigualdades o processo de ruptura com a CUT e de construção da Conlutas tem abrangência nacional. Outra conclusão é que a região Sudeste – com São Paulo à frente – é onde a Conlutas tem mais peso, o que demonstra a importante implantação nos estados economicamente mais fortes. No entanto, ainda não se pode concluir que o processo de reorganização nessa região é mais amplo que nas demais, porque seria necessário relativizar o fato de que aí também se concentra o maior número de entidades sindicais do país. De qualquer forma essa hipótese precisa ser estudada”.

Conforme o autor afirma, certamente essa hipótese precisa ser estudada; pois é um risco afirmar que a construção da CONLUTAS tem abrangência nacional. Embora não seja uma questão central, a ausência da construção da CONLUTAS em alguns Estados da Federação reforça a análise de que essa experiência é minoritária no interior da representação sindical dos trabalhadores brasileiros. Além de ser minoritária, apresenta limitações e dificuldades para contrapor a conjuntura hegemônica politicamente e economicamente pelo neoliberalismo. Porém, em meio às dificuldades, a desvantagens e a indeterminação frente à realidade do início desse século, caracterizada por um refluxo na organização/mobilização social; a CONLUTAS apresenta um potencial relevante que se refere ao esforço em reunir em seu interior o conjunto dos trabalhadores informais e desempregados, superando a prática do sindicalismo das demais centrais sindicais que se limitam à organizar os trabalhadores sindicalizados, vinculados diretamente ao campo das relações formais de trabalho. Esse esforço em organizar o conjunto dos trabalhadores no Brasil que estão no campo da formalidade, da informalidade e do desemprego, com a intenção de construir conjuntamente as lutas contra as políticas neoliberais e em última instância às lutas que questione a lógica do capitalismo; pode representar no futuro um importante fator na luta de classes aqui no Brasil.

Nesse sentido, em virtude da trajetória histórica e dos elementos inéditos refletidos nesse texto que caracterizam o movimento dos trabalhadores no Brasil a partir de 2003, não é absurdo afirmar que

esse período compõe um novo ciclo e representa um novo contexto na história da (re) organização desse movimento no país. Obviamente, essa hipótese levantada por Agüena (2006) sobre a vigência atual de um novo ciclo na História da (re) organização do movimento dos trabalhadores no Brasil, necessita ser aprofundada e refletida levando em consideração outros elementos conjunturais ausentes nesse texto.

Politicamente o CONAT contou com a participação majoritária dos militantes filiados ao Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), com a participação de militantes vinculados ou não às correntes políticas do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) sendo essas a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST) e o Poder Popular; contou, também, com a participação de militantes vinculados ao Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL). Participaram também agrupamentos políticos com uma expressão social ainda menor do que os grupos políticos acima citados. Entre esses, com menor expressão, destaca-se a Liga Estratégia Revolucionária – Quarta Internacional (LER-QI), Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), o Partido Operário Marxista (POM), União Popular Anarquista (UNIPA), o Movimento Emancipação Popular (MEP), União Comunista, sendo que esses apresentam indícios de trabalho político realizado no Estado do Rio de Janeiro; o coletivo político Espaço Socialista de São Paulo, Centro de Estudos e Debates Socialistas do Rio Grande do Sul, e o Coletivo Pensamento Radical (CRP)⁹⁷.

2.4 – AVANÇOS E DESAFIOS NA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS COM A OCORRÊNCIA DO CONAT

Diante de todas as dificuldades conjunturais apresentadas para o movimento dos trabalhadores aqui no Brasil, o CONAT simboliza um marco na atual conjuntura de organização dos trabalhadores no país. Não foi um marco que definiu ou influenciou drasticamente a conjuntura política brasileira posterior à ocorrência desse congresso. Mas o CONAT representa a ação caracterizada por concepções, propostas e métodos que destoam do conjunto majoritário do movimento dos trabalhadores no Brasil. Primeiramente, além de sua ampla composição (trabalhadores formais, informais, estudantes, desempregados), destaca-se que o congresso foi financiado pelo dinheiro dos próprios trabalhadores participantes, indicando a ação em se organizar independentemente do dinheiro do Estado e do Governo através de programas como o FAT, por exemplo.

⁹⁷ Até ao atual estágio dessa pesquisa, não foram encontradas fontes que demonstram a existência e a localização de ações políticas protagonizadas pela CRP.

E além das deliberações referentes à concepção, princípios e programa da nova organização, o CONAT deliberou também pela realização de um “Encontro Nacional sobre a Questão Racial” com o objetivo de elaborar e divulgar para as entidades e movimentos filiados à CONLUTAS um programa específico sobre a questão racial; e pela realização de um “Seminário sobre a Questão Agrária” para definir a:

“[...] concepção, pressupostos básicos, articulação externa e metodologia de mobilização pela reforma agrária e dos excluídos das grandes cidades”⁹⁸.

Essas deliberações demonstram que durante o CONAT, conforme indicava a sua intenção política e composição social, os debates não se resumiram às questões vinculadas à realidade do movimento sindical, contemplando, portanto, outros atores sociais que não estavam inseridos nas relações formais de trabalho. Nessa linha, ocorreu durante o CONAT, uma reunião com os militantes presentes dispostos a realizar o debate sobre o racismo no Brasil, em que se criou uma “Comissão de Negros e Negras”⁹⁹ com o propósito de construir Encontros Estaduais e Regionais sobre a Questão Racial, servindo como preparação para a construção do “Encontro Nacional sobre a Questão Racial” citado anteriormente. Houve também, debates referentes às diversas formas de opressões historicamente existentes na sociedade brasileira.

Embora no caderno de resoluções do CONAT não esteja presente deliberações concretas referentes às lutas contra as opressões de gênero, como se encontra sobre a questão racial; o CONAT deliberou que é necessário:

“[...] apoiar e impulsionar a luta contra a discriminação racial e a violência que afeta o povo pobre, principalmente negros e negras; apoiar e impulsionar a luta contra todo tipo de opressão e discriminação sexista ou homofóbica; etc. Ou seja, trata-se de uma necessidade dos trabalhadores, de uma alternativa para organizar e impulsionar suas lutas frente à traição e ao abandono da CUT”.

Além dessa deliberação, foi realizada durante o CONAT uma Plenária que aprofundou o debate na Coordenação, sobre a opressão que mulheres, gays, lésbicas, bissexuais e

⁹⁸ Ver Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), publicado em 2006.

⁹⁹ A Comissão de Negros e Negras se transformou após o CONAT em um Grupo de Trabalho (GT) de Negros e Negras, no interior da CONLUTAS.

transgêneros sofrem no cotidiano da sociedade capitalista¹⁰⁰. Nesse debate, a perspectiva de que a CONLUTAS deveria ser uma nova organização diretamente vinculada aos setores oprimidos da sociedade com um programa que refletisse as demandas desses setores foi fortalecida, apontando inclusive a necessidade de criar-se no interior da estrutura política e organizativa da CONLUTAS um Grupo de Trabalho (GT) de Mulheres e Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT). Embora a criação do GT de Mulheres e GLBT não tenha ocorrido durante o CONAT; o apontamento dessa Plenária possibilitou a constituição desse GT no interior da CONLUTAS, no período que sucedeu esse Congresso.

A criação de GTs no período inicial em que a CONLUTAS se transformou em uma entidade nacional, para debater especificamente as demandas políticas das mulheres e do Movimento GLBT¹⁰¹ e para debater a questão do racismo existente hoje na sociedade brasileira, pode ser considerada um avanço para a formação política do movimento dos trabalhadores no Brasil, visto que os debates sobre opressões, preconceitos e racismo estiveram presentes de forma mais qualificada e organizada no cotidiano dos trabalhadores a partir de 2007, nos boletins, nas assembléias gerais, nos encontros estaduais e nacionais, contribuindo assim para o fortalecimento da luta contra a homofobia, o racismo e o machismo, presentes hoje na realidade social brasileira. Mesmo se configurando como um movimento minoritário no campo da organização dos trabalhadores brasileiros, a criação desses GTs na estrutura interna da CONLUTAS possibilita a constituição de uma referência política sobre essas questões, com uma formulação política que contribui para a reflexão e para o debate cotidiano das organizações e das lutas dos trabalhadores. Além disso, destaca-se que o debate realizado por esses GTs no interior da CONLUTAS procurou associar essas questões à concepção classista; fazendo assim que o conjunto dos trabalhadores organizados ou não na CONLUTAS tivesse acesso ao debate de que a luta contra o racismo, contra a homofobia e o machismo, está associada à luta contra o capitalismo, contra a manutenção

¹⁰⁰ Ver em: <http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos_de_Trabalho&subC=Mulheres_e_GBLT>. Acesso em: 21 out. 2010.

¹⁰¹ Em 2006, GLBT era a sigla utilizada pelo movimento organizado aqui no Brasil que luta contra a homofobia. Hoje, essa sigla foi substituída pela sigla LGBT ou LGBTTTs, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Simpatizantes. Embora refira apenas seis, é utilizado para identificar todas as orientações sexuais minoritárias e manifestações de identidades de gênero divergentes do sexo designado no nascimento. A alteração do termo GLBT em favor de LGBT foi aprovada na 1ª Conferência Nacional GLBT realizada em Brasília no período de 5 e 8 de junho de 2008. Portanto, como o período abordado nesse texto não refere-se ao ano de 2008, utiliza-se a sigla GLBT. Ver em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>>.

dessa ordem baseada na divisão de classes sociais, da exploração do homem pelo homem e da existência da propriedade privada.

Nesse sentido que o texto de apresentação do GT de Mulheres e GLBT¹⁰² afirma que:

“Para as organizadoras e organizadores do grupo, é urgente a superação da situação atual de opressão, com uma luta conseqüente contra o capitalismo, contra a burguesia e, também, contra seus governos. E para tanto, a Conlutas é o espaço privilegiado para a construção de uma alternativa feminista de classe e contra todas as formas de opressão”.

Cabe ressaltar ainda que a CUT, fundada em 1983, criou após 20 anos de existência durante o seu 8º Congresso Nacional, realizado de 4 a 7 de junho de 2003, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo, uma “Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora”¹⁰³. Essa deliberação do 8º CONCUR ocorreu no período em que a prática sindical da CUT já era baseada no sindicalismo cidadão, no sindicalismo de resultados; que não vincula o debate conjuntural e suas práticas cotidianas à uma estratégia classista. E a CONLUTAS que optou por se organizar em forma de GTs ao invés de secretarias, formalizou em 2007 a existência do GT de Mulheres e GLBT e do GT de Negros e Negras. A criação de um espaço dentro de uma organização nacional dos trabalhadores que realize o debate sobre a opressão sexual é inédita na História do Movimento dos Trabalhadores no Brasil, e se configura portanto como um avanço na organização dos trabalhadores aqui no Brasil. Destaca-se que esse avanço foi possível em grande medida, devido ao amadurecimento que os grupos políticos que hoje participam da CONLUTAS acumularam nos últimos 20 anos, e devido à inexistência de uma grande polarização de idéias no interior da CONLUTAS, no que se refere à concepção de prática sindical, que poderia inviabilizar a constituição logo de início de um GT com tais propósitos. E o fato de que a conjuntura política no Brasil referente ao período em que surgiu a CONLUTAS se diferenciar muito da conjuntura política brasileira da década de 1980, quando surgiu a CUT, também é um elemento fundamental que possibilitou à CONLUTAS já nos primeiros anos de existência a constituição desses GTs.

Esse debate sempre encontrou resistência dentro das organizações dos trabalhadores brasileiros, e a criação de um GT que reflita sobre a necessidade de lutar contra a homofobia e

¹⁰² Ver em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos de Trabalho&subC=Mulheres e GBLT>>. Acesso em: 21 out. 2010.

¹⁰³ Reflexões e informações sobre a criação da Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora na estrutura interna da CUT, Ver em: <http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf>. Acesso em: 21 out. 2010.

o machismo não ocorreu também devido inexistência de concepções homofóbicas ou machistas por parte dos trabalhadores vinculados à CONLUTAS; mas o GT de Mulheres e GLBT, além de associar o debate de opressão e preconceito à perspectiva classista, se constituiu também com o propósito de realizar o debate com esse conjunto de trabalhadores vinculados à CONLUTAS, com a perspectiva de superar o preconceito existente hoje dentro do imaginário social da própria classe trabalhadora brasileira e seus setores organizados; por entender ser esse um passo fundamental para fortalecer a luta contra a homofobia e o racismo dentro da sociedade brasileira como um todo.

A deliberação referente ao princípio internacionalista também representou um avanço com a ocorrência do CONAT, visto que essa parcela da classe trabalhadora vinculada à CONLUTAS nesse período possuía então um debate e a intenção concreta em participar de fóruns internacionais de trabalhadores; com a clareza de que a organização da luta dos trabalhadores articulada simultaneamente em vários países, é uma condição para alcançar conquistas em suas lutas e reivindicações aqui no Brasil, bem como para superar a ordem capitalista e construir um novo modelo de sociedade. No estatuto aprovado durante o CONAT encontra-se a seguinte afirmação:

“A solidariedade internacional, a unidade dos trabalhadores e organizações da classe trabalhadora de todas as regiões do planeta em defesa dos seus direitos e interesses, é um objetivo permanente a ser buscado pela CONLUTAS. A libertação da classe trabalhadora de toda forma de opressão e exploração que ela sofre no mundo em que vivemos, é uma tarefa que não se inscreve apenas nos marcos de um país e, sim, deve ser elevada em nível internacional”.

Essa concepção expressa um acúmulo do longo debate realizado pela esquerda durante todo o século XX após o desenvolvimento do Estado Soviético constituído em 1922, polarizado pela concepção da revolução permanente e pela concepção do desenvolvimento do socialismo em um só país; entendendo o isolamento da URSS como um dos fatores que contribuíram para a derrocada do regime soviético no final da década de 1980 e início da década de 1990.

O CONAT deliberou que a direção da nova central funcionaria como uma coordenação aberta e constituída pelos representantes das entidades, e não funcionaria em forma de diretoria vertical (como funcionam as demais centrais sindicais); procurando evitar assim a ocorrência da burocratização dessa nova organização; e buscando a incorporação de outros setores políticos e sociais organizados que até esse período não havia aderido à CONLUTAS. Partia-se da compreensão de que esse funcionamento possibilita a integração

natural à direção de qualquer entidade sindical ou movimento popular que poderia se integrar a essa nova central (AGUENA, 2006, p. 88-90). Assim, a diretoria da CONLUTAS configurada em forma de coordenação, continuaria se reunindo no intervalo de dois em dois meses, em que o conjunto das entidades sindicais, estudantis, populares, oposições sindicais, minorias de direção vinculadas à central, debateriam e deliberariam a política para o período seguinte.

E diante de todos os posicionamentos políticos debatidos e aprovados durante o CONAT, o congresso deliberou pela realização de uma atividade nacional, em 2007, com o seguinte objetivo:

“[...] decisão de se realizar um Encontro Nacional, no início do ano que vem, com outros setores que estiverem a favor de construir um plano de lutas unificado contra as reformas que serão encaminhadas pelo novo governo. Essa decisão demonstra a importância do papel que a Conlutas pode cumprir como um pólo unificador das próximas lutas”¹⁰⁴.

Essa deliberação surtiu efeitos para a organização do movimento dos trabalhadores no ano seguinte, pois mesmo diante de uma grande fragmentação da organização do movimento dos trabalhadores, no Brasil, a CONLUTAS e outros setores políticos conseguiram realizar atividades unitárias, com pautas unificadas.

Embora os destaques nos parágrafos anteriores referem-se aos pontos positivos vinculados às deliberações e aos debates do CONAT; existem também nesse processo inúmeras limitações no campo da prática política. É difícil pensar a construção de uma nova organização para os trabalhadores, desvinculada totalmente das experiências positivas e negativas vivenciadas nas décadas anteriores. Certamente houve durante o congresso, inúmeros descontentamentos com a política, com a concepção, com a metodologia e com a organização do espaço. E durante o CONAT foi lançada uma “carta aberta aos companheiros delegados, observadores e convidados ao CONAT”¹⁰⁵, pontuando críticas aos setores políticos

¹⁰⁴ Ver Agüena (2008).

¹⁰⁵ Essa carta está presente na página 71 do Caderno de Resoluções do CONAT. Assinam esse documento: Oposição do SINDSER-DF (Sindicato dos Servidores Públicos do Distrito Federal), Tendência Estudantil Resistência Popular do Estado de São Paulo, Frente de Oposição Socialista (FOS) do Estado de São Paulo, Participação e Luta – RP (Oposição APEOESP – SP), Centro de Estudos e Debates Socialistas (CEDS) – RS, Minoria do Sindicato dos Funcionários Efetivos e Estáveis da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul (SINFEEAL – RS), Associação dos Servidores Grupo Hospitalar Conceição) – RS (ASERGH), Espaço Socialista – SP, Além do Mito (Oposição ao DCE da Universidade Federal de Alagoas) – AL, Coletivo Pensamento Radical (CPR), Minoria do SINDICAL – DF, SINDÁGUA – DF, União Popular Anarquista (UNIPA) – RJ, Movimento Emancipação Popular (MEP) – RJ, União Comunista – RJ, Militantes da Ocupação Sem Teto Záchia

que compunham a organização do Congresso. Essa carta foi escrita e assinada por setores que compunham o campo minoritário dentro do congresso, na qual afirmam que:

“[...] desde o início do processo de construção nas regionais, as discussões mostram-se insuficientes, pois o temário do congresso, que orienta a elaboração das teses, não foi devidamente divulgado, prejudicando os debates. Mesmo os encontros estaduais realizados não garantiram o aprofundamento das discussões. No decorrer do Conat, equívocos sucessivos estão prejudicando seu desenvolvimento: o caderno de teses fragmentou as contribuições enviadas pelas bases, os painéis extensos reduziram os debates nos grupos de trabalho, houve ausência de espaço para defesa de teses e problemas graves aconteceram na sistematização dos relatórios, acarretando a supressão de pontos aprovados segundo as regras do regimento. Sabemos por exemplo, que uma proposta só pode ser considerada aprovada pelo Conat se for submetida à plenária. No entanto, a relatoria informou a plenária que mais de 200 propostas já estavam previamente aprovadas porque foram consensuais nos grupos. Ora, isso não quer dizer que seriam consensuais na plenária, mas a mesa acatou o método da relatoria e, na prática “aprovou” essas propostas sem submetê-las à plenária. Entendemos a grande dificuldade de organizar um encontro desta magnitude, mas o conjunto destes erros prejudicou a democracia interna, a qualidade dos debates, comprometeu o andamento dos trabalhos e provocou tensões desnecessárias no plenário, gerando divisionismos que prejudicam a unidade da classe trabalhadora”.

Essa carta aberta demonstra a inexistência de um total consenso político no CONAT e conseqüentemente nos espaços internos da CONLUTAS, mesmo que essa se configure como uma organização minoritária no movimento dos trabalhadores aqui no Brasil e mesmo que esses grupos políticos que escreveram essa carta, não possuam representatividade expressiva no interior da CONLUTAS ou perante os setores populares no Brasil.

Em que pesem esses percalços, parece ser apropriado concluir que a realização do CONAT em 2006, por tudo que já foi expresso nesse texto, representou um importante acontecimento na recente História política e social do Brasil. Da mesma forma, mesmo em um cenário desfavorável para o conjunto dos trabalhadores, é possível encontrar elementos, em suas propostas e ações, que contribuem positivamente para a organização dos trabalhadores e de suas lutas, apostando nas ações coletivas e nas lutas sociais como caminhos para a defesa de seus direitos sociais e para a construção de uma sociedade justa e igualitária.

2.5 – A CONLUTAS E SEUS REFLEXOS NA ORGANIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

Após a realização do CONAT, é possível afirmar que a CONLUTAS aperfeiçoou a sua organização interna, se constituindo formalmente como uma organização nacional dos trabalhadores, embora, se configurasse ainda como uma expressão/representação minoritária dentro da classe trabalhadora brasileira. Essa situação objetiva, somada a outros elementos conjunturais já debatidos no decorrer desse texto, contribuiu para que a CONLUTAS não protagonizasse sozinha, dentro do cenário político e social brasileiro, grandes lutas e vitórias, à semelhança do que acontecera com a CUT na década de 1980. Após o CONAT, no segundo semestre de 2006, a conjuntura política brasileira foi caracterizada pelo processo eleitoral para a presidência do Brasil em que o presidente Lula foi reeleito¹⁰⁶. Nesse período não houve por parte da CONLUTAS a organização de atividades em âmbito nacional com resultados expressivos.

Em 2007 a CONLUTAS e suas entidades filiadas também não protagonizaram de forma exclusiva nenhuma ação política expressiva, caracterizada por vitórias políticas para a classe trabalhadora. Certamente, as movimentações/manifestações/greves organizadas unicamente pelas entidades filiadas à CONLUTAS, caracterizaram de alguma forma os municípios ou os estados; mas não é possível relatar aqui as possíveis conquistas, derrotas e lições obtidas durante essas lutas.

Porém, em 2006 após o CONAT, a CONLUTAS iniciou a articulação política visando o encaminhamento na prática da deliberação do CONAT referente a realização de um Encontro Nacional com outras organizações sindicais e populares, em busca da construção de um plano de lutas unificados contra o conjunto de reformas propostas pelo governo que visavam a retirada de direitos sociais da população brasileira. Nesse sentido a CONLUTAS

¹⁰⁶ Apesar da sua importância, esse trabalho não apresentará reflexões sobre o caráter político do Governo Lula, no que se refere à sua composição política interna, no que se refere à política externa realizada por esse governo durante os seus dois mandatos (não demonstrando por exemplo a insatisfação e a oposição da CONLUTAS e de demais setores do Movimento Sindical, Popular e Estudantil no Brasil com a ocupação militar no Haiti ordenada pela Organização das Nações Unidas – ONU, que é organizada/liderada pelas tropas do Exército Brasileiro desde 2004, e que conta com a participação de tropas de outros países da América Latina, como: Peru, Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Uruguai), bem como não demonstraremos os dados precisos referentes ao investimento nas áreas sociais em relação à verba destinada ao pagamento dos serviços da dívida pública.

protagonizou a articulação desse Encontro Nacional que influenciou concretamente a conjuntura política do Brasil em 2007, bem como influenciou o cenário da organização fragmentada dos trabalhadores no Brasil.

No dia 25 de Março de 2007, no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo – SP; a CONLUTAS em conjunto com o Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), a INTERSINDICAL, o MTL, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) / Pastorais Sociais de São Paulo, o ANDES-SN, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE), a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), a Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF)¹⁰⁷, a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (FENASPS), o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), o Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE) e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO); realizaram o *Encontro Nacional Contra as Reformas* que contou com a participação de 626 representações de entidades e oposições sindicais, de movimentos populares e estudantis, de 201 cidades e 19 estados¹⁰⁸. Uma média de seis mil pessoas esteve presente nesse encontro, que contou também com a representação política do MST, da CSC, do PSTU, do PSOL e do PCB; e com representações políticas internacionais, com destaque para Didier Dominique, militante do grupo Batalha Operária do Haiti, e Ramiro Condore, sindicalista da Central Operária Boliviana (COB).



Foto 1 - Foto do Encontro Nacional Contra as Reformas, que ocorreu no dia 25 de Março de 2007, no Ginásio Mauro Pinheiro, em São Paulo – SP. Fonte: http://socialismoempre.blogspot.com/2007_03_01_archive.html

¹⁰⁷ É importante destacar que essa entidade era filiada a CUT em 2007 e ainda continua filiada a essa Central.

¹⁰⁸ Esses dados estão presentes no texto político disponível em: <http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=6393&ida=0>. Acesso realizado em: 25 out. 2010.

O Encontro realizado nesse dia foi avaliado positivamente pelos ativistas políticos e pelos dirigentes sindicais e populares. A construção e a busca pela unidade política dos diferentes segmentos sociais, em oposição às políticas do governo que propunham a retirada de direitos sociais e trabalhistas da população brasileira, se configurou como o debate central desse Encontro. Com esse encontro criou-se um **Fórum Nacional de Mobilização** com a participação de todos os setores políticos presentes, estando esse aberto a novas adesões. As intervenções políticas demonstraram primeiramente um ânimo com a ocorrência desse encontro e uma perspectiva positiva com os possíveis desdobramentos dessa atividade unificada, bem como o entendimento de que a unidade na luta é uma necessidade para o conjunto dos trabalhadores organizados em diversas entidades e movimentos, os quais, isolados encontram nessa atual conjuntura dificuldades para conquistar vitórias em suas lutas.

Entre as falas das entidades e organizações políticas que construíram ou que foram convidadas para o Encontro, Valério Arcary do PSTU afirmou que a ocorrência desse Encontro contrariou inúmeras análises políticas realizadas em 2004, baseadas na idéia de que o rompimento com CUT se configurava como um erro político e estratégico por partes dos setores proponentes. Para Arcary,

“É possível lutar. É preciso vencer... há quatro anos, muitas pessoas diziam que não seria possível reagrupar a esquerda; que sair da CUT seria um suicídio, que os socialistas não poderiam se reorganizar. E hoje, aqui, demonstramos não só que é possível reorganizar a esquerda, como também é possível lutar e vencer”¹⁰⁹.

Percebe-se, portanto, a sensação, o sentimento presente no trecho dessa fala de que naquele dia, todos os presentes no Encontro protagonizavam um importante evento da recente história do movimento dos trabalhadores no Brasil; e que não estavam fadados ao isolamento social devido o rompimento com a CUT, como acreditavam vários grupos políticos que permaneceram naquela central durante esse período. Ainda nessa perspectiva, Mané Melato, representando a INTERSINDICAL, destacou as dificuldades estruturais para a realização do Encontro e defendeu a necessidade de debater e superar as diferenças existentes entre as organizações presentes, para assim construir a mobilização dos trabalhadores, afirmando que

“[...] o esforço de unidade que foi feito para garantir esse encontro, é daquelas organizações que aceitaram o desafio de que apesar das

¹⁰⁹ Ibidem.

diferenças, nós temos que construir uma grande mobilização em nosso país para enfrentar as reformas que estão vindo aí”¹¹⁰.

A exaltação da necessidade de construir a unidade nas lutas dos trabalhadores, para organizar ações efetivas contra as medidas políticas que retiram direitos sociais, esteve presente na fala de Waldemar Rossi, que representou as Pastorais Operárias de São Paulo. Para Rossi,

“[...] se eles nos impõe uma derrota agora, o governo Lula e a burguesia, portanto a serviço da burguesia, nós não teremos chance de impor a nossa”.

Plínio Arruda Sampaio expressou o sentimento de que havia necessidade e possibilidade de mudar a correlação de forças no interior da sociedade brasileira diante das lutas que poderiam e deveriam ser protagonizadas a partir daquele momento pelos trabalhadores aqui no país. Deixou clara a sua convicção de que aquele Encontro se configuraria, anos depois, em um marco ou fato histórico importante, na História política e social do Brasil. Nesse sentido, Plínio afirmou:

“[...] o grande sentido dessa assembléia, o sentido histórico dessa assembléia, é que ela chega no ponto que diz: Basta! Agora nós vamos avançar, agora nós vamos para cima, agora nós vamos levantar a classe operária deste país... Isto é o que fará algum historiador, daqui a alguns anos, dizer que o dia 25 de março de 2007 marcou a volta da classe operária à ofensiva”.

Se, em 2010, transcorridos mais de três anos, ainda não é possível afirmar que o dia 25 de março de 2007 marcou a volta do proletariado à ofensiva no Brasil, se ainda hoje o movimento dos trabalhadores se encontra fragmentado e com inúmeras dificuldades para realizar mobilizações massivas, e, conseqüentemente encontra e encontrará inúmeros desafios na conjuntura política atual, por outro lado, é possível dizer que o Encontro Nacional contra as Reformas realizado nesse dia influenciou a conjuntura política e social brasileira no decorrer de 2007. Ou seja, em termos de mobilizações nacionais dos trabalhadores esse ano simbolizou um avanço qualitativo na organização das lutas nacionais, constituindo o Fórum Nacional de Mobilização que contribui e desenvolveu nos anos seguintes os debates referentes à possibilidade e a necessidade de constituir uma unidade orgânica de todos esses setores em uma nova organização nacional que se configure como uma referência unitária para os

¹¹⁰ Vídeo Documentário: História da Reorganização do Movimento Sindical Popular. Editado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

trabalhadores, que se configure como uma alternativa concreta à CUT no que se refere à organização das lutas dos trabalhadores no Brasil. Ainda no ano de 2007, após esse encontro, as entidades e organizações políticas presentes no evento protagonizaram conjuntamente manifestações unificadas no dia 1º de Maio, com protestos políticos em várias cidades e Estados do Brasil, e realizaram também duas manifestações nacionais, sendo a primeira no dia 23 de maio de 2007 que ocorreu de forma descentralizada com manifestações em várias cidades e Estados do Brasil, e a segunda no dia 14 de outubro desse mesmo ano, que foi planejada de forma centralizada com uma grande manifestação em Brasília.

No dia 1º de maio de 2007, ocorreram em diversas cidades no Brasil, duas formas de atividades públicas simultâneas organizadas pelas entidades sindicais e populares. Uma foi organizada pela CUT e pela Força Sindical e a outra pelas organizações políticas que construíram o Encontro do Dia 25 de março, incluindo as organizações que participaram como observadores do Encontro e outras organizações políticas que aderiram a essa proposta de realização de manifestações unificadas. Esses atos unificados receberam o nome de: *“1º de Maio Classista e de Luta”*. Segundo a CONLUTAS¹¹¹, as manifestações realizadas pelas entidades que compõe o Fórum Nacional de Mobilização em conjunto com outras organizações políticas e populares, se configuraram como:

“[...] uma contraposição ao 1º de Maio da CUT e Força Sindical, que fizeram atos de apoio ao governo federal, bancados pelos patrões e pelas estatais. Enquanto as festas das centrais pelegas e chapas-brancas foram mais governistas que nunca, com temáticas ainda mais despolitizadas, shows e sorteios, as entidades de luta de todo o país fizeram ecoar a luta contra as reformas neoliberais do governo. E este 1º de maio foi apenas um dos passos de um calendário de lutas contra as reformas, que deve se espalhar por todo o país e colocar o governo na parede. O próximo passo do plano de Lutas votado no Encontro do dia 25 de março é a construção do dia 23 de maio. Vamos realizar um dia nacional de luta, com manifestações, paralisações, bloqueios de estradas, ocupações etc.”

Ocorreram então em várias cidades Estados brasileiros, tais como, Ceará, São Paulo, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas, Pará e Distrito Federal, manifestações protagonizadas pelas organizações políticas que atuavam no Fórum Nacional de Mobilização em conjunto com outras organizações que não participavam organicamente desse Fórum. E como o trecho citado acima demonstra, um dos propósitos

¹¹¹ Ver texto publicado no site da CONLUTAS sobre as manifestações realizadas durante o dia 1º de Maio de 2007, no Anexo I e disponível no sítio: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=258>>. Acesso em: 27 out. 2010.

desse atos unificados baseia-se na construção das lutas dos trabalhadores, contra as reformas do governo, pelas reivindicações por moradia, por reforma agrária. Com esse perfil, esses setores buscaram o fortalecimento de uma concepção sindical classista, autônoma e independente, contrapondo-se à estratégia e à prática do sindicalismo cidadão, do sindicalismo de resultados, que realizou nesse mesmo 1º de maio atividades voltadas para shows, festas e sorteios de prêmios, em detrimento de atividades radicalizadas na busca do fortalecimento das lutas populares e do desenvolvimento da consciência política do conjunto dos trabalhadores. Quanto às atividades públicas realizadas pelas entidades vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização, ocorridas, também, nesse 1º de maio de 2007, nota-se um contraponto político em relação àquelas promovidas pela CUT, Força Sindical e outras centrais que são caracterizadas pela ausência de uma autonomia política e financeira das organizações dos trabalhadores em relação ao Estado, ao Governo e aos Partidos Políticos. As manifestações realizadas pelas entidades vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização foram financiadas em sua totalidade, pelas organizações sindicais que não contam com o financiamento do Estado e pelas contribuições financeiras dos próprios trabalhadores.

As manifestações do dia 23 de maio de 2007, denominadas como “*Jornada de Lutas do dia 23 de Maio*”, demonstraram uma capacidade em influenciar o conjunto do movimento dos trabalhadores no Brasil, bem como influenciar o cotidiano da população brasileira nesse dia. No que se refere à influência exercida no campo do movimento dos trabalhadores, se deve à participação da CUT nessa Jornada, que originalmente foi proposta com um caráter anti-governista, de oposição às políticas do governo Lula¹¹², e encaminhada durante o Encontro Nacional Contra as Reformas que ocorreu em março naquele ano. Isso demonstra que a ocorrência do Encontro e suas deliberações causaram impactos políticos no campo dos trabalhadores organizados, o que condicionaram a CUT a participar do diálogo com setores políticos que estão fora dessa Central e assinar a Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio. Aliás, desde 2004 não havia o estabelecimento de um diálogo visando uma ação unificada entre os setores políticos que estavam dentro da CUT com os setores políticos que vivenciaram o rompimento com essa Central naquele ou nos anos seguintes.

No que se refere às repercussões políticas e sociais, essa Jornada reuniu em todo o Brasil segundo as estimativas de algumas organizações políticas vinculadas ao Fórum Nacional de Mobilização, 1,5 milhão de pessoas que participaram de paralisações,

¹¹² Ver Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio de 2007, no Anexo II.

manifestações, fechamentos de ruas, estradas, ocupações de terra e de áreas urbanas¹¹³, construindo as atividades dessa Jornada nesse dia 23 de maio.



Foto 2 - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, em São Paulo – SP.
Fonte: http://socialismoempre.blogspot.com/2007_05_01_archive.html



Foto 3 - Foto da Manifestação realizada no dia 23 de Maio de 2007, na Avenida Paulista em São Paulo – SP. Fonte: <http://www.sinsprev.org.br/documentos/Jornais/jornal242.pdf>

¹¹³ Ver Quadro das Mobilizações do dia 23 de maio de 2007 no Anexo III; que também está disponível em: http://www.pstu.org.br/movimento_materia.asp?id=6716&ida=0. Acesso em: 28 out. 2010; <http://psol50.org.br/blog/2007/05/23/15-milhao-de-trabalhadores-mobilizam-se-em-dia-de-protesto-contra-as-reformas-neoliberais-de-lula/>. Acesso em: 28 out. 2010

Conforme o quadro de mobilizações em anexo demonstra, houve a realização de atividades públicas referentes a essa Jornada em 16 Estados do Brasil, além do Distrito Federal, quais sejam: Pará, Bahia, Sergipe, Alagoas, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Maranhão, Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina. Isso demonstra que o Fórum Nacional de Mobilização conseguiu articular nacionalmente ações públicas e coletivas contra as reformas neoliberais.

Sobre essas atividades, cabe destacar duas questões relevantes. A primeira é que essa Jornada de Lutas do dia 23 de maio contou com a participação do MST, que esteve presente apenas como observador no Encontro Nacional Contra as Reformas. Ou seja, mesmo com a não adesão do MST ao Fórum Nacional de Mobilização, os trabalhadores rurais sem terra participaram dessa Jornada de Lutas que convocou a população brasileira a lutar

“[...] contra a reforma da previdência, contra toda reforma que retire direitos (não à emenda 3), por emprego, salário digno, reforma agrária e moradia, contra a política econômica e o pagamento das dívidas interna/externa, em defesa do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais”¹¹⁴.

Cabem, aqui, algumas considerações sobre a postura da CUT que, ainda que instigada por parte dos seus integrantes se viu forçada a participar das atividades da Jornada de Lutas no dia 23 de maio, diante do respaldo social obtido pelo Fórum Nacional de Mobilização, quando diversos setores organizados dos trabalhadores estiveram dispostos à construir as atividades nesse dia. Pois, apesar do compromisso da CUT em participar e construir essa Jornada de Lutas, verifica-se que no decorrer do processo, às vésperas do dia 23 de maio, a CUT modificou o seu posicionamento político em relação à unidade construída em torno das reivindicações presentes na convocatória dessa Jornada. Se no primeiro momento, a CUT e a demais organizações políticas e sociais assinaram a convocatória da Jornada de Lutas convocando a população brasileira a lutar contra as reformas políticas que retiram direitos sociais; posteriormente a CUT modificou a sua postura política alinhada à unidade política de diversas organizações que assinaram a Convocatória; e passou a se defender politicamente, justificando que as manifestações do dia 23 de maio serviriam para continuar a luta em apoio ao governo Lula pelo veto à Emenda 3 da Lei 11.457/07.¹¹⁵

¹¹⁴ Trecho do texto da Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio.

¹¹⁵ Se a Emenda 3 da Lei 11.457/07 fosse aprovada, impediria que os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, punissem as empresas que não garantam os direitos trabalhistas aos trabalhadores, como: a não assinatura da carteira de trabalho, a existência de uma relação entre a empresa e os trabalhadores em que esses se configuram como pessoas jurídicas (e não pessoas

Dias antes da realização das manifestações da Jornada, a CUT procurou construir a idéia de que as ações / manifestações a serem realizadas no dia 23 de maio teriam como reivindicação central a manutenção presidencial do veto à Emenda 3. Nesse sentido a CUT não pontuou as reivindicações políticas que confrontavam diretamente com o Governo Federal, como a Reforma da Previdência e a Reforma Trabalhista, por exemplo. No dia 23 de maio, em algumas cidades que foram palcos de manifestações, como São Paulo-SP; na tentativa de imprimir a dinâmica de que as manifestações nesse dia eram centralmente pela manutenção do veto presidencial à Emenda 3, a CUT realizou atividades públicas isoladas, com a ausência do conjunto de organizações políticas que convocaram a Jornada de Lutas nesse dia¹¹⁶. Sobre esse posicionamento da CUT, que indiretamente se configura como uma estratégia de realizar uma defesa do governo federal, a CONLUTAS lançou uma nota crítica afirmando que:

“ A luta contra a emenda 3 é comum a todos nós, faz parte da plataforma unitária que definimos, mas ela se enquadra dentro do contexto da defesa de todos os direitos que estão ameaçados, inclusive os que são ameaçados pelo próprio governo. Reduzir a luta em defesa dos direitos apenas à defesa do veto do presidente Lula à emenda 3 é mentir descaradamente aos trabalhadores para proteger o governo!”¹¹⁷

A postura da CUT durante a construção dessa Jornada de Lutas indica que, primeiramente, a construção da unidade orgânica entre os trabalhadores ou até a construção pontual nas lutas, não é uma tarefa fácil e apresentou inúmeros desafios para a classe dos trabalhadores nos últimos anos no Brasil. Segundo, é possível perceber que o atrelamento financeiro da CUT ao Estado e o atrelamento político dessa central ao governo, leva seus representantes a considerarem de forma equivocada o governo Lula como um governo “em disputa pelos trabalhadores” e que esse governo se posiciona contra os interesses das

físicas que possuem direitos trabalhistas como o 13º, FGTS, férias remuneradas, vale-transporte, vale-refeição, assistência médica e aposentadoria). Com a Emenda 3, os fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego estariam impedidos de autuar as empresas que mantêm relações fraudulentas de trabalho, e caberia somente a Justiça do Trabalho a análise da situação dessas empresas.

¹¹⁶ Em São Paulo, a CUT realizou um ato no período da manhã, em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) na Avenida Paulista. As demais organizações políticas realizaram conjuntamente uma manifestação no período da tarde, no MASP que também se localiza na Avenida Paulista. Cabe ressaltar que no ato realizado durante o período da manhã, entre as entidades que assinaram a Convocatória da Jornada de Lutas para o dia 23 de maio, somente a CUT esteve presente. Já na manifestação realizada no período da tarde, todas as entidades que assinaram a Convocatória (inclusive a CUT) estiveram presentes na atividade.

¹¹⁷ A nota da CONLUTAS está disponível em: <<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=280>>. Acesso em: 29 out. 2010.

inúmeras frações da classe dominante. Esses são fatores que impedem a CUT de se posicionar criticamente contra o governo Lula e contra suas políticas que retiram direitos sociais da população. Nesse sentido, a CUT teve dificuldades em aderir politicamente e organicamente aos pontos centrais que questionam a política do governo Lula, contidos na pauta de reivindicações da Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de Maio.

Em 24 de Outubro de 2007, as organizações políticas pertencentes ao Fórum Nacional de Mobilização construíram a maior marcha a Brasília-DF contra as reformas neoliberais, durante o período do governo Lula. Segundo os organizadores da marcha, em média 16 mil manifestantes, oriundos de 26 Estados brasileiros e do próprio Distrito Federal, estiveram presentes nessa manifestação em Brasília¹¹⁸. Havia anos que não se realizava uma manifestação em Brasília com a presença significativa de ativistas políticos vinculados ao movimento sindical, popular e estudantil, em luta contra as reformas neoliberais do governo Lula que retiram direitos sociais da população.



Foto 4 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de Outubro de 2007. Fonte: http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=

118

Ver

em:

<http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=>. Acesso em: 29 out. 2010; <http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7546&ida=0>. Acesso em: 29 out. 2010.



Foto 5 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. Fonte: http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=



Foto 6 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. Fonte: <http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>



Foto 7 - Marcha à Brasília-DF no dia 24 de outubro de 2007. Fonte: <http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>

A pauta de reivindicações dessa Marcha à Brasília no dia 24 de outubro abrangia as lutas contra a transposição do Rio São Francisco, contra as reformas neoliberais apresentadas pelo governo federal (trabalhista, sindical, previdenciária, tributária e universitária), contra a corrupção ainda vigente no período do governo Lula e a luta pela conquista da moradia. O tema central da marcha foi a luta contra a reforma da previdência, que estava prevista para ser debatida no Congresso Nacional ainda naquele ano. Apesar de expressiva, essa manifestação em Brasília não contou com o financiamento do Estado ou do Governo, mas sim com a contribuição financeira das organizações políticas/sindicais dos trabalhadores, e com a contribuição financeira dos próprios trabalhadores que realizaram campanhas populares como rifas e doações.

Além de sua forma, houve uma diferença substancial entre as manifestações realizadas de forma descentralizada no dia 23 de maio de 2007 em relação a essa manifestação centralizada em Brasília no dia 24 de outubro desse mesmo ano. Ao contrário do que ocorreu no dia 23 de maio, a marcha em Brasília, embora se configure como a maior manifestação realizada contra as reformas neoliberais e contra o governo Lula, nos últimos oito anos; não contou com a adesão e a participação do MST. É considerável a ausência desse Movimento, visto a sua representatividade social e importância no campo da esquerda brasileira e na organização social dos trabalhadores no Brasil.

Contudo, essa marcha em Brasília que encerrou o calendário de lutas em 2007 aprovadas no Encontro Nacional Contra as Reformas no dia 25 de março, apresentou grandes dimensões e exerceu de certa forma, uma influência para que o projeto da reforma da

previdência não fosse encaminhado para o debate e reflexão no Congresso Nacional em Brasília. Nesse sentido, levando em consideração a dimensão política e social dessa marcha, mesmo com a ausência do MST, cuja participação fortaleceria politicamente e socialmente a manifestação, os organizadores dessa marcha avaliaram de forma positiva as conseqüências de sua realização para o conjunto dos trabalhadores brasileiros e suas organizações.

2.6 – ENTRE O ROSTO E O RETRATO, O REAL E O ABSTRATO

Em sua construção, a CONLUTAS apresentou, para o conjunto dos trabalhadores brasileiros, a proposta inovadora de superação das práticas burocráticas, bem como a defesa de uma prática classista, contrapondo-se ao sindicalismo de resultados, de parcerias, hegemônico no campo do movimento sindical no Brasil nos últimos 20 anos. Para superar a burocracia sindical, como já expresso anteriormente, a CONLUTAS propôs nesse período o formato de coordenação como método de funcionamento interno, em que os representantes das entidades sindicais e populares, que compõe a CONLUTAS, debatem e deliberam em reuniões nacionais (que ocorrem de dois em dois meses), as ações que a direção executiva da CONLUTAS (composta em formato de uma secretaria executiva), executará no período vigente. Esse formato permite que as organizações sindicais e populares indiquem e modifiquem a qualquer momento o seu representante na direção nacional da CONLUTAS. Nesse sentido, nesse período inicial de organização, a CONLUTAS não constituiu uma direção com mandato definitivo e com tempo determinado de gestão. No formato organizacional da CONLUTAS, a qualquer momento o (a) dirigente membro da direção nacional pode ser substituído (a), se for do interesse da entidade sindical ou popular à qual representa. Esse formato aproxima, portanto, o contato entre sindicatos de base e direção nacional da central sindical, sendo esta última subordinada na prática à coordenação nacional de entidades sindicais e populares que se reúnem a cada dois meses.

Todavia, mesmo apresentando uma nova proposta de organização que busque superar os problemas e os obstáculos existentes no movimento dos trabalhadores no Brasil, os dirigentes da CONLUTAS reconhecem que não será uma tarefa simples e que os objetivos não serão conquistados de imediato. Isso se deve ao fato de que inúmeras entidades sindicais e movimentos populares que hoje fazem parte da CONLUTAS não apresentam na prática uma consonância com a estratégia e princípios defendidos por esta central. Reconhecem também

que esse processo de construção da CONLUTAS figura como uma alternativa de organização para os trabalhadores no Brasil, embora seja igualmente importante vencer as eleições para a direção dos sindicatos de base, derrotando, em vários casos, grupos políticos que atuam de forma burocratizada nas direções dos sindicatos. Sem isso, fica dificultada a construção da CONLUTAS de forma objetiva no processo de luta de classes e de forma subjetiva na consciência e no imaginário dos trabalhadores. Além disso, torna-se necessário que as direções dos sindicatos de base adotem a mesma prática da CONLUTAS, que significa, na maioria dos casos, a transferência do poder político concentrado historicamente na cúpula ou direção para as assembleias de base; visto que as práticas burocráticas estão presentes, devido à influência histórica, no cotidiano das entidades sindicais que são filiadas ou não à CONLUTAS. Nesse sentido, Almeida (2007) afirma que:

“Tirar a diretoria pelega do sindicato e colocar em seu lugar uma direção combativa não basta, como demonstra nossa experiência passada. Porém é um passo indispensável para os sindicatos controlados pela burocracia. Daí deriva a importância de impulsionar a apoiar as oposições sindicais. Depende da organização e da vitória dessas oposições a possibilidade de revolucionar essas entidades, ampla maioria dos sindicatos do país”.

Para esse militante político,

“[...] a segunda situação é aquela em que o sindicato é dirigido por setores combativos, que não se degeneram em burocracia, mas que em sua prática reproduzem vícios burocráticos, deformações burocráticas, maiores ou menores. Aqui não há uma contradição absoluta de interesses entre a direção da entidade e os trabalhadores da base, portanto não necessariamente a superação dos problemas implica troca de direção. Mas há uma contradição relativa (controle do poder de decidir e as conseqüências disso) e também aqui haverá resistências às mudanças. Todos nós que somos dirigentes sindicais sabemos da atitude conservadora que tendemos a ter quando se trata de abrir mão do nosso controle, do nosso poder. E é justamente isso que é necessário fazer nos sindicatos: deslocar o centro de poder que hoje se encontra nas mãos de sua diretoria, para a base, para os trabalhadores que estão nos locais de trabalho. Serão inevitáveis os conflitos, mas é indispensável enfrentá-los para que possamos avançar”.

Para concluir a sua reflexão, o autor entende que

“[...] a experiência que estamos começando na CONLUTAS é outro teste importante. Nosso funcionamento permite uma sintonia muito grande entre o que discutimos e decidimos em nossas reuniões da Coordenação, com o que pensa a base de nossas entidades. Mas isso só se materializará se efetivamente as discussões que fazemos nas reuniões estiverem alicerçadas em discussões feitas nas instâncias e nas bases dos sindicatos e movimentos

que participam da nossa organização. Precisamos assumir a fundo esse desafio”.

Assim, se por um lado a estratégia de organização da CONLUTAS apresenta perspectivas positivas para evitar o desenvolvimento da burocratização da central, e bem como para realizar a disputa de hegemonia do projeto classista no campo do movimento dos trabalhadores no Brasil, que conseqüentemente contribuirá para a disputa de hegemonia no imaginário da população; por outro lado é importante ressaltar a necessidade de fortalecer essa concepção baseada no controle da direção pela base, no interior das entidades filiadas à CONLUTAS. O que significa afirmar que essa nova experiência, caracterizada por essa estratégia e método, está em processo de construção.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa foi possível detectar um grande conflito entre a realidade atual do desenvolvimento do capitalismo, que implicou novas formas na estrutura produtiva do capital e em uma nova configuração da classe dos trabalhadores no Brasil e no mundo, e a concepção política e organizativa defendida pelos setores políticos majoritários no interior da CONLUTAS. Sabidamente, com o desenvolvimento do toyotismo houve uma intensificação na precarização do trabalho, no seu ritmo e em sua forma de funcionamento, o que ampliou significativamente o número de trabalhadores informais, sem carteira assinada e o número de trabalhadores desempregados no Brasil. Além do que, 82% dos trabalhadores ocupados no Brasil não são sindicalizados. Apesar das reflexões que levam em consideração que o capital é constituído por um ciclo dialético composto pelas esferas da produção, circulação e consumo, e apesar da experiência durante todo esse período de construção da CONLUTAS (referente a organizar, em uma mesma entidade, sindicatos e movimentos populares), a CONLUTAS expressa, seja por meio dos seus documentos ou dos depoimentos de seus dirigentes, que os sindicatos constituem o setor mais importante dessa central e que os operários vinculados diretamente à esfera produtiva representam a fração mais importante da classe dos trabalhadores no Brasil e no mundo.

Evidência clara dessa concepção pode ser encontrada nas teses defendidas por Almeida (2007) ao afirmar que

“Organizar as lutas dos trabalhadores por meio dos sindicatos foi um pressuposto que adotamos na reorganização dos trabalhadores ocorrida trinta anos atrás, e continua a nossa opção no processo de reorganização atual. A inovação representada pelo esforço de organizarmos em uma mesma entidade nacional, além dos sindicatos, os diversos movimentos populares e sociais não se deve ao abandono da idéia de que os sindicatos continuam sendo fundamentais no processo de organização dos trabalhadores em nosso país. Apesar de todas as suas contradições, é a estas organizações – os

sindicatos – que os trabalhadores que estão no mercado formal de trabalho recorrem em massa, quando buscam o caminho da luta em defesa de seus direitos e interesses. (...) Não há mudança na realidade objetiva, até este momento, que nos autorize a acreditar que esta realidade tenha mudado”.

E acrescenta:

“Os sindicatos continuam sendo um dos principais – senão o principal – movimento social existente em nosso país, seja pelo número de trabalhadores aí organizados, seja pelo seu potencial de atuação e força política de intervenção na realidade. Esta constatação não está posta em questão por este texto”.

Outro membro da Direção Nacional da CONLUTAS, Atnágoras Lopez¹¹⁹, defendendo a mesma concepção de Almeida (2007), afirma que:

“O setor sindical foi preponderante, como continua sendo e como nós acreditamos que continuará sendo por representar a classe trabalhadora. (...) volto pela nossa concepção a afirmar na classe trabalhadora a centralidade da possibilidade da mudança social que agente almeja. Da forma que estou me expressando aqui, eu me refiro aos trabalhadores em geral. Quando falo em sindicatos, do ponto de vista mais ideológico dentro da classe trabalhadora como tal qual ela se apresenta hoje, nós damos ainda a importância significativa e científica da classe trabalhadora industrial. Mas a classe trabalhadora industrial inclusive do ponto de vista do número de entidades, ainda hoje por exemplo, (...) na CONLUTAS, infelizmente ela se quer representa 20% das entidades que hoje compõe a CONLUTAS, que já é algo minoritário da classe trabalhadora brasileira. Então, daquilo que é minoritário, ainda é minoritário dentro dessa minoria, o setor operário industrial. Então teve um papel significativo a classe trabalhadora e suas entidades sindicais no sentido mais amplo, agora desde o primeiro momento o chamado foi feito a todos os setores do movimento popular, sindical como um todo”

Constitui-se esse, portanto, um equívoco teórico em minha opinião, que apresenta implicações práticas na organização cotidiana da CONLUTAS e dos trabalhadores no Brasil. Partindo do pressuposto de que o confronto intransponível e fundamental na sociedade atual ocorre entre o capital versus trabalho (Mészáros, 2007); e que nesse sentido entende-se o trabalho enquanto uma totalidade e não representado por uma parcela específica (no caso o operariado fabril), é correto pensar que os sindicatos certamente se constituem ainda hoje como importantes instrumentos para a organização das lutas dos trabalhadores no Brasil, mas que não se configuram como os principais agentes de organização dos mesmos, e, muito

¹¹⁹ Entrevista realizada no dia 19/08/2009, na sede nacional da CONLUTAS, São Paulo – SP. Além de sindicalista, participando como membro da Direção Nacional da CONLUTAS e do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Belém – PA, Atnágoras Lopes é militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

menos, o instrumento preponderante para a organização das lutas. Assim, além da concepção teórica fundamentada na totalidade do trabalho como o antagonista do capital, os dados concretos da realidade brasileira demonstram a reflexão equivocada em minha opinião, realizada pelos setores políticos majoritários no interior da CONLUTAS. Afinal, o crescimento do trabalho informal; a vigência do desemprego estrutural no Brasil; a intensificação do processo de terceirização nos últimos anos, provocando intensas diferenças salariais e nos ritmos de trabalho dentro de uma mesma empresa; e a queda no índice de sindicalização no Brasil, somados ao fato de que foram verificadas apenas uma média de 320 greves no ano de 2006, bem diferente da década de 1980, quando a média de greves anuais chegou a atingir a cifra de quase 4000; tudo isso, são elementos importantes que colocam em xeque as teses defendidas por Almeida (2007) e Atnágoras (2009), os quais insistem em defender a antiga tese da centralidade sindical e operária para a organização dos trabalhadores no Brasil e, conseqüentemente, para a construção da CONLUTAS.

A constatação de que o capitalismo funciona como um “todo orgânico” e que as suas três esferas atuam em um ciclo dialético permite concluir que outros segmentos da classe dos trabalhadores (além dos operários fabris) também são capazes de se defrontar centralmente o capital. Dito de outra forma, como o capital não se sustenta apenas pela esfera produtiva; se a esfera da circulação for afetada, em virtude das lutas realizadas pelos trabalhadores, o ciclo da reprodução do capital será interrompido, dificultando, num primeiro momento, e impossibilitando, posteriormente, a realização do investimento também na esfera produtiva, prejudicando assim a manutenção da taxa de lucro para o capital. Tal como demonstrou Karl Marx, analisando o sistema capitalista de forma dialética, entende-se que, para o funcionamento regular do ciclo do capital, se é verdade que com a ausência de produção não há consumo, o inverso também é verdadeiro, ou seja, com a ausência do consumo não há sustentabilidade para o sistema manter o seu ritmo de produção¹²⁰. Assim, Marx (1974) afirma que:

¹²⁰ A consideração de que a esfera produtiva é preponderante no ciclo do capital, não implica entender que os trabalhadores operários fabris, que realizam trabalho material produtivo, constituem a fração central e mais importante da classe trabalhadora no processo revolucionário. Entendemos que de nada adianta criar uma mercadoria e gerar mais valia, se essa mercadoria não sair da fábrica, e se o capital não for valorizado. Marx demonstra que há no interior da esfera da circulação, a realização de trabalho imaterial improdutivo (que não produz mais-valia); mas que é complementar à produção, pois viabiliza a realização de mais-valia completando o ciclo de valorização do capital. Além disso, no desenvolvimento de sua análise sobre o funcionamento do sistema capitalista, Marx demonstra que algumas formas de trabalho imaterial também geram mais-valia (setores de transportes e comunicações). Então não entendemos o motivo em considerar os trabalhadores

“O próprio ato de produção é, portanto, em todos os seus momentos, também um ato de consumo... A produção considerada como imediatamente idêntica ao consumo, e o consumo como coincidindo de maneira imediata com a produção, é o que chamam de consumo produtivo”.

E sobre a esfera da circulação, que compreende a troca e a distribuição, Marx (1974) afirma que:

“Em sua concepção mais banal, a distribuição aparece como distribuição de produtos, mais alijada da produção e, podemos dizer, independente dessa. Mas antes de ser distribuição de produtos é: 1) distribuição de instrumentos de produção, e 2) o que é outra determinação da mesma relação, distribuição dos membros da sociedade entre os diferentes gêneros de produção. (Subordinação dos indivíduos a relações determinadas.) A distribuição de produtos não é, manifestamente, senão o resultado desta distribuição, que se acha incluída no próprio processo de produção, e determina a estrutura da produção. Considerar a produção sem levar em conta esta distribuição, que se acha incluída nela, é manifestamente uma abstração vazia, enquanto, pelo contrário, a distribuição de produtos se acha implícita nesta distribuição, que constitui em sua origem um momento da própria produção”.

Portanto, a reestruturação produtiva que ocorreu nos marcos do toyotismo, com os seus impactos objetivos e subjetivos para o conjunto dos trabalhadores no Brasil e no mundo, bem como a concepção baseada na totalidade do trabalho como antagonista ao capital e a visualização do funcionamento do sistema do capital como um ciclo dialético demonstram uma incoerência teórica presente na construção da CONLUTAS que desencadeará implicações práticas e concretas no que se refere à estratégia e concepção de construção, organização e funcionamento da entidade. Assim, paradoxalmente, apesar de se apresentar com uma nova proposta de organização sindical e popular, a CONLUTAS poderá manter na essência uma antiga concepção teórica que demonstra uma incapacidade em organizar os diversos setores e segmentos da classe trabalhadora que estão fora das relações formais de trabalho, em especial, da produção.

Por isso, na atual conjuntura política brasileira, não há razão para se considerar uma fração da classe trabalhadora (setor operário fabril) superior a qualquer outra fração dessa mesma classe dentro de uma organização como a CONLUTAS, que se propõe de forma inédita na História do movimento dos trabalhadores no Brasil, organizar em um mesmo espaço, os trabalhadores sindicalizados, os trabalhadores informais, os desempregados e os provenientes dos movimentos populares. Se a experiência dos últimos 30 anos tem revelado

imateriais produtivos ou improdutivos, como menos importantes do que os trabalhadores materiais produtivos. Ver Marx (2006), Livro 2 – Capítulos 1 e 6.

que, em plena reestruturação toyotista da esfera produtiva do capital no Brasil, os sindicatos não conseguiram corresponder organizativamente às necessidades dos desempregados, dos trabalhadores informais, dos trabalhadores temporários; se, nesse período, a maioria dos sindicatos não conseguiu contribuir para a organização dos trabalhadores terceirizados; se, portanto, essas entidades representativas não conseguem ser eficazes na organização dos inúmeros setores fragmentados da classe trabalhadora; como considerar, então, os sindicatos como o principal instrumento de luta hoje no Brasil? Qual o sentido em se reafirmar a tese que considera como central, para a organização das lutas, o setor operário e sindical? Mais do que isso, como conciliar essas teses com a proposta da CONLUTAS em ser uma Central Sindical e Popular? Além de ser difícil encontrar respostas plausíveis para essas indagações, cabe ressaltar, ainda, que no período atual, em que o movimento dos trabalhadores no Brasil luta pela manutenção dos direitos sociais adquiridos no decorrer do século XX, os desempregados, os trabalhadores informais, temporários, part-time, constituem também (em conjunto com os outros setores do proletariado brasileiro) um amplo setor da população hoje no país, que diante a condição de miserabilidade, das precárias condições de vida e de trabalho, não possuem nada a perder, há não ser os seus próprios grilhões que os mantêm nessa precária realidade.

A pesquisa realizada até aqui demonstra que a CONLUTAS apresentou de forma concreta propostas que rompem com as práticas, estratégias e métodos adotados pelo movimento dos trabalhadores no Brasil nos últimos 20 anos, e além de evidenciar a proposta do sindicalismo classista há anos abandonado pela CUT, a CONLUTAS se propõe a construir de forma inédita no Brasil, um novo modelo de organização para os trabalhadores. Mas, essas propostas e essa tentativa são caracterizadas por inúmeras contradições. Muitos elementos indicam que as experiências e as práticas construídas nos últimos 20 anos pelo movimento sindical vinculado especialmente à CUT ainda estão presentes no cotidiano e nas concepções de vários agentes que integram as entidades sindicais de base que hoje se dispõe a construir a CONLUTAS. Como é próprio dos processos históricos que conhecemos, o momento atual da história política e social do Brasil, caracterizada pelo surgimento da CONLUTAS no campo da organização do movimento dos trabalhadores, também está marcado por inúmeras contradições, por rupturas e continuidades, explicitadas apenas parcialmente nessa breve pesquisa, mas que se fazem presentes, com maior ou menor intensidade, nas estratégias, concepções, metodologias e ações práticas, nos diferentes momentos dessa ainda curta experiência de construção da CONLUTAS, como nova proposta para organização do conjunto dos trabalhadores no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... mas se você achar que eu to derrotado saiba que ainda estão rolando os dados...”¹²¹

No decorrer desse trabalho, perseguindo as perguntas levantadas em sua introdução, apresentamos indícios e problemáticas sobre as possíveis transformações na organização e no cotidiano do Movimento dos Trabalhadores no Brasil, em especial no campo sindical, após a vitória política de Luiz Inácio Lula de Silva, na eleição presidencial de 2002. As dificuldades sobre esses questionamentos se tornam ainda mais complexas tendo em vista que, no período em que realizamos e escrevemos essa pesquisa, Lula e o PT ainda permanecem na presidência da república. Diante aos desafios relacionados à proximidade desta pesquisa com o período histórico do objeto de estudo, consideramos que as reflexões apresentadas nesse texto não são imutáveis. E foi com essa clareza que procuramos demonstrar a ocorrência de sensíveis modificações na organização e no cotidiano do movimento dos trabalhadores no Brasil. Entendendo que é papel do historiador dialogar com o passado e com o presente, apresentando perspectivas para o futuro, procurei me posicionar sobre o tema dessa pesquisa realizando uma análise crítica sobre a realidade atual que o capitalismo impõe para o conjunto dos trabalhadores. Isso implicou dialogar com leituras e práticas hegemônicas no campo do movimento sindical, no Brasil, pautadas centralmente pela busca de resultados imediatos e pela concepção de que é possível uma conciliação na relação entre capital e trabalho. Esse é o contexto em que analisei o surgimento da CONLUTAS, procurando compreender tanto os avanços quanto as limitações, dificuldades e contradições presentes nessa experiência inédita no Brasil.

Consideramos, que a aproximação entre a CUT e o Estado, já percebida na década de 1990 com o recebimento de recursos do FAT, se aprofundou substancialmente com a vitória do PT e de Lula nas eleições presidenciais em 2002. Além do aumento referente ao repasse de verbas públicas do Estado, inúmeros sindicalistas passaram a ocupar cargos do 1º ao 3º escalão do Governo Federal, inclusive nos ministérios. Assim é perceptível que os setores majoritários da CUT, a partir de 2003, começaram a se sentir como “Governo” ou como parte

¹²¹ BRANDÃO, Arnaldo; CAZUZA. O tempo não pára. In: CAZUZA. O Tempo Não Pára. 1988. 1 disco compacto. Faixa 6.

integrante dele. Isso implicou mudanças significativas para o conjunto do movimento sindical brasileiro e para as respectivas organizações/realizações de suas lutas, se configurando como indícios anunciando as mudanças que ocorreram no cotidiano da organização do movimento dos trabalhadores e de suas lutas no Brasil após o início do Governo Lula. Outro aspecto considerado refere-se à profunda perda de autonomia e independência política da CUT em relação ao Estado, ao governo federal e ao PT. O posicionamento dessa central, não participando das lutas contra a reforma da previdência, pautada e defendida pelo governo federal em 2003, é emblemático para demonstrar essa consideração. A criação de novas organizações sindicais (CONLUTAS, INTERSINDICAL, CTB, etc.) devido ao descontentamento ou não com as práticas sindicais e com os posicionamentos políticos da CUT em relação ao Governo Lula, também se configura como indícios de mudanças no movimento sindical após o início desse governo.

Como no interior da CUT houve uma diluição desses princípios citados acima, que são fundamentais para a organização dos trabalhadores, não consideramos uma incoerência política dos setores políticos que ousaram reorganizar o movimento dos trabalhadores no Brasil apresentando novas perspectivas e propostas para os trabalhadores e de suas lutas. As reflexões realizadas durante essa pesquisa não garantem que esses setores, que hoje constroem a CONLUTAS ou a INTERSINDICAL, ainda minoritários, e que se propõem a ser autônomos e independentes política e financeiramente, em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos, colocaria o conjunto do movimento dos trabalhadores no Brasil, em um patamar mais ofensivo no que se diz respeito à luta pela manutenção ou conquista de direitos sociais.

Para analisar o surgimento da CONLUTAS, a partir de insatisfações com relação ao comportamento da CUT, não recorreremos, aqui, a previsões, numerologias ou adivinhações, mas sim à análise política da trajetória desta última nos últimos 8 anos, caracterizada pela ausência de uma efetiva mobilização social que visasse o enfrentamento contra as políticas governamentais de caráter neoliberal que concretamente afetam de forma negativa a vida dos trabalhadores no Brasil. Para exemplificar essa consideração, avaliamos as dificuldades e falta de disposição política da CUT para construir, em conjunto com outros movimentos populares, a Jornada de Lutas de 2007 contra as reformas do governo federal que propuseram a retirada de direitos dos trabalhadores. Consideramos ainda que se os setores que hoje constroem a CONLUTAS e a INTERSINDICAL estivessem atuando politicamente no interior da CUT, não teriam a possibilidade de construir em nome desta central, como o fizeram, essa articulação política com o objetivo citado acima.

A realização dessa pesquisa demonstra que a reestruturação produtiva toyotista do capital, provocou objetivamente / subjetivamente intensos impactos na configuração da classe trabalhadora, em sua cultura, em seu cotidiano e em suas formas de resistências à dominação imposta pelas relações sociais capitalistas de produção. Nesse sentido, concordamos com as compreensões de Antunes (2009, p. 235-237) quando fala da ocorrência de:

“[...] uma redução do proletariado industrial, fabril tradicional, manual, *estável* e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista, especialmente nos países capitalistas avançados. Esse proletariado vinculado aos ramos mais tradicionais está dando lugar a formas mais desregulamentadas de ocupação, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam através de empregos formais, herança da fase taylorista/fordista. Há entretanto, outra tendência muito significativa e que se caracteriza pelo aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de *trabalho precarizado*. São os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. Com a desestruturação crescente do Estado de bem-estar social nos países do Norte e aumento da desregulamentação laboral nos países do Sul, acrescidos da ampliação do desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização”.

Assim, da mesma forma que Antunes (2009), compreendemos a classe trabalhadora como:

“[...]a totalidade de assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, a *classe-que-vive-do-trabalho* e que portanto, na classe trabalhadora hoje, é preciso reconhecer esse desenho compósito, heterogêneo e multifacetado que caracteriza a *nova conformação da classe trabalhadora*: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, incluídos e excluídos, temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital. (...) Não fazem parte da classe trabalhadora moderna, em nosso entendimento, os gestores, pelo papel central que exercem no controle, gestão e sistema de mando do capital, cuja consciência é dada pelo capital. Estão *excluídos* também os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural que é proprietária e detentora, ainda que em pequena escala, dos meios de sua produção. E estão excluídos também aqueles que vivem de juros e da especulação”¹²² (destaques realizados pelo autor).

¹²² Ver ANTUNES (2009, p. 235-238)

Portanto, consideramos também que diante da vigência da reestruturação toyotista, as estratégias de organização da classe trabalhadora, constituídas no decorrer da fase taylorista/fordista, caracterizadas em sua maioria pela organização separada dos diversos fragmentos, não dão respostas adequadas para as contradições impostas na ordem do dia. Entendemos então, que embora a CONLUTAS se constitua no país como uma organização minoritária, ela representa uma experiência inédita na História do movimento dos trabalhadores no Brasil, apresentando uma proposta baseada na tentativa de organizar em um mesmo espaço, os trabalhadores sindicalizados e os diversos trabalhadores que não possuem qualquer vínculo com os sindicatos, sinalizando uma interessante possibilidade de contribuir, de forma inovadora, para a organização das lutas sociais contra o capital. Porém, entendemos que o pensamento hegemônico no interior da CONLUTAS não tem compreendido a necessidade em superar a concepção baseada na centralidade operária em um possível processo de transformação social, mantendo a antiga tese que considera os sindicatos como o principal instrumento de luta dos trabalhadores aqui no Brasil. A nosso ver, a não superação dessas concepções apresentará efeitos concretos e práticos no processo de lutas classes, pois a realidade demonstra que um dos maiores desafios para o movimento dos trabalhadores, nesse século XXI, é a constituição de organizações amplas que englobem os trabalhadores formais, informais, terceirizados, temporários, sub-contratados e desempregados, fortalecendo a luta em defesa de direitos sociais e trabalhistas, contra a precarização do trabalho e pela transformação da lógica social vigente.

Buscando as argumentações para demonstrar a necessidade da CONLUTAS de superar essas concepções limitadoras, não mais compatíveis em tempos de reestruturação toyotista, citamos, por exemplo, a facilidade do capital industrial em deslocar sua estrutura produtiva de uma região para outra, bem como, dividir o processo produtivo em inúmeras regiões do país. Esses dois elementos se tornaram extremamente perniciosos para a organização das lutas dos trabalhadores, supondo que, se por um lado, os trabalhadores de uma fábrica de cigarros que possua filiais em diversas regiões do país não apresentam por hora a disposição em realizar uma greve devido à constante ameaça da empresa sobre um possível “fechamento da filial nessa região” ou um possível deslocamento geográfico (o que implicaria nas demissões da maioria desses trabalhadores que vivem no local); por outro lado, se os trabalhadores resolvem realizar uma greve mesmo diante de todas as pressões ideológicas, o capital soluciona o problema referente ao prejuízo causado com a paralisação da produção em uma região, com a manutenção do índice de produção via a intensificação do

trabalho nas demais filiadas instaladas em outras regiões; o que implicará em conseqüências ruins para a organização dos trabalhadores nessa fábrica.

Ou seja, embora a CONLUTAS apresente alguns avanços práticos no que se refere às novas propostas para a organização dos trabalhadores no Brasil, ainda há muito no que se avançar para a construção de estratégias de lutas que sejam capazes de afetar intensamente o funcionamento do capital. Levando-se em consideração a pertinente reflexão desenvolvida por Thompson¹²³, há muito que se refletir e caminhar ainda na direção do “fazer-se” da classe trabalhadora, envolvendo questões econômicas, culturais, sociais e políticas.

Chegamos também, a alguns indícios analíticos que não são consensuais ou hegemônicos tanto no campo acadêmico quanto no campo da organização prática das lutas dos trabalhadores, por inúmeros motivos; em especial a nosso ver, devido à temporalidade histórica muito recente. É fato que o processo de rompimento dos sindicatos com a CUT, bem como o surgimento da CONLUTAS representa uma expressão social minoritária no interior do movimento dos trabalhadores no Brasil. Cabe reconhecer, também, que isso ocorreu em um período que não é caracterizado pelo ascenso das lutas sociais. Outro elemento que não pode ser desconsiderado diz respeito ao fato de que, mesmo envolvendo milhares de trabalhadores vinculados as entidades sindicais e populares, esse processo está apenas em sua fase inicial, sinalizando para uma nova etapa da história da organização dos trabalhadores no Brasil, mas que, por ora, dificilmente é possível precisar a sua longevidade.

Por isso, mesmo sem elementos que permitam aferir todas as potencialidades da CONLUTAS se firmar, daqui para frente, como um forte instrumento de organização das massas de trabalhadores formais, informais e desempregados, pontuamos o fato de que possivelmente a CUT não modificará o seu caminho em direção à consolidação da prática do sindicalismo cidadão que visualiza uma possível conciliação entre o capital e o trabalho. Por isso, dificilmente esta última central retornará ao caminho em direção a uma autonomia política e financeira em relação ao Estado, ao governo e aos partidos políticos com os quais tem proximidade. Para Arcary (2005), a História demonstra que

“[...] em situações mais tensas da luta de classes – como a brasileira após a eleição de Lula – as velhas centrais sindicais foram freqüentemente um obstáculo para a luta e, em conseqüência, foram perdendo suas bases sociais, quando se deixaram atrelar a governos e passaram a defendê-los, e não aos trabalhadores. O alinhamento com os governos fez as centrais perderem sua utilidade como instrumento de luta, abrindo-se vácuos político-sindicais

¹²³ Ver Thompson (1987-1988, v. 1).

onde surgiram novas formas de organização como espaços de frente única, mais ágeis ou mais próximas do controle das bases”.

Não acreditamos mediante essa citação, que a História se repete. E não afirmamos aqui, que necessariamente é impossível a ocorrência de uma transformação política no interior da CUT e em sua prática/concepção sindical; mas sim, entendemos que essa perspectiva está bastante reduzida. Portanto, diante das transformações na estrutura produtiva do capital e seus impactos na configuração da classe trabalhadora, o surgimento de uma Central Sindical e Popular, como a CONLUTAS ou outras propostas que possam surgir, apesar de todas as limitações práticas e teóricas já demonstradas, dependendo de como for conduzida, apresenta, para os próximos anos, amplas possibilidades de se fortalecer ou de se constituir como um novo instrumento de organização da *totalidade dos trabalhadores assalariados ou não*, que vivem nesse país. Trata-se de uma nova etapa que ainda está no início de sua construção, em meio ao refluxo das lutas sociais no Brasil, o que não permite vislumbrar com clareza todos os seus possíveis (des) caminhos futuros para a organização dos trabalhadores e de suas lutas.

Consideramos como fundamental para as lutas dos trabalhadores, as propostas defendidas pela CONLUTAS de autonomia política e financeira do movimento dos trabalhadores em relação ao Estado, ao Governo e aos partidos políticos; como também, a defesa pública do *internacionalismo* e do *socialismo*. Essas propostas demonstram uma estratégia que não compactua com a idéia de uma possível conciliação entre “capital e trabalho”, sinalizando que, para construir um novo modelo social e econômico que contraponha ao capitalismo, é necessário ultrapassar os limites das fronteiras nacionais. E ao fazer essa defesa em seu cotidiano através de suas intervenções políticas orais e escritas, os dirigentes sindicais e os trabalhadores que defendem a CONLUTAS, apresentam ao conjunto da classe trabalhadora, uma proposta estratégica que demonstra a necessidade em superar à lógica de organização econômica, política e social imposta pelo capitalismo; não reduzindo o movimento organizado dos trabalhadores à uma concepção economicista. Além disso, mesmo com todas as limitações e dificuldades enfrentadas pela CONLUTAS, que estão expressas nessa pesquisa, consideramos um avanço político a tentativa em colocar em prática a proposta da *democracia operária* que permite uma aproximação maior entre a direção e o conjunto dos trabalhadores, fortalecendo a construção de uma hegemonia política da classe trabalhadora e a luta contra o fenômeno da burocratização política presente em inúmeras entidades sindicais hoje no Brasil.

Destacamos como um avanço teórico e prático para a organização dos trabalhadores no Brasil, a constituição nos espaços internos da CONLUTAS de um GT de Negros e Negras

e de um GT de Mulheres e GLBT, os quais, após o CONAT, aprofundaram de forma orgânica a reflexão sobre o racismo que existe no Brasil, bem como a opressão que as mulheres, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transgêneros sofrem no cotidiano. Nesse debate, a CONLUTAS apresenta formulações teóricas vinculadas ao conceito de classe; aliando, portanto, a realidade de extrema precariedade desses segmentos como consequência da lógica de organização capitalista. Assim, para a CONLUTAS, é necessário vincular diretamente a luta contra a opressão, contra a homofobia, contra o preconceito e o racismo existentes hoje no Brasil, à luta contra o capitalismo. A iniciativa, de inserir essa reflexão no cotidiano e nas lutas dos trabalhadores como uma concepção classista, representa a nosso ver, um avanço para a organização e para o desenvolvimento da consciência de classe do conjunto dos trabalhadores, e fortalece conseqüentemente o processo de construção de uma hegemonia política e social no cotidiano e no imaginário dos trabalhadores no Brasil.

Por fim, gostaríamos de ressaltar que, devido aos limites dessa pesquisa, não recorreremos às fundamentações de importantes pensadores, como Gramsci (1984), imprescindível para a compreensão sobre o processo de construção de uma hegemonia proletária diante às diversas estratégias empreendidas pelas classes dominantes no processo de dominação política e ideológica do capital, ou como Trotsky (1938; 1940), necessário para refletir sobre os desafios, obstáculos e contradições do movimento sindical, relativos ao fenômeno da burocratização e do reformismo em harmonia à tendência da aproximação dos sindicatos ao aparelho do Estado, no percurso do desenvolvimento do capital em seu viés monopolista. Dadas as limitações de uma monografia de graduação, adiamos esse diálogo para um momento futuro. Mesmo assim, registramos as ausências dessas fundamentações porque o final dessa pesquisa nos propiciou a compreensão de forma mais sintetizada sobre inúmeros elementos complexos do processo de dominação de classe, e no que se refere à recorrente vinculação de setores do movimento sindical ao Estado, no processo de organização dos trabalhadores aqui no Brasil, em especial a partir da década de 1930.

A pesquisa nos forneceu elementos, também, para rebater as argumentações sobre um suposto “*fim da história*” ou sobre a irrelevância da análise sobre as relações de trabalho para refletirmos sobre o passado e o presente, sinalizando possibilidades de se pensar o futuro. Se, atualmente, nos deparamos com um complexo sistema de dominação de classes em que uma pequena porcentagem da população mundial, que representa as inúmeras esferas do capital, detém os meios de produção e grande parte das riquezas produzidas pelos trabalhadores; entendemos e acreditamos, porém, que os trabalhadores não estão derrotados e que os dados ainda estão a rolar sobre a mesa. Aos milhões de trabalhadores despossuídos, os quais, de

maneiras as mais variadas, sobrevivem da sua força de trabalho, está reservada a difícil e necessária tarefa de superar as entranhas dessa dominação e transformar o mundo em que vivemos. O surgimento da CONLUTAS demonstrou que, diante de todas as dificuldades e contradições existentes no Brasil e no campo das organizações das lutas dos trabalhadores, no período analisado nessa pesquisa, caracterizado pela mundialização do capital e pelo famigerado neoliberalismo, ainda é possível construir processos de lutas e de resistências. Tal como as análises históricas dos séculos anteriores demonstram que com as lutas, os trabalhadores conquistaram vitórias, a reflexão atual indica que, sem elas, dificilmente os trabalhadores reverterão os efeitos perversos, embutidos na lógica do capital, que afetam a natureza, o social e as relações de trabalho, intensificando cada vez mais os processos de precarização das condições de vida e de trabalho. Assim, se diante da difícil realidade social, política e econômica no Brasil da década de 1980, os trabalhadores protagonizaram intensas lutas contra o capital, com a realização de uma média de 3000 a 4000 mil greves por ano, incluindo algumas greves gerais durante esse período; se, nesse início de século XXI, essas lutas não foram paralisadas, apesar das grandes contradições, desvantagens políticas e organizativas, oriundas de questões econômicas, políticas, culturais e da reestruturação toyotista; não há motivos para não continuar acreditando que os trabalhadores serão capazes de fortalecer novamente suas lutas, com vistas a construir e ampliar uma nova hegemonia política. Nela, certamente ocupará um dos lugares principais a defesa da manutenção dos direitos sociais de todos os trabalhadores e do avanço para novas conquistas, o que implica superar a lógica imposta e hegemônica pelo capital, responsável pelo embrutecimento e pela mercantilização das relações humanas, bem como pela existência de imensas mazelas sociais no Brasil e no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUENA, Paulo. **Do retrocesso dos anos 90 ao governo Lula**. Jornal Opinião Socialista. ed. 263, de 29 de junho de 2006 a 5 de julho de 2006.
- _____. **CONLUTAS**: expressão da reorganização dos trabalhadores brasileiros. In: Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006, p. 72-78.
- _____. **O papel do Conat e o futuro da CONLUTAS**. In: Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006, p. 79-82.
- _____. **Principais resoluções do congresso que fundou a CONLUTAS**. In: Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo, n. 14. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2006, p. 88-90.
- ALMEIDA, José Maria de. **Os sindicatos e a luta contra a burocratização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.
- ALVES, G. A. P. . **Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000**: Dilemas da Era Neoliberal. In: Ricardo Antunes. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Editora Boitempo, 2006, p. 461-474.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. Campinas: Cortez/Unicamp, 1994.
- _____. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- _____. **Século XXI**: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: Ricardo Antunes e Ruy Braga. (Orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ARCARY, Valério. **Ir ou não ir além da CUT?** Uma polêmica sindical em perspectiva histórica. In: Revista de Teoria e Política Internacional - Marxismo Vivo n. 11. São Paulo: Bartira Gráfica e Editora SA, 2005, p. 38-50.
- BOITO JR., Armando. **O sindicalismo tem futuro?** Revista PUCVIVA, n. 11, janeiro a março de 2001. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r11_r03.htm>. Acesso em: 15 out. 2009.
- _____. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Xamã Editora, 1999.

BORON, Atílio. **Saiba o que é o capitalismo.** Disponível em: <<http://adrianonascimento.webnode.com.br/news/saiba-o-que-e-o-capitalismo-por-atilio-boron/>>. Acesso em: 11 nov. 2010.

BRANDT, Ricardo; TOSTA, Wilson. **“Era Lula consagra república sindical”.** O Estado de São Paulo. São Paulo, 06 abr. 2008, p. A4.

CANÊDO, Leticia Bicalho. **A classe operária vai ao sindicato.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FENELON, Déa. **Introdução.** Muitas Memórias, outras histórias. São Paulo: Editora Olho d’Água, 2005, p. 10.

FRANÇA, Teones. **A CUT e o sindicalismo cidadão: crise e reorganização do movimento sindical no Brasil a partir dos anos 1990.** In: Reorganização do Movimento Sindical no Brasil: a construção de um sindicalismo socialista e revolucionário. Caderno de Debates, n. 4. São Paulo: Instituto Latino-Americano de Estudos Sócio-Econômicos (ILAESE), 2008.

FUKUIAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem.** Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FONTANA, Josep. **Em busca de novos caminhos.** In: A História dos Homens. Bauru: EDUSC, 2004, p. 471-472.

GALVÃO, Andréia. **O movimento sindical frente ao governo Lula: dilemas, desafios e paradoxos.** In: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, n. 14, São Paulo: Alameda, out. 2006.

_____. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil.** Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.

GRACIOLLI, Edilson José. **Privatização da CSN.** Da Luta de Classes à Parceria. São Paulo. Expressão Popular, 2007.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e fordismo. In: Maquiavel, a política e o Estado moderno. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984. p. 375-413.

LADOSKY, Mario Henrique Guedes. **A CUT no Governo Lula.** Da defesa da “liberdade e autonomia” à reforma sindical inconclusa. 2009. (Tese de Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de São Paulo.

LESSA, Sérgio. **Para além de Marx?** Crítica da teoria do trabalho imaterial. São Paulo: Xamã, 2005.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2007.

LUCAS, Marcilio Rodrigues. **A reestruturação produtiva na empresa Votorantim Metais: novas práticas para a velha dominação capitalista.** 2007. (Monografia de Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia.

MARX, Karl., ENGELS, Friedrich. **Introdução à contribuição à crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1974. v. XXXV, p. 280-287. (Coleção Os Pensadores)

_____. **O Capital:** Crítica à economia política: Livro II. 11. ed. – Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2006.

_____. **O manifesto comunista 150 anos depois:** Karl Marx, Friedrich Engels. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Os sindicatos e o desemprego no Brasil.** 1998. Disponível em: <<http://sindicalismo.pessoal.bridge.com.br/98GT1821.doc>>. Acesso em: 15 out. 2009.

_____. **Reorganizando em meio ao refluxo:** esforços organizativos e reposicionamentos entre movimentos políticos e sociais dos trabalhadores durante o governo Lula. Apresentação no Congresso de 2009 da LASA (Associação de Estudos Latino-Americanos), no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress_papers/lasa2009/files/BadaroMattosMarcelo.pdf>. Acesso em: 16 out. 2009.

MÉSZAROS, István. **Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico.** São Paulo: Boitempo, 2007.

NORONHA, Eduardo G. **Informal, ilegal, injusto:** percepções do mercado de trabalho no Brasil. In: Encontro Anual da ANPOCS, 25. Caxambu, 2001.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no Século 20.** Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

POCHMANN, Marcio. **O movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 90:** uma análise regional. Campinas: Cesit/IE/Unicamp, 1998.

RODRIGUES, Robério Paulino. **Socialismo no Século XX:** O Que Deu Errado? Goiânia: Kelps, 2008.

SAMUEL, Raphael. **História local e história oral.** Revista Brasileira de História, v. 9, n. 19, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, set./1989/fev./1990, p. 219-243.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **Desemprego, informalidade e precariedade:** a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. In: Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) – maio/agosto, 2008.

SANTOS, A. O. **A Nova Crise do Sindicalismo Internacional.** In: Ricardo Antunes. (Org.). Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006, p. 447-459

SILVA, Sidartha Sória. **Reestruturação produtiva, crise econômica e os rumos do sindicalismo no Brasil.** Brasília: Fundação Milton Campos, Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2001.

TAFNER, Paulo. **Brasil:** o Estado de uma nação. Brasília: Ipea, 2006.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988, v. 1.

TROTSKY, Leon. **Aonde vai a França?** São Paulo: Desafio, 1994.

_____. **Os sindicatos na época de transição (1938)**. In: Paulo Agüena (Org.) *O Marxismo e os Sindicatos*. Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

_____. **Os sindicatos na época da decadência imperialista (1940)**. In: Paulo Agüena (Org.) *O Marxismo e os Sindicatos*. Marx, Engels, Lênin e Trotsky. São Paulo: Editora Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2008.

WELMOWICKI, José. **Cidadania ou Classe?** O movimento operário da década de 80. São Paulo: Editora Jose Luis e Rosa Sundermann, 2004.

OUTRAS FONTES

Boletins Sindicais, Convocatórias, Imprensa Sindical e Partidária

Boletim do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE), Ano VII - Nº 279 – 03 de fevereiro de 2005.

Boletim do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo (SINTRAJUD) / Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo (SINDSEF-SP) – Março de 2006.

Caderno de Resoluções do Congresso Nacional dos Trabalhadores (CONAT), realizado nos dias 5, 6 e 7 de maio de 2006, em Sumaré (SP), publicado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS).

Convocatória da Jornada de Lutas do dia 23 de maio - http://vsites.unb.br/sintfub/luta_def_serv_pub_dia23maio.htm

Jornal O Estado de São Paulo. 06/04/2008, p. A4.

Jornal Opinião Socialista publicado pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU)

Edição nº 263, de 29 de junho de 2006 a 5 de julho de 2006

Edição nº 320, de 1 de novembro de 2007 a 7 de novembro de 2007.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Rio Grande do Sul (SINDPPD-RS)

Dados Comunica, n. 9, março-abril.

Jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV). Edição 242, de 29 de maio de 2007.

Revista Veja, 25/03/1998. Editora Abril.

Sítios e Blogs

Blog (Outros Cadernos de Saramago) -
<http://caderno.josesaramago.org/2009/02/24/esquerda/>

Blog (Revolução Socialista. Um Blog a Serviço das Lutas dos Trabalhadores) –
http://socialismoempre.blogspot.com/2007_03_01_archive.html
http://socialismoempre.blogspot.com/2007_05_01_archive.html

Lei Nº 9.601, de 21 de janeiro de 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9601.htm

Lei Nº 7998, de 11 de janeiro de 1990. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm

Lei Nº 11.457/07 de 16 de março de 2007. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11457.htm

Medida Provisória Nº 1.726, de 3 de novembro de 1998. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1726.htm

Sítio da Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense – Seção Sindical (ADUFF-SSind) http://www.aduff.org.br/boletim/2005a_02m_18d.htm

Sítio da Associação Nacional dos Servidores da Previdência Social (ANASPS)
<http://www.anasps.org.br/index.asp?id=691&categoria=29&subcategoria=50>

Sítio da Central Única dos Trabalhadores (CUT) – <http://www.cut.org.br>

Sítio da Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) - <http://www.conlutas.org.br>
<http://www.conlutas.org.br/site1/historia.asp>
<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=1413>
<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=581&cat=Grupos> de
 Trabalho&subC=Mulheres e GBLT
<http://www.conlutas.org.br/site1/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=258>

Sítio do Congresso em Foco:
http://congressoemfoco.ig.com.br/noticia.asp?cod_canal=1&cod_publicacao=23366

Sítio do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) –
<http://www.dieese.org.br>
http://www.dieese.org.br/anu/ind_anuario.xml#

Sítio da Federação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro no Estado do Paraná (FETEC-PR)

<http://www.fetecpr.org.br>
<http://www.fetecpr.org.br/home/publicacoes/naoemenda3.pdf>

Sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) – <http://www.ibge.gov.br>

Sítio do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)
<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2008/janeiro/juros-da-divida-consumiram-22-cpmfs-em-cinco-anos/>

Sítio da INTERSINDICAL
www.intersindical.org.br/textos/manifesto_intersindical_2006.pdf
<http://intersindical.inf.br/index.php?id=fotos>

Sítio do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE):
<http://www.mte.gov.br>
http://www.mte.gov.br/cont_sindical/default.asp
<http://www.mte.gov.br/fnt/default.asp>
http://www.mte.gov.br/fnt/Regimento_Interno_do_Forum_Nacional_do_Trabalho.pdf

Sítio da Presidência da República Federativa do Brasil:
<http://www.planalto.gov.br>
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm

Sítio:
<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=763896&path=/suasfinancas/carreiras/direitos/>

Sítio: <http://www.eagora.org.br/arquivo/Paraso-dos-sindicalistas/>

Sítio do Partido dos Trabalhadores Unificados Socialistas (PSTU): <http://www.pstu.org.br>
http://www.pstu.org.br/opressao_materia.asp?id=3161&ida=2
http://www.pstu.org.br/editorias_materia.asp?id=6393&ida=0
http://www.pstu.org.br/movimento_materia.asp?id=6716&ida=0
http://www.pstu.org.br/jornal_materia.asp?id=7546&ida=0

Sítio do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL):
[http:// http://psol50.org.br/](http://http://psol50.org.br/)
<http://psol50.org.br/blog/2007/05/23/15-milhao-de-trabalhadores-mobilizam-se-em-dia-de-protesto-contra-as-reformas-neoliberais-de-lula/>

Sítio do Portal de Notícias da Globo – G1:
<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1296108-5601,00-POPULARIDADE+DE+LULA+CAI+PARA+DIZ+PESQUISA+CNTSENSUS.html>

Sítio do Sindicato dos Químicos Unificados - <http://www.quimicosunificados.com.br>
http://www.quimicosunificados.com.br/noticia_interna.php?id=513&id_secao=6&busca=

Sítio da Revista Consultor Jurídico: http://www.conjur.com.br/2007-ago-10/sindicalizacao_volta_crescer_terceirizados

Sítio do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Espírito Santo – http://www.sindijornalistases.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=21&Itemid=28

Sítio do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (SINSPREV) - <http://www.sinsprev.org.br/documentos/Jornais/jornal242.pdf>

Sítio do Observatório Social da América Latina - <http://osal.clacso.org/>
http://www.observatoriosocial.org.br/arquivos_biblioteca/conteudo/00014914EmRevista5.pdf

Sítio: <http://168.96.200.17/ar/libros/osal/osal14/CRS14Brasil.pdf>

Sítio Wikipédia, a enciclopédia livre – <http://pt.wikipedia.org/>
http://pt.wikipedia.org/wiki/Coordena%C3%A7%C3%A3o_Nacional_de_Lutas
<http://pt.wikipedia.org/wiki/LGBT>

Fontes Audio-Visuais

BRANDÃO, Arnaldo; CAZUZA. O tempo não pára. In: CAZUZA. O Tempo Não Pára. 1988. 1 disco compacto. Faixa 6.

História da Reorganização do Movimento Sindical Popular. Editado pela Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS). São Paulo, 2008. DVD (20min25seg).

ANEXO I

Um 1º de Maio de luta marcou presença em todo país Milhares de manifestantes se reuniram em várias praças e ruas do país para realizar um 1º de maio classista e de luta.

03/05/2007

Milhares de manifestantes se reuniram em várias praças e ruas do país para realizar um 1º de maio classista e de luta. Esse 1º de maio foi marcado pelas reivindicações por moradia, reforma agrária e protestos contra as reformas do governo Lula.

Esses atos foram uma contraposição ao 1º de Maio da CUT e Força Sindical, que fizeram atos de apoio ao governo federal, bancados pelos patrões e pelas estatais. Enquanto as festas das centrais pelegas e chapas-brancas foram mais governistas que nunca, com temáticas ainda mais despolitizadas, shows e sorteios, as entidades de luta de todo o país fizeram ecoar a luta contra as reformas neoliberais do governo.

E este 1º de maio foi apenas um dos passos de um calendário de lutas contra as reformas, que deve se espalhar por todo o país e colocar o governo na parede. O próximo passo do plano de Lutas votado no Encontro do dia 25 de março é a construção do dia 23 de maio. Vamos realizar um dia nacional de luta, com manifestações, paralisações, bloqueios de estradas, ocupações etc.

Veja como foi o 1º de maio nos estados

Fortaleza (CE)

Na capital cearense, o ato na praça do Colégio do Liceu, localizada no histórico bairro da Jacarecanga, reuniu centenas de pessoas de diversos bairros. O 1º de maio começou cedo. Cerca de 150 operários da construção, por volta das 7h, foram à sede do sindicato para tomar o café da manhã do peão, de onde seguiram até a praça numa bela coluna vermelha cantando: “Eu sou Conlutas, eu sou peão, a CUT é do governo e do patrão”. Também estiveram presentes os sem-teto da ocupação Nossa Senhora das Graças, o MLB (Movimento de Luta dos Bairros e Favelas) e os índios tapebas da Caucaia, região metropolitana, além de organizações como PSTU, PCB, PSOL, PCR e MST. A passeata saiu da Praça do Liceu com destino à praça do Bairro do Carlito Pamplona. Durante o percurso, motoristas, populares e passageiros nos ônibus expressaram apoio à manifestação. Já na Carlito Pamplona, houve diversas intervenções e a apresentação de grupos musicais e de dança organizados pelas comunidades da periferia.

São Paulo (SP)

O lema “Em defesa da aposentadoria, dos direitos sociais, sindicais e trabalhistas” norteou o 1º de maio classista em São Paulo na Praça da Sé, centro da capital paulista. Nem mesmo o sol forte diminuiu o ânimo dos ativistas presentes no protesto contra o governo Lula e as reformas neoliberais, que reuniu cerca de 3 mil pessoas. O ato ocorreu pela manhã e teve a participação de organizações como a Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, organizações de luta pela moradia como o MTST, MUST, de luta pela terra, como o MST, o MLST, e diversos sindicatos. O PSOL, PCB e PSTU também marcaram presença na manifestação, que seguiu em passeata até o Viaduto do Chá.

Alagoas (AL) e Sergipe (SE)

A Conlutas dos estados de Alagoas e Sergipe parou por quase duas horas a ponte sobre o rio São Francisco no município de Própria, em Sergipe (localizada a 99 quilômetros de Aracaju). Cerca de 400 ativistas, ligados a movimentos sociais, sindicatos, agremiações estudantis, foram ao ato, que marcou o dia internacional de luta da classe trabalhadora. Estiveram presentes ao ato a Conlutas, a Intersindical, a Conlute, a Frente Nacional dos Petroleiros (FNP), o Sintsep-AL, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindipetro AL/SE, Sindjus, Adufal, Simesc (servidores municipais de São Miguel dos Campos-AL), Consulta Popular, representante da colônia dos pescadores de Itaipu, grêmio Cefet, Vamos à luta (FASUBRA), comissão de agentes de saúde, estudantes de São Miguel dos Campos, coletivo feminista da UFAL, grupo Além do Mito, Sindicagense, Senalba, Sintes, Oposições do Sintsep-SE, Sindisprev-SE, Sintasa-SE. E os partidos, PSTU, PSOL, PCR, PCB

São Luís (MA)

No dia 30 de abril, a Conlutas do Maranhão organizou mais uma atividade do calendário de lutas indicado no encontro de 25 de março. Enquanto os sindicatos ligados à CUT e outras centrais pelegas organizaram festas para marcar o 1º de maio, os ativistas da Conlutas se concentraram na Praça João Lisboa e fizeram uma caminhada pela Rua Grande até a Praça Deodoro no centro de São Luís. Foram denunciadas as reformas neoliberais do governo Lula e a enganação do PAC. Sobre a conjuntura estadual, foram denunciados os ataques aos servidores públicos por parte do governo Jackson Lago (PDT). A manifestação contou com a participação de dezenas de militantes, principalmente da APRUMA – Seção Sindical do ANDES-SN, do SINTRAJUFE, Sindicato dos Bancários, Movimento organizado de Hip Hop Quilombo Urbano, professores da rede estadual e estudantes da UFMA e do CEFET.

Rio de Janeiro (RJ)

Sob os Arcos da Lapa, o ato classista do 1º de Maio reuniu cerca de mil pessoas, se constituindo no maior ato classista realizado nos últimos anos. Entre as organizações e partidos presentes estavam PSOL, PCB, PSTU, Conlutas e a Intersindical.

Brasília (DF)

O ato do 1º de Maio organizado pela CONLUTAS-DFE, INTERSINDICAL, SINDÁGUA, SINDECON, GRÊMIO CEAN, OPOSIÇÃO DO SINDSER, RESISTÊNCIA E LUTA – OPOSIÇÃO DOS CORREIOS, COMITÊ DE LUTA CONTRA A REFORMA UNIVERSITÁRIA – DF, MOVIMENTO NACIONAL LUTA SERVIDOR, EXNEL, OPOSIÇÃO DO DCE-UNB, MOVIMENTO RENOVAÇÃO PELA BASE - OPOSIÇÃO DE ESQUERDA DOS PROFESSORES DO DF, ANDES-SN, ADUNB, PSTU, PSOL e PCB em Taguatinga, cidade satélite de Brasília, reuniu 100 pessoas e afirmou o engajamento das entidades presentes na preparação das jornadas de lutas do dia 23 de maio.

Minas Gerais (MG)

A manifestação contou com 1.500 participantes e teve início às 11h, coordenada por Eliana Lacerda, da Conlutas, e Vanderlei Martini do MST/Via Campesina. Além das entidades participantes do II Encontro (Conlutas, Intersindical, Pastorais Sociais, MST e demais entidades que compõem a Via Campesina), também participaram da manifestação a Nova Central Sindical dos Trabalhadores e representantes dos movimentos dos sem-teto de BH e região. Estavam representados no ato PSTU, PSOL, PCD, PCR e Refundação Comunista. Dentre os movimentos populares da região, estavam presentes representantes do MLB (Movimento de Luta dos Bairros), que recentemente ocuparam um prédio inacabado da Construtora Encol, no Bairro Serra, às vésperas do II Encontro.

Manaus (AM)

Nesse dia, algumas entidades se reuniram para discutir a unificação de suas lutas e começar a construir, com base nos eixos do movimento nacional, um Fórum de Lutas Contra as Reformas. A reunião ocorreu na sede do Sindicato dos Fazendários (Sifam), na parte da manhã. Além deste sindicato, estiveram presentes diretores do Sindicato da Previdência (Sindisprev), entidade que se desfilou recentemente da CUT, estudantes universitários da Conlute/AM, a oposição de professores das redes municipal e estadual que reivindica a Conlutas, e o PSTU.

Belém (PA)

Cerca de mil pessoas saíram às ruas de Belém para protestar neste 1º de maio contra as reformas previdenciária e trabalhista propostas pelo governo federal. O protesto organizado pela Conlutas saiu em passeata da praça da Leitura, em São Brás, seguindo pela avenida Magalhães Barata até a avenida Presidente Vargas, próximo à rua Osvaldo Cruz. Quando a passeata passava perto da pouco movimentada praça da República, onde ocorria o evento da CUT, os que estavam no local ouviram os gritos da passeata: "Eu sou Conlutas. Sou radical. Não sou capacho do governo federal". O jornal paraense de grande circulação no estado, O Liberal, noticiou o protesto com grande destaque na capa, sob o título "Trabalhadores nas ruas, mas sem Central Única".

ANEXO II

CONVOCATÓRIA DA JORNADA DE LUTAS DO DIA 23 DE MAIO DE 2007

O movimento sindical, popular e estudantil convoca trabalhadores e o povo a lutar: contra a reforma da previdência, contra toda reforma que retire direitos (não à emenda 3), por emprego, salário digno, reforma agrária e moradia, contra a política econômica e o pagamento das dívidas interna/externa, em defesa do direito de greve e contra a criminalização dos movimentos sociais.

Nós, lutadores e lutadoras do movimento popular, convocamos toda a sociedade para uma grande jornada de lutas, no dia 23 de maio de 2007, contra essa política econômica e o superávit primário, pelo não pagamento das dívidas externa/interna e por uma auditoria dessas dívidas, bem como contra qualquer tipo de reforma que traga prejuízos à classe trabalhadora e à soberania do país.

Vamos nos manifestar contra a política econômica do governo federal, que enriquece banqueiros e grandes empresários, estrangula qualquer possibilidade de investimentos em políticas sociais, mantendo a perversa concentração de renda.

Vamos nos manifestar contra a retirada de direitos trabalhistas e contra a reforma previdenciária apresentada, pois é inadmissível reduzir nossas conquistas históricas.

Lutamos para libertar o Brasil do domínio imperialista, que impõe o agronegócio, que destrói a natureza e compromete a capacidade de produção de alimentos para o povo.

Nos irmanamos a todos os povos latino-americanos em defesa da independência e da soberania de nossos países. Nos manifestamos pela retirada das tropas do Haiti e contra a invasão do Iraque pelos Estados Unidos.

Estamos nas ruas por mais direitos para o povo:

- Reforma Agrária
- Emprego para todos, redução da jornada de trabalho sem redução de salários
- Em defesa do direito irrestrito de greve, contra a criminalização dos movimentos sociais
- Em defesa do serviço público: educação e saúde pública, gratuita e de qualidade para todos.
- Direito de moradia digna para todos
- Em defesa do meio ambiente, contra a destruição da Amazônia
- Valorização do salário mínimo e das aposentadorias
- Contra a autonomia do Banco Central
- Contra todas as formas de discriminação e opressão racial, homofóbica e sexista
- Pela anulação do leilão da privatização da Vale do Rio Doce

- Energia com tarifa social
- Pela democratização dos meios de comunicação.
- Em defesa dos lutadores e lutadoras do movimento sindical e popular, pela reintegração imediata de todos dirigentes sindicais, a exemplo dos companheiros do Metrô de São Paulo, e pela imediata libertação dos presos políticos.

Assinam:

- ✓ UNE (União Nacional dos Estudantes)
- ✓ CMS (Coordenação dos Movimentos Sociais)
- ✓ Conam (Confederação Nacional das Associações de Moradores)
- ✓ Conlutas (Coordenação Nacional de Lutas)
- ✓ Intersindical
- ✓ CUT (Central Única dos Trabalhadores)
- ✓ MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)
- ✓ Via Campesina
- ✓ Assembléia Popular
- ✓ UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas)
- ✓ Marcha Mundial das Mulheres
- ✓ Pastorais Sociais
- ✓ ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos)

ANEXO III

Quadro das Mobilizações do dia 23 de Maio de 2007

PARÁ

Paralisações: Servidores públicos da UFPA (Universidade Federal do Pará), UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia), Ibama, Incra, Funasa e professores da rede estadual de ensino. Operários da Construção Civil realizaram uma greve de advertência que foi duramente reprimida pela Polícia Militar da governadora Ana Júlia (PT). 600 famílias do MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) ocuparam a barragem de Tucuruí. A polícia reagiu violentamente, atirando balas de borracha contra os manifestantes e deixando feridos. Agricultores ligados à Conlutas ocuparam a Fazenda Oriental, na região nordeste do Estado. Os condutores de Ananindeua continuam em greve. Estudantes e professores da Escola Federal de Agrotécnica bloquearam a BR316. No final das manifestações aconteceu um ato com a participação de cinco mil trabalhadores, sendo que três mil eram da construção civil.

BAHIA

Paralisações: professores estaduais, professores municipais de Salvador, professores da Universidade Estadual da Bahia, funcionários da UFBA e Sinasefe.

SERGIPE

Paralisações: petroleiros, professores da rede estadual, Ibama, trabalhadores da DRT, funcionários dos órgãos federais (Incra, Funasa, INSS), servidores da UFS e do Cemar-SUS. Ato unificado com a presença da Conlutas, CUT, MST, Sindipetro AL/SE, Sintese Sindicagense. Bloqueios das estradas AL-115, BR-101 e no Alto Sertão Sergipano. Cerca de 2.500 camponeses trancaram a via estadual.

ALAGOAS

Paralisações: Professores da rede estadual e da Universidade Federal de Alagoas. Cerca de 300 ativistas bloquearam o tráfego na BR-101 por mais de quatro horas. O protesto contou com a participação de tribos indígenas contra a transposição das águas do rio São Francisco. Participaram, ainda, Conlutas, alguns Centros Acadêmicos da UFAL, Sindjus, Adufal, Simesc, Sintsep-AL, coletivo "Além do Mito", coletivo feminista da UFAL. Em Delmiro Gouveia, no sertão de Alagoas, agricultores ocuparam uma agência bancária.

PIAUI

Paralisações: Incra, Iphan, professores da rede estadual, professores da universidade estadual (Uespi), servidores municipais de Teresina, bancários e trabalhadores da saúde estadual. Ato unificado com a presença da Conlutas, Intersindical e CUT.

PERNAMBUCO

Paralisações: Metrô, INSS, professores municipais de Recife, professores do estado, servidores e docentes da Universidade Federal e Rural, Sinasefe e servidores federais (Condsef). Trabalhadores rurais e urbanos bloquearam a BR-423, na entrada do município de Garanhuns (PE). A ação está sendo realizada por famílias do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), quilombolas e trabalhadores ligados ao Sindicato dos

Trabalhadores da Educação de Pernambuco. No sertão de São Francisco, mais de mil famílias sem-terra bloquearam a ponte Presidente Dutra que liga Petrolina a Juazeiro. Foram doze bloqueios de estradas em rodovias de Pernambuco até agora: BR-408 (município de São Lourenço da Mata); BR-316 (município de Petrolândia); BR-110 (município de Ibirimir); BR-232 (município de Gravatá); BR-101 Sul (município de Escada); BR-232 (município de Pesqueira); BR-104 (município de Caruaru); BR-101 Norte (município de Goiana); BR-232 (município de Serra Talhada); BR-428 (município de Cabrobó); e BR-423 (município de Garanhuns).

PARAÍBA

Paralisações: Banco do Brasil, servidores da universidade, do Incra, do Ibama, Sinasefe, professores da rede estadual, professores de Bayeux e Santa Rita e trabalhadores dos Correios. Ato unificado com a presença da Conlutas, Intersindical, CUT e movimentos sociais do campo e da cidade. Bloqueios da BR-412 e em três pontos da BR-230.

RIO GRANDE DO NORTE

Paralisações: servidores federais (INSS, DRT, DNOCS, Ibama, Incra, Funasa), Polícia Federal, ferroviários, professores da rede estadual e municipal de Natal, agentes comunitários e de endemias, trabalhadores da Universidade Estadual do RN e Hospital Universitário. Ato com a participação de 800 pessoas.

CEARÁ

Paralisações: servidores federais (Ibama, Incra e DNOCS), Sinasefe, professores estaduais e professores municipais de Fortaleza. O MST fez bloqueios na BR-222 e BR-116. Houve uma passeata às 18h da praça da Bandeira até a praça José Alencar.

MARANHÃO

Paralisações: professores e servidores estaduais, funcionários do Ibama, servidores da UFMA, funcionários do Iphan. Banco do Brasil paralisou por 2 horas.

RIO DE JANEIRO

Paralisações: professores da rede estadual do Rio de Janeiro (realizaram ato na porta da prefeitura com 5 mil pessoas), Caxias, Niterói e São Gonçalo; servidores federais (Sintrasef), Colégio Pedro II e servidores da UFF, UFRJ e Rural. Ato unificado com a presença de sete mil pessoas. O MST fechou três rodovias federais no interior do Rio de Janeiro. Os trancamentos aconteceram em Barra do Piraí, Cardoso Moreira (região sul) e Campos dos Goytacazes (norte fluminense).

ESPÍRITO SANTO

150 trabalhadores do MST paralisaram a BR-101 no município de Itapemirim.

SÃO PAULO

Paralisações: professores da rede estadual de São Paulo, Fatec, Sinasefe, servidores federais (Sindsef) INSS, bancários do Banco do Brasil e trabalhadores e estudantes das universidades estaduais. BB paralisou 10 agências e 2 prédios administrativos. Santos: Bloqueio das rodovias Anchieta e Piaçaguera-Guarujá. Campinas: Paralisações: Bosch, Toyota e Honda. Ato unificado no centro com três mil pessoas. Ribeirão Preto: Paralisações: servidores municipais do Daerp (Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto) atrasaram em 1 hora a entrada do primeiro turno. Militantes do MLST ocuparam a rodovia Atílio Balbo, no km 332, altura do pedágio que liga a cidade de Sertãozinho a Ribeirão Preto. Registro: Paralisação DRT e Ato unificado em frente ao INSS com a presença da Conlutas, CUT e outras

entidades.

Vale do Paraíba: Paralisações nos metalúrgicos da GM realizaram uma passeata de dois quilômetros até a entrada da montadora. A produção da empresa atrasou em duas horas na entrada do primeiro turno. Na Bundy, do setor de autopeças, também houve atraso de uma hora na produção. Os trabalhadores da Embraer (Eugênio de Melo) e da Heatcraft desceram dos ônibus e foram a pé às portarias de suas fábricas, num trajeto que demorou 40 minutos. Também houve paralisação na LG.Philips, Gerdau, Winnstal, Swissbras e Tecsat. Na Swissbras, a PM agiu com arbitrariedade e violência, apesar da adesão integral dos trabalhadores ao movimento. Bloqueio da Via Dutra, com cerca de mil trabalhadores da ocupação Pinheirinho, por uma hora.

MINAS GERAIS

Paralisações: metroviários, Ibama, Ourobel. Trabalhadores em educação de diversos municípios estão paralisados, com destaque para as cidades de Belo Horizonte, Contagem, Divinópolis e Pirapora. O Hospital Santa Casa de Misericórdia paralisou suas atividades por duas horas. Estudantes e servidores da Universidade de Minas Gerais também pararam. Trabalhadores da FHEMIG (Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais) paralisaram. Cefets estão paralisados na capital e no interior. Trabalhadores rurais sem-terra ligados ao MTL (Movimento Terra, Trabalho e Liberdade) ocupam a sede do Incra, em Belo Horizonte, desde a noite de ontem. Estudantes secundaristas interditaram a rua Pará de Minas, em BH. Estudantes e servidores técnico-administrativos da Universidade de Federal de Juiz de Fora realizam paralisação e manifestação na reitoria da Universidade. Contagem: Paralisações: trabalhadores em educação e servidores da saúde. Pirapora (região Norte do Estado) Vindos de diversas cidades, trabalhadores em educação, estudantes, metalúrgicos, pescadores e MST realizaram manifestação no centro da cidade, com mais de 500 pessoas. Participação da Articulação Popular contra a transposição do rio São Francisco. Sul de Minas: Estudantes, trabalhadores, metalúrgicos e MST bloquearam a BR-381 (Fernão Dias), no cruzamento da cidade de Três Corações. Participam manifestantes de Itajubá, Campo do Meio, Cambuí e Extrema.

Congonhas: Os mineiros da Cia. Vale do Rio Doce da Mina da CSN paralisaram suas atividades por duas horas, realizando assembléia junto ao Sindicato Metabase. Região do Centro Oeste Mineiro: Mobilizações em Divinópolis, Itaúna e Santo Antônio do Monte. Uma manifestação unificada aconteceu em Divinópolis, com o fechamento da ponte de acesso à cidade. Uma delegação se deslocou para o ato em BH. Uberlândia: Mobilizaram-se professores da rede pública estadual, vigilantes, trabalhadores da construção civil, servidores da UFU (Universidade Federal de Uberlândia), estudantes e trabalhadores rurais.

SANTA CATARINA

Paralisações: IBGE, Sinasefe, servidores federais (Consef), INSS e professores da rede estadual. Ocupação da área que limita os estados de SC e RS pelo MAB.

RIO GRANDE DO SUL

Paralisações: servidores municipais de Porto Alegre e servidores da UFRGS. Ato unificado com mais de três mil pessoas no centro de Porto Alegre. Houve enfrentamento com a Brigada Militar.